

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Área Científica de Estudos Africanos

ECONOMIA DE COMUNHÃO

**CONTRIBUTOS DE UMA PROPOSTA PARA
PENSAR A ECONOMIA, REFLECTIR O AGIR ECONÓMICO
E PONDERAR O DESENVOLVIMENTO**

Sandra Arson de Sousa Lemos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais:
Análise e Gestão**

**Orientador:
Professor Doutor Rogério Roque Amaro**

(Dezembro 2006)

AGRADECIMENTOS

A principal palavra de agradecimento é para o Movimento dos Focolares que, através da sua fundadora, Chiara Lubich, ousou propor um modelo inovador de gestão empresarial com as pessoas e para as pessoas, porque acredita que empresários profissional e humanamente bem formados podem contribuir para uma sociedade mais justa e fraterna.

Uma palavra de especial agradecimento para Leonor Couto, Norma Curti, Márcia Baraúna e Filipe Coelho. Esta pesquisa realizou-se porque pessoas concretas, sob diversas formas, contribuíram para que conhecesse mais e melhor este projecto, nomeadamente através da participação no Congresso Internacional de EdC em Roma em 2004, e o contacto privilegiado com diversos membros do Movimento dos Focolares no Brasil em 2005, com quem convivi de perto durante uma estadia de cerca de três semanas na cidadela Ginetta, arredores de São Paulo, e onde fui acolhida com um notável sentido de família e generosidade.

Uma palavra de apreço a Rodolfo Leibholz, Darlene Bonfim e Ana Maria Nascimento, empresários de EdC; a Sílvia Rodrigues, Maria Auxiliadora Silva e Mariza Pretto, membros de empresas de EdC; a Maurício Serafim e ao casal Jorge e Daniele Jannotti, estudiosos deste projecto e ao Professor Jeremias da Universidade de São Paulo, todos entrevistados no Brasil em 2005.

À Fundação Evangelização e Culturas onde exerço a actividade profissional e que me facilitou a articulação de horários de trabalho na fase inicial de pesquisa bibliográfica.

Ao Professor Rogério Roque Amaro pelas suas aulas e pela forma como interpela através da sua reflexão em torno do tema do Desenvolvimento. Pelo seu acompanhamento a este trabalho, procurando manter um equilíbrio entre aquilo que considerou fundamental e alguma liberdade para que a pesquisa mantivesse a sensibilidade da estudante.

À minha família, presente e futura, e aos amigos pelo imenso dom da paciência e aceitação dos constrangimentos pessoais que atrasaram a conclusão deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como ponto de partida o projecto Economia de Comunhão, fundado por Chiara Lubich e nascido no Brasil em 1991. Por ser uma proposta que desafia a ciência económica a visitar alguns dos seus tradicionais postulados e porque essa abordagem tem implicações no actual debate sobre os conceitos de Desenvolvimento, este trabalho lança pistas de análise a estes dois níveis, sem deixar de apresentar as principais características e filosofia da Economia de Comunhão.

Inserir-se na linha de uma cultura de humanização da Economia, trazendo a esta ciência a possibilidade de encarar conceitos como Comunhão, Reciprocidade e Fraternidade.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, Economia do Dom (ou Economia da Dádiva), Desenvolvimento, Desenvolvimento Humano, Comunhão, Bens relacionais, Fraternidade.

ABSTRACT

The following master's dissertation has, as starting point, the Project Economy of Cmmunion, founded by Chiara Lubich in Brasil in 1991. As a proposal that challenges economic science to re-visit some of its traditional postulates and because that boarding has implications in the present debate about Development concepts, this work launches ways of analysis at both levels, but presenting also the main characteristics and Economy Communion philosophy.

It is part of an Economy humanization culture, bringing to this science the possibility of facing concepts as Communion, Reciprocity and Fraternity.

Key-words: Economy of Communion, Economy of Gift, Development, Human Development, Communion, Relational Goods, Fraternity.

ÍNDICE

TÍTULO: Economia de Comunhão – Contributos de uma proposta para pensar a economia, reflectir o agir económico e ponderar o desenvolvimento

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ÍNDICE	III
LISTA DE SIGLAS	V
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS DA ECONOMIA – ALGUMAS REFLEXÕES	
Introdução	8
1.1. - Individualismo metodológico e Racionalidade	10
1.1.1. Individualismo metodológico	10
1.1.2. Racionalidade económica – alguns dilemas	12
1.2. - Mercado e Sentimentos Morais	17
1.2.1. O afastamento entre a Economia e a Ética	17
1.2.2. O princípio da “simpatia” e a mão invisível em Adam Smith	20
1.2.3. Utilitarismo, ética consequencialista e ética deontológica	23
1.2.4. A óptica da relacionalidade	27
1.3. - Produção versus Distribuição	30
1.3.1. A problemática da Repartição	30
1.3.1.1. Contratualismo e institucionalismo - o contributo de Polanyi	30
1.3.1.2. Outros legados do pensamento económico	32
1.3.1.3. O Solidarismo	33
1.3.2. Produção e coesão social	35
1.3.2.1. Eficiência e equidade	35
1.3.2.2. A visão da Doutrina Social da Igreja	37
1.4. - O Conceito de Bem-Estar	39
1.4.1. Limites da perspectiva utilitarista	39
1.4.2. Bem-estar, um conceito multidimensional	42
Conclusão	44
CAPÍTULO 2 – SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	
Introdução	47
2.1. - Breve referência ao conceito de Desenvolvimento na sua origem	48

2.2. - Crítica ao conceito tradicional – contributo de François Perroux	52
2.2.1. Economia do Homem	52
2.2.2. Economia do Dom	54
2.2.3. Ideia de Progresso	56
2.3. - Aparecimento de novos conceitos de Desenvolvimento	60
2.3.1. Desenvolvimento Humano	60
2.3.2. O contributo de outros conceitos	70
2.3.2.1. A perspectiva do Desenvolvimento Local	70
2.3.2.2. A visão de um Desenvolvimento Sustentável	72
Conclusão	75
CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO	
Introdução	78
3.1. - EdC: Uma Praxis Humana e Social	79
3.1.1. Apresentação da EdC	79
3.1.2. Importância das redes de suporte e interação no projecto EdC	86
3.1.3. Divisão dos lucros e sustentabilidade da empresa	89
3.1.4. Factores de motivação	94
3.1.5. Visão sobre a distribuição da ajuda pela EdC	98
3.2. - EdC: Expressão de uma Filosofia Económica	102
3.2.1. Papel dos bens relacionais	102
3.2.1.1. Novos activos da Economia	102
3.2.1.2. Um apelo a novos indicadores	105
3.2.2. Do paradigma do dom à <i>Cultura do dar</i>	107
3.2.3. Comunhão enquanto categoria económica	110
3.2.4. Princípio da reciprocidade, fonte de fraternidade	112
Conclusão	116
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES FINAIS	
4.1. Contributos da EdC para pensar a economia, reflectir o agir económico e ponderar o Desenvolvimento	119
4.2. Propostas de análise crítica na teoria do Desenvolvimento e na apresentação da EdC	130
4.3. Alguns desafios para o futuro	132
4.4. Pistas para novas pesquisas	136
BIBLIOGRAFIA	139
ANEXOS	146

LISTA DE SIGLAS

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

DSI – Doutrina Social da Igreja

EdC – Economia de Comunhão

EUA – Estados Unidos da América

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONGD – Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Planos de Ajustamento Estrutural

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSE – Responsabilidade Social das Empresas

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

UNRISD – United Nations Research Institute for Social Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A Economia de Comunhão (EdC) nasceu em 1991 no Brasil, num momento em que a sua fundadora – Chiara Lubich – apresentou uma proposta de resposta, pela via empresarial, diante de um contexto de grande pobreza nas favelas junto à cidade de São Paulo.

A espiritualidade cristã do movimento dos Focolares, nascido em Trento, Itália, em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, assente num carisma de unidade e de comunhão dos bens espirituais e materiais, marcaram esta proposta que se revê na Doutrina Social da Igreja. Chiara Lubich lança o desafio da vivência da comunhão na economia, através de um novo agir económico a partir do próprio tecido empresarial, nomeadamente através da distribuição de parte dos lucros. Neste sentido, é de rápida percepção que a EdC desafia a cultura e prática económica dominantes.

Um projecto que é possível porque contempla as motivações humanas como um novo motor da actividade económica e coloca não o lucro no seu centro, mas o Homem e a sua felicidade, daí resultando uma atitude diferente na forma de encarar os incentivos à produtividade, na forma de empresários e trabalhadores se relacionarem, com vista a transformar a empresa num bem social, favorecendo a pessoa humana acima de tudo, os seus talentos, criatividade, responsabilidade e participação.

As empresas de EdC comprometem-se a apresentar bens e serviços úteis à sociedade, com qualidade, a preços justos, respeitando os princípios de uma gestão ética e um desenvolvimento sustentável do nosso planeta, primando pelo relacionamento leal para com os seus concorrentes e demais *stakeholders*. De facto, a experiência de mais de 700 empresas que no mundo inteiro procuram viver este ideal tem revelado existirem novas vantagens competitivas capazes de responder às exigências do mercado através deste agir económico.

A presente dissertação tem como **objectivos**:

- i) dar a conhecer o projecto de Economia de Comunhão, nomeadamente a sua filosofia;
- ii) visitar conceitos da ciência económica que a experiência da EdC questiona;
- iii) enquadrar a *cultura da EdC* na reflexão sobre as ciências do Desenvolvimento.

Esta é uma pesquisa de tipo exploratório, uma possível forma de tratar os temas da Economia e do Desenvolvimento segundo uma abordagem centrada nas pessoas e nas suas motivações, tendo como ponto de partida o projecto de EdC. Abre o debate, suscita o interesse pela sua vivência e princípios de orientação e levanta hipóteses de análise em diferentes perspectivas, mas não procura testá-las ou apresentar ideias e conclusões muito acabadas.

No que diz respeito à **relevância científica** deste trabalho, o facto do projecto de EdC ser uma realidade concreta vivida por mais de 700 empresas e cuja filosofia não se encaixa no tradicional quadro da ciência económica, gera um interesse no plano metodológico e conceptual relacionado com a Filosofia Económica, com a Sociologia e a Antropologia Económicas, no contexto da actual predominância do modelo capitalista e de uma economia de mercado orientada pelo neo-liberalismo.

Procura-se questionar “a quem pretende a Economia servir?” – a postulados teóricos, modelos abstractos e dados quantitativos ou a pessoas? Permitir optar pela hipótese das *peçoas*, poderá significar rever o Positivismo a que nos habituou o Paradigma da Modernidade, altamente valorizado pelas ciências matemáticas, a favor do chamado *realismo crítico*, valorizando não só a realidade enquanto facto social, mas também factos observáveis pela manifestação dos seus efeitos.

Esta dissertação integra-se no Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais e pretende ser um contributo para a reflexão das *Ciências do Desenvolvimento* através de uma análise ao modo como a EdC se integra nas actuais preocupações mundiais pela causa do Desenvolvimento, segundo uma visão sistémica de interdependência que justifica um sentido de co-responsabilidade pelo bem comum, de um modo sustentável e do qual não é alheio o mundo económico e empresarial.

Quanto à **pertinência social**, a EdC apresenta-se como um projecto relevante no actual contexto de globalização, em que simultaneamente se criam espaços para novas oportunidades de Desenvolvimento e se assiste a novas formas de exclusão e de pobreza provenientes da incapacidade de todo o sistema económico e social estar apto para acompanhar os desafios dessa globalização.

De facto, a procura de novas formas de regulação social e do mercado é um marco da época actual, numa altura em que tanto se fala da crise do Estado Providência de um lado, como do recente intervencionismo estatal - quer na Europa, quer nos EUA - para salvar empresas da sua falência de outro. Neste debate, a EdC apresenta-se com uma proposta de ponderação entre a forma de encarar o capital e a maximização do lucro e o seu papel para uma Sociedade Providência em busca de maior coesão social e de um bem-estar humano e sustentável.

Um contributo que é também bastante notório ao nível da crescente reflexão sobre a responsabilidade ética e social dos empresários. É matéria suficiente para sensibilizar o tecido empresarial e a sociedade em geral sobre a relevância de uma mudança de mentalidade, numa

época de crescente consciência de que as acções e os comportamentos económicos a nível local hoje têm consequências a nível global *amanhã*.

Para além da pertinência apresentada, este estudo encerra também **motivações de ordem pessoal**. O percurso pessoal e profissional é marcado pela sensibilidade ao tema da justiça social e por experiências e opções ligadas à promoção do desenvolvimento.

Não é também alheia a formação cristã e o desejo de contribuir para uma sociedade mais humana, alicerçada em valores de justiça e fraternidade.

O facto de ter sempre trabalhado no sector das ONGD e ter uma visão da vida empresarial associada à força dos interesses e a uma análise *fria* do sentido de negócio e de lucro, o projecto EdC apresentou-se como uma novidade pela forma como transversalmente cruzava a realidade económica com a realidade humana e social.

Deste modo, a grande motivação que levou a avançar para esta pesquisa, mesmo não tendo uma formação superior em economia, foi precisamente o desafio de uma proposta de vida empresarial integrada e coerente com convicções pessoais, morais e religiosas, ao mesmo tempo que se cumpre o papel construtivo de uma empresa presente no mercado, geradora de riqueza e possibilitando postos de trabalho.

O interesse por abordagens ligadas à filosofia económica não nasceu, pois, de um interesse especial pela ciência económica, mas pelo facto de ter tomado contacto com leituras e testemunhos que remetiam para uma noção de unidade do Homem e para uma visão sistémica dos relacionamentos humanos e da ética ao nível da vida económica, tão distinta de uma visão matemática da Economia. Estes aspectos foram, pessoalmente, considerados como bastante relevantes quando se pretende promover novas formas de gerar mudanças, rumo a um verdadeiro Desenvolvimento.

A **metodologia de trabalho** seguida ao longo do estudo teve essencialmente duas frentes de pesquisa:

Por um lado procedeu-se à recolha bibliográfica de autores ligados, sobretudo, à epistemologia da ciência económica e às ciências do Desenvolvimento, essencialmente nas bibliotecas do Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Para além da necessária bibliografia de enquadramento e problematização geral dos temas escolhidos para o estudo, destacam-se algumas opções tomadas: i) o contributo da análise crítica do estudo NORMEC (*The normative dimensions of action and order. The economics of an inclusive Europe*) a cargo do centro Dinâmia – Centro de Estudos sobre a Mudança socioeconómica do ISCTE; ii) a

especificidade da visão de solidariedade de Charles Gide, conhecida por *solidarismo*; iii) a abordagem de François Perroux a propósito do Desenvolvimento, de uma Economia do Dom e para o Homem; iv) o contributo de Amartya Sen como um autor transversal ao longo da pesquisa, pelo modo como tanto trata do papel da ética na economia, como é um marco na evolução do conceito de bem-estar e de desenvolvimento, sobretudo do Desenvolvimento Humano; v) a marca dos trabalhos do Professor Rogério Roque Amaro na área do Desenvolvimento; vi) e ainda as orientações da Doutrina Social da Igreja, com contributos do Conselho Pontifício para a justiça e a paz.

Por outro lado, relativamente à especificidade da EdC, e tendo também em conta a inexistência de alguma outra dissertação realizada em Portugal sobre este projecto, a pesquisa efectuada foi organizada do seguinte modo: i) recolha bibliográfica - o número de publicações editadas ainda é escasso, mas não inexistente; alguma da documentação apresenta-se sob a forma de boletins sobre a EdC editados pelo Movimento dos Focolares como suplemento a uma outra revista deste Movimento, ou *papers* de conferências disponibilizados pelos seus oradores; alguns destes elementos bibliográficos foram recolhidos no actual Centro Filadelfia¹; ii) entrevistas (cfr. Anexo V) semi-estruturadas a cinco empresários ou colaboradores de empresas de EdC e outras não-estruturadas a outros interlocutores, realizadas no Brasil em Maio de 2005; iii) observação directa do espaço e instalações de algumas dessas empresas, embora essa percepção não seja aqui apresentada; iv) participação em dois congressos sobre EdC - congresso internacional em Setembro de 2004, em Roma e congresso nacional brasileiro, em Maio de 2005 em São Paulo, o qual incluiu uma feira de EdC com cerca de 70 empresas representadas. Os dados estatísticos relativos às empresas de EdC (cfr. Anexo 6) foram disponibilizados pela estrutura central que acompanha este projecto no Movimento dos Focolares em Itália.

Dado ser um projecto recente, a sua fundamentação teórica está a percorrer um caminho duplo e paralelo: por um lado procurando sustentar a filosofia da EdC em fases e autores da história do pensamento económico e, por outro, reflectindo a acção e construindo um quadro teórico segundo uma via indutiva.

Entre outros contributos, destacamos a importância dos seguintes autores associados à EdC:

i) Economistas académicos que acompanham a realidade da EdC desde a sua criação e que têm procurado aprofundar a sua sustentação teórica: Luigino Bruni (Universidade de Milão-Bicocca); Stefano Zamagni (Universidade de Bolonha); Benedetto Gui (Universidade de

¹ Centro de estudos, pesquisa e documentação dedicado à EdC, situado na cidadela Ginetta [pertencente ao Movimento dos Focolares], nos arredores de São Paulo, Brasil.

Pádua); ii) autores cujos trabalhos académicos resultam já de dissertações sobre EdC: Lorna Gold (PhD em Glasgow); Mário Pinto (Doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); iii) é também de salientar Chiara Lubich, fundadora da EdC, pelos seus inúmeros documentos e orientações sobre o ideal da EdC; a socióloga brasileira Vera Araújo; e os empresários de EdC Alberto Ferrucci (Presidente da Prometheus, S.p.A., Génova) e Rodolfo Leibholz (Presidente da Espri, S.A e Director da FEMAQ, São Paulo), todos com papel de destaque nas pesquisas realizadas.

No entanto, apesar dos contactos estabelecidos com membros da *linha da frente* da EdC, designadamente alguns empresários, não foi realizada uma análise empírica da acção da EdC, nem foi escolhido nenhum estudo de caso. A pesquisa incide, assim, sobre aspectos relativos à *cultura da EdC*, ao *movimento económico* que os seus promotores pretendem aprofundar e divulgar e ao modo como essa dimensão se tornou de interesse para um mestrado na área do Desenvolvimento

A dissertação está **dividida em quatro capítulos**. No primeiro são revisitados alguns postulados tradicionais da ciência económica à luz de desafios que a EdC lança através da sua prática, nomeadamente ao nível do individualismo metodológico, da racionalidade económica, do papel nos sentimentos morais no mercado e da função distribuição no sector produtivo, com vista ao alcance de um maior bem-estar.

O segundo capítulo é dedicado ao tema do Desenvolvimento, com realce para os chamados novos conceitos de Desenvolvimento. Para além de uma referência ao conceito de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Local, é dado maior destaque ao conceito de Desenvolvimento Humano, por termos considerado que as suas metas correspondem a uma boa parte das metas que a EdC pretende alcançar através da doação dos lucros.

No terceiro capítulo é apresentada a EdC, os seus princípios de orientação, as motivações de quem está ligado a este projecto e a filosofia económica defendida, baseada em valores de relacionalidade, reciprocidade e comunhão.

No último capítulo, relativo às conclusões finais, procuramos integrar pontos de contacto entre os outros três capítulos, lançar algumas pistas de análise crítica, tanto para pensar o Desenvolvimento, como para pensar e agir na Economia. Apontamos algumas propostas de desafios para o futuro da EdC e para o poder político considerar face a projectos desta natureza e terminamos com sugestões para futuras pesquisas.

Por último, considerando que existiram algumas **limitações ao estudo** e à pesquisa realizada, enumeramos alguns factores que contribuíram para esses limites:

- a formação académica de base, em Relações Internacionais. Uma área onde a multidisciplinaridade é simultaneamente um ponto forte e um ponto fraco. O facto de não haver uma licenciatura em Economia tornou alguns processos de pesquisa e compreensão mais lentos e com resultados menos satisfatórios.
- o facto de não ter sido seguida uma orientação de trabalho mais clássica, através da formulação de hipóteses e da sua análise através de um estudo de caso, terá contribuído para aumentar a tendência de alargamento do âmbito da pesquisa e para algumas dificuldades em manter a análise mais orientada para um foco central. Uma investigação de tipo empírico talvez pudesse ter ajudado a contrariar alguma dispersão por várias frentes.
- a realidade concreta contactada na primeira pessoa (entrevistas junto de empresários e outros colaboradores, visitas às empresas) foi praticamente só a realidade brasileira.
- um dos aspectos relacionados com a motivação teve precisamente a ver com a possibilidade de reler alguns conceitos da tradição económica com o contributo de diversos autores críticos, que procuram desligar-se de uma ciência económica assente em modelos e regras mais convencionais e academicamente reconhecidas, para uma visão que parte da observação de factos e dos seus efeitos. Sendo a realidade humana complexa e sistémica, existem riscos neste tipo de abordagem, acrescidos para quem não tem uma formação de tipo mais científico.
- resta ainda referir que motivações ao nível das convicções pessoais podem ter influenciado alguma falta de distância crítica face ao objecto de estudo.

«Uma mulher, Chiara Lubich, tem o grande mérito de ter ousado romper a espessa cortina do determinismo económico e, diante da multidão dos excluídos, ter ousado afirmar que pode existir um outro modo de organizar a economia (...).

O momento é propício para propor um novo modelo económico humanitário e solidário para o século XXI, colocando em discussão uma acção económica que ignora a ética, o bem-estar humano, a solidariedade, o equilíbrio ecológico e a paz social.»

Manuela Silva

Congresso sobre Economia de Comunhão

Lisboa, 23 de Junho de 1998

CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS DA ECONOMIA – ALGUMAS REFLEXÕES

INTRODUÇÃO

Como veremos pelo contributo desta dissertação, a EdC é um projecto de caminho alternativo, vivido no mercado, mas com preocupações sociais e com uma proposta concreta de acção, assente num compromisso de unidade entre Homens com iguais direitos de oportunidades. Pela forma como cruza a realidade económica com a realidade humana e social, e pelo modo como isso interpela a teoria económica convencional, justifica-se uma reflexão de âmbito teórico que sustente alguns dos desafios que, de acordo com a proposta da EdC, o agente económico é chamado a responder, nomeadamente na perspectiva da sua co-responsabilidade na acção.

Neste sentido, o que nos propomos começar por analisar neste primeiro capítulo diz respeito a uma revisitação de conceitos dominantes na ciência económica actual, nomeadamente optando por quatro eixos de análise, todos bastante interrelacionados e importantes contributos para uma reflexão sobre metodologias e valores que marcam o agir económico.

O Individualismo e a Racionalidade económica são aspectos de ordem metodológica que consideramos essencial visitar com vista a entender de que forma as suas marcas na ciência económica afastaram-na do Homem e da sua natureza e afastaram uma abordagem holística da realidade, conduzindo a uma visão redutora do comportamento económico.

Na verdade, a experiência da EdC vem chamar a atenção para o facto dos indivíduos estarem ligados entre si antes de uma relação de troca e terem motivações com um outro tipo de racionalidades, distintas da tradicional visão de maximização das preferências individuais. Nesta lógica, lembramos alguns dilemas e debates que a noção de racionalidade económica tem gerado.

Um outro desafio é apresentado face ao crescente grau de darwinismo social a que assistimos, diante da globalização dos mercados e da globalização financeira. É neste sentido que se parte para uma dimensão axiológica, através da reflexão sobre a ligação entre Mercado e Sentimentos Morais. Tem ou não que haver moral no mercado? Que tensões existem entre a ética e os interesses privados? Para a EdC há no mercado um papel para a responsabilidade do agente económico, uma vez que o seu agir acontece no seio de relações humanas e sociais que exigem obrigações segundo princípios de reciprocidade, pelo que a ética económica e a consequente ética empresarial têm um lugar intrínseco no mercado.

É esta noção de reciprocidade que nos leva igualmente à discussão do tema Produção *versus* Distribuição, visto que a EdC postula uma forma de integração entre o económico e o social, em busca de maior equidade e de acordo com os princípios da Doutrina Social da Igreja.

Queremos, com estes três temas, contribuir para chegar à noção de que proporcionar bem-estar e concorrer para o alívio da pobreza fazem parte da responsabilidade do sujeito económico, dado que este não actua num mercado isolado. Em teoria, é consensual que *Crescimento*, nomeadamente económico, não é sinónimo de *Desenvolvimento*, mas a acção tem sido mais lenta na promoção do verdadeiro bem-estar. Assim, o conceito de bem-estar encerra este capítulo 1.

1.1. - INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E RACIONALIDADE

Nenhuma ciência humana pode prescindir de uma visão do Homem, de uma antropologia. No filão dominante da ciência económica esta visão coincide com a ideia de racionalidade económica.

Os académicos que têm reflectido sobre o contributo da EdC para a Teoria Económica apontam como imprescindível a revisão do conceito de racionalidade económica na forma como este tem sido apresentado e cujas principais características têm sido o individualismo e a instrumentalidade.

1.1.1. Individualismo metodológico

Diante dos paradigmas que se tornaram convencionais na teoria económica, como são os da racionalidade económica e do individualismo metodológico, temos que levar em linha de conta a herança judaico-cristã e o contexto filosófico das épocas em que se foram afirmando e não há dúvida que, por um lado, o antropocentrismo centrado no indivíduo e, por outro, o liberalismo do século XVIII, foram determinantes nesse caminho. O antropocentrismo trouxe um Homem que, já não precisando de Deus, era capaz de interpretar a realidade com os seus critérios. A doutrina liberal veio defender uma concepção segundo a qual a liberdade humana consistia exclusivamente na possibilidade dada ao indivíduo de agir como entendesse em função do seu interesse pessoal. Na base desta concepção de liberdade encontra-se uma visão do Homem que faz do indivíduo uma realidade inteiramente separada dos outros átomos e, assim, a sociedade não seria mais do que o agir mecânico destes átomos, sendo os fenómenos sociais explicados inteiramente graças a leis semelhantes às leis da mecânica. Esta visão assenta numa assimilação do Homem a uma pura realidade física e implica, por consequência, a aceitação de uma filosofia materialista ou naturalista (Denis, 1978: 237-238). Significa também que a ruptura não foi só passar do teocentrismo para o antropocentrismo, mas assentar no indivíduo e, como tal, tornar-se individualista.

Este enquadramento é relevante para a compreensão da razão pela qual as ciências sociais foram nascendo da reivindicação da sua própria autonomia e do seu desejo de dominar a realidade, arriscando, deste modo, separar-se dessa realidade. E foi precisamente neste contexto que a ciência económica valorizou o papel do indivíduo enquanto sujeito económico e contribuiu para a ideia de que as ciências não são interdependentes, o que foi ainda reforçado pela crescente especialização do conhecimento. Para a Economia, o aspecto central passou, então, a ser a busca da riqueza individual partindo do pressuposto de que os

indivíduos não estão ligados entre si antes de iniciarem trocas ou buscarem a maximização dos seus interesses. Esta separação entre o *ego* e o *alter* levou à construção de uma ciência individualista, como se o sujeito individual pudesse ser analisado independentemente da sua relação com os outros. É a categoria do *homo oeconomicus*. Levou também à construção de uma ciência abstracta, baseado numa lógica de *método a priori*, que não é fundado na experiência, em contraposição ao *método a posteriori* (Blaug, 1994: 105).

A proposta da EdC desafia-nos a rever estas questões e, aliás, a sua reflexão é ainda recente precisamente porque procura assentar na vivência concreta e na realidade experimentada por empresários e *stakeholders* ligados a este projecto.

Estas características metodológicas consideradas mais convencionais não serão tanto uma herança dos primeiros economistas do Século XVIII, da chamada Escola Clássica, mas antes da economia que viria a ser defendida pelos neoclássicos, onde se verifica este divórcio com a dimensão da realidade social total através da introdução na economia da análise matemática e dos métodos quantitativos, a partir do final do século XIX, designadamente pelo Marginalismo. Assim, uma ciência económica fundamentada em modelos matemáticos, cuja construção tem uma lógica dedutiva, visava ser filosoficamente neutra e reforçou ainda mais esta metodologia individualista.

De facto, é a Escola neoclássica austríaca que vem enunciar o princípio do “individualismo metodológico” tantas vezes ilustrado pela metáfora de “Robinson Crusoe”: a Economia aparece como uma ciência que não necessita do nativo “Sexta-Feira”, pois só com Robinson já havia matéria económica suficiente para analisar as suas escolhas e preferências individuais. É neste ponto que o indivíduo degenera no individualismo, no sentido em que fenómenos não redutíveis a acções de indivíduos separados uns dos outros não interessam à ciência económica convencional (Bruni, 2000: 41), o que levou a que muitos, mesmo não sendo marxistas, criticassem as teorias dominantes pela sua falta de visão dinâmica e sistémica.

Portanto, o individualismo metodológico rege-se pela ideia de que todos os fenómenos sociais devem ser reconduzidos à sua origem no comportamento individual, enquanto a explicação de factos sociais, políticos e económicos só pode ser tida como adequada se for formulada em termos de crenças, atitudes e decisões dos indivíduos. É um princípio oposto ao holismo metodológico, segundo o qual se postula que as totalidades sociais têm desígnios ou funções que não podem ser reduzidos às crenças, atitudes e acções dos indivíduos que as compõem (Blaug, 1994: 90).

Esta epistemologia com base na imitação dos métodos das ciências físicas conduziu ao *ceteris paribus* na economia, que se tornou numa importante característica dos modelos da economia neoclássica, tendo como consequência modelos abstractos de comportamento individual que geraram uma absolutização do *ego*.

Embora estas limitações sejam apontadas nas críticas que lhe vão sendo dirigidas, estes modelos foram prevalecendo pela facilidade que representa a sua análise, nomeadamente pelos instrumentos de cálculo quantitativo, em comparação com a análise das escolhas e preferências de uma entidade colectiva ou de um “nós” que, certamente, necessitarão de outro tipo de critérios de referência e outro leque de indicadores.

1.1.2. Racionalidade económica – alguns dilemas

Esta tentativa de derivar todo o comportamento económico da acção dos indivíduos encontra a sua razão de ser na centralização da teoria económica na procura da maximização da utilidade. É a esta metodologia que está associado o significado da *racionalidade* na ciência económica. O significado deste termo na linguagem dos economistas prende-se em fazer escolhas de acordo (em teoria) com uma ordenação de preferências que é completa, sujeita a informação perfeita e adquirida sem custos; significa otimizar a utilidade esperada, ou seja, a utilidade de um resultado esperado multiplicado pela probabilidade da sua ocorrência (Blaug, 1994: 323). É um conceito que provém da revolução marginalista da década de 1870, embora – para Mark Blaug (1994) - os clássicos, mesmo não usando o termo *racionalidade*, já o considerassem quando postulavam a defesa das preferências para as escolhas da mais alta taxa de rendibilidade e o menor custo, seguindo o interesse próprio sem qualquer atenção explícita ao bem-estar alheio. Ainda hoje, por convenção, a racionalidade é uma premissa para muitos irrefutável e alguns economistas continuam a defender que, qualquer tentativa de introdução de outros parâmetros que não a optimização individual, serão “*ajustamentos ad hoc*” para propósitos particulares (Blaug, 1994: 325).

A argumentação neoclássica diz que a racionalidade promove o bem-estar social porque quando todos os sujeitos se comportam racionalmente produzem os melhores resultados para eles mesmos e o resultado é uma sociedade perfeitamente eficiente, com os melhores níveis médios de vida possível e a maior felicidade individual. Esta maximização pressupõe uma visão de eficiência através de decisões individuais racionais, de realização do máximo com o mínimo. Dentro desta lógica defendem-se mercados livres, como conducentes a comportamentos eficientes e a uma sociedade de eficiências racionalistas no uso dos seus recursos escassos. O conhecido postulado da *mão invisível* centra-se no papel do interesse

individual como mecanismo de equilíbrio automático, pela crença nas características optimizadoras do mercado concorrencial.

Esta arquitectura metodológica acentuou-se com o método dedutivo da matemática, questionou indicadores e dividiu opiniões sobre se os mercados livres, ao maximizarem o bem-estar pessoal dos compradores e vendedores individuais, estarão também a maximizar o bem-estar da sociedade como um todo. Além disso, é uma metodologia que não questiona o conteúdo dos meios e dos fins das escolhas, ou seja, a *razão* guia-nos para a satisfação dos nossos desejos, mas não questiona o *conteúdo* desses desejos, nem os *meios* para atingi-los. Por isso diz-se que a racionalidade é meramente instrumental e que essa instrumentalidade se exprime na ideia de maximização (Bruni, 2000: 42- 43).

Luigino Bruni (idem) também chama a atenção para o *egoísmo filosófico*, apresentado pelo filósofo inglês Martin Hollis, visto que nesta visão de racionalidade o *ego* entra em relação com o *alter* apenas instrumentalmente e as relações interpessoais só se justificam como *meio*. Daí o *individualismo* e a *instrumentalidade* serem duas faces da mesma medalha (idem: 43) e ver-se ignorada toda a dimensão relacional.

Como a teoria económica acaba por dizer que cada sujeito age racionalmente e que, todos eles, olhados colectivamente, agem irracionalmente, vemo-nos diante de um paradoxo, uma deficiência da teoria. Por isso, há cada vez mais investigação teórica no sentido de prever modelos de interacção que resolvam estas contradições, reconciliando a racionalidade do comportamento individual com a racionalidade do comportamento colectivo².

Propomo-nos apontar aqui, brevemente, três aspectos relativos a este debate: i) a ideia de que a chamada Teoria dos Jogos não resolve a questão do individualismo metodológico; ii) a ideia de que o comportamento individual tende a violar a racionalidade; iii) a ideia de que a verdadeira racionalidade é impraticável pelo não acesso à totalidade da informação, da qual resulta a tendência para o intercâmbio e a inter-ajuda.

i) A teoria económica diz que as escolhas individuais afectam apenas o bem-estar individual e que são irrelevantes para afectar a sociedade como um todo, mas sabemos que é uma simplificação teórica, que não corresponde à realidade. Nesta procura de caminhos para eliminar o individualismo da ciência económica encontramos referências à Teoria dos Jogos, designadamente ao chamado “Dilema do Prisioneiro” (Bruni, 2000: 44-47).

² Lucas, Robert, “Ética, Política Económica e Compreensão do Desenvolvimento Económico”, in Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz (1994: 86)

Porém, segundo Lugini Bruni (idem) o contributo da Teoria dos Jogos foi passar de uma racionalidade individual para uma *racionalidade estratégica*: no lugar de apenas procurar a maximização dos objectivos individuais, estes passam a ser ponderados tendo em conta as acções de outros indivíduos com os quais existe uma interacção. É como que passar a contar com o “Sexta-Feira” nas decisões de Robinson Crusoe (idem), sendo que essa racionalidade estratégica não deixa de ser individual se continuar centrada apenas nos interesses próprios, como acontece com o Dilema do Prisioneiro, cuja mensagem diz que a procura do proveito individualista, em situações de interdependência, não só não leva ao bem comum, como nem sequer ao bem individual (idem).

Assim, Luigino Bruni (2000: 47) diz que é redutor restringir apenas ao binómio egoísmo-altruísmo a problemática da racionalidade que se esconde por trás do Dilema do Prisioneiro. Bruni (idem) remete para Martin Hollis³ para explicar que o que está em causa não é o altruísmo ou o egoísmo, mas se os sujeitos são movidos apenas por aquilo que, individualmente, querem. Assim, são o individualismo, o egoísmo filosófico e a lógica instrumental, as causas do falhanço da racionalidade económica e da teoria económica construída sobre ela. O Dilema do Prisioneiro exemplifica a frequente divergência entre a racionalidade individual e a racionalidade colectiva, expondo a contradição entre o que é melhor para o indivíduo e o que é melhor para a sociedade como um todo.

ii) Psicólogos experimentais reconhecem que o comportamento individual viola sistematicamente a racionalidade e, no contexto da realização de vários testes de escolha racional, Mark Blaug (1994) aponta uma tese segundo a qual qualquer dos testes não é apenas um teste de racionalidade, mas de estabilidade de preferências e total conhecimento das oportunidades alternativas, concluindo-se que o postulado da racionalidade é intestável e que esses testes revelam um “ultra-empirismo” pela recusa em aceitar qualquer conceito teórico que não seja susceptível de ser observado directamente (Blaug, 1994: 325). Essa é, aliás, uma herança de autores como David Ricardo que, segundo Mark Blaug (idem), estava convicto do método hipotético-dedutivo de explicação (atrás referido como método *a priori*), negando que os factos alguma vez pudessem falar por si (idem: 100).

Por sua vez, Stuart Mill, além de postular a defesa do individualismo metodológico, tinha também a ideia de uma economia política como um corpo de análises dedutivas, abstraindo-se de todos os aspectos não económicos do comportamento humano, aos quais chamava de *causas perturbadoras* (Blaug, 1994: 105).

³ in *Trust with Reason*, Cambridge, 1998

Foram convicções desta natureza que reverteram numa mensagem para os seus sucessores: a economia é uma ciência, não por causa dos métodos que usa, mas por causa da certeza dos resultados (idem: 100). Além disso, sabe-se hoje que é impossível excluir comportamentos impulsivos, habituais ou de exploração de escolhas (como faz o marketing) que afectam a ordenação das preferências.

iii) Igualmente entre o grupo de cépticos em relação às premissas neoclássicas sobre esta questão da racionalidade, encontra-se Hebert Simon. Afirma que, no mundo real, a racionalidade perfeita é impraticável, pois isso implicaria as pessoas terem acesso a toda a informação completa necessária para comparar com precisão os benefícios marginais e os custos marginais de todas as alternativas que têm, pelo que não conseguem verdadeiramente maximizar os seus benefícios líquidos (McCarty, 2001: 65). E ainda acrescenta que para o ser humano é impossível processar toda a informação para escolher o comportamento óptimo. Por isso, em vez de optar pelo óptimo, o sujeito escolhe o que lhe parece o melhor possível. Assim sendo, Simon considera que o sistema económico não pode fazer depender a sua eficiência da procura do interesse próprio pelo indivíduo. (McCarty, 2001: 66).

Deve-se a Herbert Simon o conceito de *racionalidade presa/limitada*, que diz respeito aos limites da informação que conduz a que os seres humanos sejam tendencialmente falíveis. Como num mundo de racionalidade limitada não se pode assumir que os indivíduos se comportem sempre de forma a promoverem o seu interesse próprio, nem a garantir que as consequências sejam benéficas para a sociedade alargada (McCarty, 2001: 66), os homens formam equipas para partilhar a informação e coordenar o comportamento e, assim, atingir mais resultados quase óptimos. Deste modo, para Simon o intercâmbio de informação é essencial para solucionar a escassez de informação individual (McCarty, 2001: 67).

A tomada de decisões em equipa liga a racionalidade individual à evolução social e cria ambiente para o altruísmo. Mas Simon ainda vai mais longe e diz que, se por um lado o altruísmo floresce mais facilmente em ambiente familiar, por outro, os sujeitos são influenciados nas nossas escolhas pela informação que as outras pessoas lhes proporcionam. Portanto, os indivíduos de uma sociedade são incapazes de tomar decisões eficientes isoladamente de outros membros. Trata-se, então, de uma eficiência que advém precisamente do contacto com o outro, ou seja, a racionalidade limitada aumenta a aptidão média da sociedade e, ao criar equipas, organizações e instituições, onde se beneficia da informação partilhada, permite-se a aceitação de algumas reduções da aptidão individual em nome da

aptidão total da sociedade (McCarty, 2001: 67-68). Assim se pode conquistar um equilíbrio entre o interesse próprio racional e o bem-estar social.

1.2. - MERCADO E SENTIMENTOS MORAIS

Uma vez que estamos a reflectir o lugar dos sentimentos morais no Mercado, é igualmente importante determo-nos neste *mercado* e na liberdade que pressupõe. De facto, a economia *de mercado* assenta na *Liberdade*. A *Liberdade* pressupõe *escolha*. A *escolha* pressupõe uma *Filosofia Moral*.

Como anteriormente apontado, a visão convencional de racionalidade económica, que parte do princípio que a maximização do bem-estar individual maximiza o bem-estar colectivo, tem sido questionada pelos que a consideram inconciliável, por exemplo, com elementos deontológicos, como a interdição ou as obrigações absolutas.

Neste sentido, têm surgido posições que procuram analisar a combinação de preferências individuais com decisões colectivas e, ainda mais fundamental, têm questionado se a tradicional eficiência económica é imparcial e justa, e se satisfazer desejos económicos individuais é consistente com a satisfação dos valores morais da sociedade. Este assunto levamos igualmente ao tema da distribuição (tratado no ponto 1.3.), mas, antes desse passo, consideramos essencial reflectir sobre o papel da moral e da ética na economia, tendo em conta um possível contributo da prática da EdC no regresso à teoria destas matérias.

Para simplificar a distinção entre Moral e Ética, vamos partir dos seguintes conceitos (Mercier, 2003):

A Moral é o conjunto dos princípios de dimensão universal, normativa e até dogmática. A Ética, tendo como ponto de partida a distinção entre o bem e o mal da Moral, reúne o conjunto de regras de conduta partilhadas e típicas de uma dada sociedade, ao nível das escolhas práticas.

1.2.1. O afastamento entre a Economia e a Ética

Embora se reconheça cada vez mais a interdependência entre a Economia e a Ética esta não foi a realidade dominante nos dois últimos séculos. As descobertas a partir da época do Renascimento levaram a uma muito maior confiança na Razão e na Ciência e no campo das ciências sociais caminhou-se para cada vez mais encarar a Economia como uma ciência positiva e a Ética como uma doutrina normativa. A Ética era vista como uma teoria edificada de costas para a *praxis* diária do mercado e dos negócios, considerada incompatível com as leis da concorrência, da inovação e do lucro. Este afastamento, em parte, também terá sido devido a uma linguagem distinta entre ambas, que não terá contribuído para o diálogo entre a ética e economia

Deste modo, a teoria económica dominante passou a considerar o domínio da ética como algo totalmente separado. Por exemplo, César das Neves (1992: 101) diz que a economia não discute as motivações e que a moral se limita a aceitar aquilo que o sujeito económico expressa como útil, subscrevendo Schumpeter, na afirmação “o carácter científico de uma dada peça de análise é independente do motivo que lhe deu causa”. Para César das Neves, a Economia guia-se pelos postulados da racionalidade e do equilíbrio, encarados de modo funcional e sem qualquer conotação moral e a análise da solidariedade é independente das análises da eficiência (idem: 23). Refere-se também a esta visão de amoralidade numa citação de Santo Agostinho que diz «eu não passo a minha culpa para o negócio; pois se minto, sou eu que minto, não o negócio (...) se eu for mau, o que me faz mau não é o negócio, mas a minha iniquidade». Uma visão segundo a qual a economia apenas trata de conceitos operativos, enquanto o conteúdo moral terá que vir dos objectivos a atingir (Neves, 2001: 124- 125).

De facto, o contexto da evolução do conhecimento científico levou a Economia a sentir-se *atrasada* em relação às ciências exactas e isso encaminhou-a para lutar pela neutralidade. Os *juízos de valor* deram lugar a *juízos de existência*, alheios à ética. Seria uma ciência indiferente às consequências porque se limitava a encadear fenómenos (Martinez, 1996: 5). Também mais tarde, na síntese da economia neoclássica, deixou de se relacionar a economia com o comportamento das pessoas; tornou-se apenas analítica, passando a ser uma disciplina que trata do *comportamento das mercadorias*.

Porém, um dos aspectos surpreendentes do afastamento entre a ciência económica e a ética prende-se com o facto de, não só o pai da Economia moderna – Adam Smith – ter sido professor de Filosofia Moral e ter escrito a obra, pouco estudada, *Teoria dos Sentimentos Morais*, como também a Economia durante muito tempo ter sido um ramo da ética. Portanto, a sua *natureza* encontra-se lado a lado com a natureza da ética, como nos explica Amartya Sen em *On ethics and economics* (1987). Amartya Sen (idem: 2) afirma que existem aspectos centrais na fundação da Economia relacionados com o problema das motivações humanas, visto que há decisões do foro ético que não podem ser desprezadas no campo do comportamento humano.

Conforme vimos em 1.1., o comportamento racional na base das escolhas individuais é realizado, não com base no seu conteúdo intrínseco, mas pela capacidade que tem de obter resultados, em sentido estrito. Esta visão de racionalidade foi uma porta fácil pela qual saíram da ciência económica os valores e as motivações intrínsecas da acção (Bruni, 2000: 42). A integração da moral na economia teria fortes implicações metodológicas, nomeadamente ao

nível do individualismo metodológico, que seria posto em causa, os valores e os sentimentos morais obrigariam a passar a análise do campo estritamente dos interesses para o campo das motivações.

A nossa época está a reavaliar esta situação e cada vez são mais os economistas que consideram que a principal matéria-prima da Economia não são primariamente coisas objectivas (trabalho, bens, serviços, matérias-primas, etc.), mas elementos subjectivos (como valores, ideias, conhecimento, informação, etc.) o que leva à noção de que os verdadeiros factores económicos não são tangíveis, mas intangíveis (Moreira, 1999: 24).

É neste âmbito que se reabre igualmente o debate entre a economia positiva e a economia normativa, entre o *ser* e o *dever ser*. Na opinião de Amartya Sen (1987) uma ciência económica de tipo positivista foi um empobrecimento. Não só afastou a importância de uma análise normativa, como ignorou uma variedade complexa de considerações éticas que afectam o comportamento humano. Este autor considera que as teorias de tipo mais abstracto, apesar de encararem o ser humano de forma muito limitada, têm também o seu mérito e a abordagem não-ética não deve ser rejeitada. O que Sen (idem: 9) explica é que a abordagem pode ser muito mais produtiva se for mais longe e for dada maior atenção a considerações éticas que marcam o comportamento humano. Acrescenta ainda que a vida é mais rica que uma caracterização de comportamento racional, embora não se trate de ignorar a racionalidade, mas antes de abrir a possibilidade de admitir padrões de comportamento alternativo (idem: 11), como é o caso dos sentimentos morais.

Se a concepção de interesse pessoal fosse tão ampla como aquilo que Smith chamava de “prudência” (uma espécie de interesse pessoal esclarecido), então algumas considerações morais e cooperativas já teriam sido incluídas na noção de interesse pessoal⁴ e ainda assim não seria a mesma coisa que considerar os sentimentos morais

O modo como a metodologia da ciência económica foi crescendo denota uma *metodologia defensiva* (Blaug, 1994: 97), mas uma visão mais sistémica não significa necessariamente que a maximização do interesse próprio não seja racional, significa antes considerar que a racionalidade não implica ser *sempre* a favor da maximização desse interesse pessoal, o que é distinto. Por isso, Sen (1987: 16) diz que um *egoísmo universal* enquanto requisito da racionalidade é um absurdo. A questão passa, então, por saber se há uma pluralidade de motivações e se o interesse pessoal é a única motivação que conduz o ser humano.

⁴ Sen, Amartya, “Algumas questões económicas e sociais contemporâneas”, in Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz (1994:125)

Em suma, vários autores vão-se manifestando contra a visão convencional, defendendo que uma ciência económica que considera imutável a motivação humana e que vê no mercado concorrencial uma verdade fixa e permanente, além de ser uma fuga técnica da realidade, arrisca-se à obsolescência (Galbraith, 1987: 232).

1.2.2. O princípio da “*simpatia*” e a mão invisível em Adam Smith

Precisamente com esta visão do Homem como parte de uma comunidade, em nome da qual pode também ter que fazer sacrifícios, Adam Smith (1723-1790) introduz o seu *Princípio da Simpatia*⁵. Por isso, a Economia nasce com esta “costela” na filosofia moral, pela obra de Smith, *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759). Adam Smith afirma que, por muito egoísta que possa ser o ser humano, estão na sua natureza alguns princípios que o fazem interessar-se pelo destino e felicidade alheias.

O papel que esta *simpatia* tem na ciência económica acabou por se tornar numa grande dificuldade da história do pensamento económico e a solução mais convencional considerou que a teoria económica não necessitava da teoria moral e que o egoísmo era o verdadeiro motor do mercado.

Na verdade, Smith distingue a prudência (virtude) do interesse pessoal e considera que os sentimentos morais são essenciais para o desempenho de um bom comportamento. Diz mesmo que o Homem não pode olhar para si mesmo “como algo separado, mas como cidadão do mundo e mesmo de uma vasta comunidade da natureza” (Smith *apud* Sen, 1987: 22).

Nesta ordem de ideias, alguns estudiosos da matéria têm regressado à obra de Smith e verificado uma excessiva simplificação do tradicional postulado da *mão invisível*, referido na obra *A Riqueza das Nações*⁶ (1776). Haveria alguma contradição entre o que Smith apresenta na *Teoria dos Sentimentos Morais* e o que defende naquela que ficou muito mais conhecida como a sua obra de referência?

O estudo *NORMEC – The normative dimensions of action and order* (Lopes, 2004)⁷, que se deteve a analisar o papel dos valores morais na Economia, concluiu que, no que diz respeito a Adam Smith, não há nenhuma dissonância entre estas duas obras, como muitos estudiosos terão advogado. Considera antes que, para Smith, o Homem é um ser multidimensional, frequentemente dividido entre o amor-próprio e a virtude, mas conduzido pela *simpatia* face aos outros, descrita pelo próprio Smith quando se refere à tristeza, alegria, ressentimento,

⁵ o significado de “*simpaty*” não é exactamente o mesmo que na língua portuguesa a palavra “*simpatia*”, tendo antes a ver com a capacidade para se colocar no lugar do outro, mais próximo do termo “*empatia*”.

⁶ cujo nome original e completo (raramente mencionado) é *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*

⁷ promovido pelo DINÂMIA - Centro de Estudos sobre a Mudança socioeconómica, ISCTE.

gratidão, não como uma mera experiência sensorial, mas como uma projecção de si próprio nos outros. Segundo este princípio, o indivíduo só se conhece a si mesmo por intermédio do julgamento que faz do outro e daquele que o outro faz dele, o que seria a base do sentido social e da própria divisão do trabalho e das trocas (Maltez, 1991: 220). Logo, há uma forte dose de moralismo, no sentido em que esta *simpatia* leva os homens a tentar obter a aprovação de outros homens.

Daqui, Smith avança para uma teoria da consciência ligada aos mecanismos sociais e relacionais da *simpatia*, sendo que há sempre pelo menos duas partes envolvidas e que estes laços geram reciprocidade, na medida em que o prazer da mútua *simpatia* pode contar na motivação para agir em conjunto. A aprovação ou desaprovação moral dos outros depende da *simpatia* e, para além dessa capacidade de julgar os outros, também se verifica a capacidade de nos julgarmos a nós mesmos; é o espaço da consciência.

Este estudo NORMEC considera que, em ambas as obras de Smith, o amor-próprio é um aspecto marcante, mas que essa característica tanto pode ser conflituosa com a virtude, como coexistir com ela. Daí que não haja qualquer contradição entre *A Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e *A Riqueza das Nações*, justifica o NORMEC. Em ambos os livros o amor-próprio é forte e reconhece-se que a caridade é fraca entre os mortais, mas em ambos os livros o amor-próprio e a virtude são compatíveis pelo sentido de justiça.

Com efeito, sobre a justiça, Smith apresenta uma noção muito alargada quando diz «we are said to do justice to our neighbour when we abstain from doing him any positive harm, and to directly hurt him, either in his person, or in his estate, or in his reputation» (TMS VII, in Lopes, 2004: cap.2, 1.1.4). A justiça surge como um pilar essencial, fonte de sobrevivência da sociedade, e é uma virtude que deve ser reforçada pela lei e, acima de tudo, pela consciência, como forma de ultrapassar a fraca predisposição para a caridade.

Toda esta reflexão significa que, ao ser retirada a contribuição de Smith ao nível dos sentimentos morais, foi retirada à sua interpretação todo um importante enquadramento analítico crucial que poderia ter conduzido de outra forma a disciplina da ciência económica quando era essencial entender diferenças entre uma análise de interacção anónima dos mercados perfeitos e contextos onde as relações interpessoais são determinantes. A capacidade dos indivíduos julgarem a sua própria acção é, então, importante para entender como resolvem determinados dilemas sociais. Segundo este estudo NORMEC, muitos paradoxos e “anomalias” da teoria das escolhas racionais desapareceriam se considerassem alargar a visão e incluir os sentimentos morais.

Quanto à *mão invisível*, revisitando directamente as palavras de Smith, encontra-se na sua famosa frase que «não é da benevolência do carnicheiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas do que eles consideram o seu próprio interesse. Dirigimo-nos, não à sua humanidade, mas ao amor-próprio» (Smith *apud* Galbraith, 1987: 64); depois acrescenta que o indivíduo é conduzido por uma *mão invisível* para promover um fim que não fazia parte da sua intenção. Adelino Maltez (1991: 222) chama a atenção para o facto da expressão “mão invisível” ter sido usada a propósito do comércio internacional, com a intenção de distinguir as intenções e motivações das acções dos indivíduos das suas consequências sociais. Amartya Sen (1987: 23) também diz que Smith, nesta passagem, apenas revela como as transacções são normais e como a divisão do trabalho funciona, mas nunca diz que o amor-próprio por si só é adequado a uma boa sociedade. Portanto, a mais citada passagem de Smith não é uma negação do enquadramento moral em que a actividade económica decorre, mas uma demonstração em como a liberdade económica e o zelo que cada um dedica aos seus interesses, têm resultados socialmente úteis (Martins, 1996).

Porém, a teoria convencional passou a apresentar a *mão invisível* como tendo subjacente a tese segundo a qual o interesse da comunidade é apenas o somatório dos interesses dos membros que a compõem, ou seja, que cada Homem deixado à sua livre iniciativa, procurará maximizar a sua própria riqueza; por conseguinte, todos os homens, se não forem *estorvados*, maximizarão a riqueza agregada. Um mecanismo de equilíbrio automático do mercado concorrencial, através da crença nas características optimizadoras da concorrência (Blaug, 1989: 100). A motivação económica centra-se no papel do interesse individual, sendo a prossecução privada e competitiva a fonte do maior bem público. Deste modo, a metáfora da “mão invisível” foi maioritariamente interpretada como um modelo de sociedade de concorrência perfeita e de “laissez faire”.

Em suma, a forma como Smith foi interpretado, no que diz respeito ao mercado e às motivações, e o modo como foi negligenciada a perspectiva ética dos sentimentos e dos comportamentos, encaixam-se na distância que a economia ganhou da ética na teoria económica. Smith tinha o que não encontramos na teoria moderna: uma visão ampla do ser humano (Sen, 1987: 28).

Por isso, Luigino Bruni⁸ diz mesmo que o princípio da simpatia, não só é algo totalmente contrário ao egoísmo (*self interest*), como vai mais longe que o próprio altruísmo, pois não tem a ver com aquilo que a pessoa *faz*, mas com aquilo que a pessoa *é*. Bruni afirma, então,

⁸ in “A figura do *outro* e a ciência económica”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano III, nº 1, Março/1998, p. 15.

que, para Smith, a pessoa é uma *realidade relacional*. Esta dimensão pessoal perdeu-se na teoria económica, porque estuda-se o *homo oeconomicus*, capaz de egoísmo e por vezes de altruísmo, mas absolutamente incapaz de *simpatia*; a identidade do outro não tem qualquer papel na economia dominante (Bruni, idem).

1.2.3. Utilitarismo, ética consequencialista e ética deontológica

Através da Teoria Utilitarista sabemos hoje que o agente económico é quem atribui o *valor* às coisas. Neste sentido, na *utilidade* também se inserem as motivações e a moral, mas, como anteriormente referido, a Economia não entrou nestes domínios, não porque não conferissem *valor*, mas porque esse não foi o caminho adoptado pela teoria económica.

Por isso, um dos factores habitualmente apontados como negativo no utilitarismo prende-se com a forma como faz a passagem do individual para o colectivo (em que os fins justificam os meios) numa lógica de moral da eficiência⁹, para a qual as motivações não são relevantes. Esta interpretação consequencialista do utilitarismo terá também alimentado um pensamento económico moderno convicto da sua ciência ser axiologicamente neutra e isenta de concepções éticas (Lopes, 2003). O mundo analítico da teoria económica não pressupõe uma concepção particular do “bem”, nem a existência de “deveres morais” e a sociedade é um simples mecanismo que todos usam para atingir fins individuais (idem).

Com efeito, o utilitarismo de Bentham retirou o lugar dos sentimentos morais do centro da economia, mas os Marginalistas, apesar de influenciados pelo utilitarismo, sempre se sentiram desconfortáveis com as interpretações de Bentham que favorecia a redução de todas as motivações a uma única escala de prazer e sofrimento. Assim o diz o estudo NORMEC, atrás mencionado, que a teoria das escolhas racionais contemporânea, não só entra em contradição com o legado de Smith, mas também com os seus mais próximos antecessores marginalistas. (Lopes, 2004: cap.2, 1.2)

Para os marginalistas a utilidade é subjectiva, envolvendo apenas a relação do indivíduo com o seu objecto de uso que lhe é útil. Deste modo, a escolha guiada pela utilidade é moralmente neutra, como se a “escolha económica” fosse um domínio separado da realidade e fossem ignorados os efeitos de uma decisão individual sobre outros indivíduos.

O estudo NORMEC diz que, revisitando autores como Jenvons, Edgeworth e Marshall, encontra-se a noção de que a definição de utilidade como uma medida da satisfação individual leva a uma discussão sobre as suas motivações. Portanto, as motivações e desejos fazem parte da teoria das escolhas do marginalismo e o utilitarismo de Bentham, embora possa ter

⁹ O óptimo de Pareto, apresentado no ponto 1.4 é enquadrado nesta visão

influenciado Jevons e Edgeworth, foi claramente rejeitado por Alfred Marshall (Lopes, 2004: cap.2, 1.2).

Portanto, os marginalistas estão de acordo que a maximização da utilidade individual como critério de escolha só faz sentido quando apenas estão em causa as consequências para o seu agente e não para outros. Alfred Marshall reconhece-o quando refere que o método matemático não permitia incluir nos cálculos motivações de natureza mais elevada, como o “amor pela virtude”. Marshall assume, pois, que esta impossibilidade da mensurabilidade se estender a todas as motivações impede de as considerar na análise económica das escolhas individuais. (Lopes, 2004: cap.2, 1.2).

Mas o que sucedeu foi que, na evolução do conceito de utilidade, foi sendo retirado o domínio das motivações e isso desenvolveu a moderna teoria das escolhas racionais de forma diferente daquela que havia sido adoptada pelos marginalistas. Deixou de se questionar quais as motivações que poderiam ser consideradas “económicas” e reduziu-se tudo a escolhas individuais (Lopes, 2004). A verdade é que os indivíduos não trocam só mercadorias por mercadorias, também trocam o seu bem-estar pelo bem-estar de outros ou o seu sentido de dever pelo prazer obtido com o consumo, contrário à mono-utilidade da escolha individual (Lopes, 2004: cap.2, 1.2).

Há, pois, outros níveis de utilidade que permitem ir mais longe na análise da acção individual, mas que levantam novas questões difíceis de tratar no quadro do individualismo metodológico (Lopes, 2004), como atrás foi abordado. Daí que o utilitarismo tenha ficado agregado às doutrinas morais de tipo consequencialista.

Existem dois tipos de doutrinas morais, ambas parte da filosofia moral, preocupada com a felicidade individual e colectiva. As doutrinas consequencialistas, como é o caso do utilitarismo, defendem que uma acção é justa se contribuir para a maximização da felicidade do maior número, sendo as acções avaliadas pelas suas consequências. A racionalidade instrumental encaixa-se nesta lógica de que os actos são meios ao serviço de um fim. Por outro lado, as doutrinas deontológicas – cujo principal representante é Kant - consideram que nenhum acto é legítimo apenas pelas suas consequências contribuir para um interesse geral, porque as acções devem ser justas por si mesmas e as normas e princípios morais devem ser respeitados por si mesmos (Lopes, 2003).

Também Amartya Sen considera o modo de pensar dos neoclássicos como consequencialista, julgando as decisões com base nas suas consequências para o bem-estar total da sociedade. De facto, esta é uma fonte de grandes críticas à teoria neoclássica. «Uma focalização extrema

no bem-estar social máximo distrai a atenção do processo pelo qual esse objectivo é atingido. Os deontologistas focalizam-se nos processos. A maneira de pensar dos deontologistas considera o processo pelo qual se atinge o bem-estar social máximo e evita comportamentos a que falte suporte ético.» (McCarty, 2001: 116).

No estudo *Une conception de moralité pour la théorie économique* (Lopes, 2003) aponta-se a possibilidade de coabitação entre o “bem” da racionalidade consequencialista e o “dever” da moral deontológica, apesar de elementos deontológicos serem inconciliáveis com a formalização da racionalidade enquanto maximização de uma função de utilidade, e apesar das restrições morais não poderem ser reduzidas ao estatuto instrumental para atingir um certo fim.

Para este efeito, há uma procura pela compreensão do estatuto da moral na concepção do comportamento económico. Segundo a teoria da escolha racional, os fins de uma dada escolha podem incluir valores morais, as finalidades últimas da acção é que escapam ao critério da racionalidade, isto é, o sujeito económico pode maximizar o seu interesse pessoal no sentido estrito do termo, mas também os seus interesses no sentido mais lato, que podem incluir, por exemplo, os interesses de outras pessoas. Significa que a racionalidade instrumental não é necessariamente associada ao egoísmo e prevê a análise da adequação dos meios (Lopes, 2003).

Além disso, há utilitaristas cujo critério moral último é a procura da felicidade da comunidade. Este ideal utilitarista, abandonado pela teoria económica contemporânea, encontra-se ligado à economia do bem-estar, a qual está isolada da economia positiva (Lopes, 2003), como veremos no ponto 1.4.

Alguns autores também propõem introduzir as preferências morais, que seriam maximizadas da mesma forma que as outras preferências, mas tal foi refutado, sobretudo por Pareto e por Edgeworth no final do século XIX, para quem a ciência económica é fundada na oposição entre interesses e valores, por considerar que tinham motivações de natureza distinta, devendo ficar fora do campo da ciência económica (Lopes, 2003). Tratou-se de uma interpretação de “bem” e “dever” totalmente oposta à possibilidade da sua coexistência na análise. Mas, por exemplo, Durkheim considerava que estes dois princípios não podem existir isoladamente: «a noção de bem penetra na noção de dever e a noção de dever e obrigação penetra na noção de bem» (citado por Lopes, 2003).

Esta análise teórica é relevante porque a divulgação crescente do chamado *business ethics* pode levar a ocultar o verdadeiro fundo da questão quando se trata de entender que tipo de ética estamos a defender. Um discurso por uma ética centrada na conveniência, dadas as suas

consequência sociais ou para a própria empresa, corre o risco de perder o próprio fundamento ético. Atribuir-lhe uma natureza racional é insuficiente, por não considerar o *dever ser*. Será uma interpretação redutora de ética se não se entender que não há nenhuma contradição entre a moral privada, a moral pública e a moral empresarial. O sujeito da ética é a pessoa, não a empresa (Moreira, 1999: 94).

O êxito da teorização da ciência económica tê-la-á afastado de uma concepção mais prática pelo que, de certa forma, é normal assistirmos a um contra-movimento e ser cada vez mais comum um discurso a favor de uma racionalidade económica *comunicativa* e não *utilitarista*, através de uma ética humanista e não metafísica do racionalismo moderno¹⁰.

A grande diferença é que esta é uma visão contrária a várias outras que encaram a ética numa perspectiva do *diálogo*, ou seja, como um modo de resolução de conflitos, que é, de facto, limitado. É uma visão instrumental da ética. Também não é neste padrão que se situa a EdC, para a qual as regras morais estão presentes independentemente de haver ou não conflitos. A EdC revê-se antes na proposta de Peter Koslowski para quem não se trata apenas de considerar a importância de uma *Ética Económica*, mas de ter uma *Economia Ética* na sua totalidade: «a economia não se rege apenas por leis económicas; também é determinada pelo homem, em cuja vontade a escolha está sempre actuante em todo um conjunto de expectativas económicas, normais sociais, perspectivas culturais e concepções éticas do bem. Por tal motivo deve, na acção económica e na teoria económica, ser este todo tomado em consideração e ser incorporada a reflexão sobre o carácter ético da actividade económica» (Martins, 1996: 16). Por isso se diz que a *Ética Económica* não consiste numa «oposição abstracta e na sapiência de um dever moralizante perante argumentos técnicos da economia» (idem). É um desejo de unidade entre a Economia e a Ética numa *Economia Ética*. Koslowski afirma: «age de maneira que a tua acção económica corresponda à dupla missão da economia, de eficientemente prover de bens os homens e dar forma a um espaço central da prática humana e da realização pessoal. (...) em contraposição aos princípios mecanicistas da teoria económica, o sujeito económico é um agente e não um “agido” pelas forças económicas.» (idem)

1.2.4. A óptica da Relacionalidade

O valor do indivíduo e o seu carácter único e irrepetível são fortes marcas de um legado judaico-cristão que caracteriza as sociedades ocidentais. O homem, sendo um ser individual, é

¹⁰ segundo Peter Ulrich, director do Instituto de Ética Económica da Universidade de St. Gallen na Suíça, in Martins (1996: 12)

ao mesmo tempo um ser social e isso fá-lo considerar os outros como iguais, sem perder a sua individualidade. É nesta conseqüente interdependência, que nos é constitutiva, que se alicerça também uma reflexão sobre o comportamento dos agentes económicos que, para a EdC, não se postula nem pelo individualismo, nem pelo colectivismo, mas por uma concepção cristã da sociedade. Como vimos, uma lógica de sobrevalorização do indivíduo face ao seu contexto fez nascer uma ciência económica separada da moral.

Como se viu através do *Dilema do Prisioneiro*, a teoria das escolhas racionais individuais não leva à realização do *óptimum* colectivo. Se uma perspectiva deontológica e ética entrasse na teoria económica, a *Teoria dos Jogos* não teria os mesmos fundamentos.

O desafio que nos é proposto pelo projecto EdC, em consonância com a Doutrina Social da Igreja (DSI), passa por articular a individualidade que nos separa de todos os outros seres humanos e as pertenças que nos solidarizam com os outros membros da sociedade.

De facto, a DSI rejeita o individualismo que não considera o carácter social do ser humano. A sociedade não é concebida como simples agregado de indivíduos unidos por interesses, segundo um contrato social para evitar a *guerra de todos contra todos* (na visão de Hobbes) ou para impedir que se sufoque a liberdade individual (à maneira de Rousseau) (Melé, 2003: 84).

Também a DSI, ao referir-se ao conceito de *bem comum*, não o faz considerando-o com uma soma de interesses ou preferências individuais, nem o identifica com o interesse geral ou da maioria. Defende que o *bem comum* é uma categoria ética, que se coloca acima de interesses particulares, não coincidindo necessariamente com o interesse da maioria ou o interesse geral (Melè, 2003: 94).

Como Amarty Sen demonstrou, a crença geral em normas éticas pode resolver o “paradoxo do isolamento” que consiste em que cada pessoa faria o bem se soubesse que os outros também o fazem, mas não o faria se fosse o único indivíduo moral do grupo. Em suma, Sen substituiu o dilema do prisioneiro por um jogo de confiança (Moreira, 1999: 104).

Na verdade, os teóricos têm cada vez mais dificuldade em explicar a cooperação e a acção colectiva, quer no âmbito da teoria da empresa e nas relações de trabalho, quer sobre os mercados de produtos ou financeiros. Como vimos, esta dificuldade prende-se com o facto de haver critérios como a justiça ou outros valores morais, mais do que a procura do interesse pessoal, que são inexplicáveis do ponto de vista da racionalidade instrumental (Lopes, 2003).

No contexto dos dilemas da acção colectiva, segundo o estudo NORMEC, foram já realizadas várias experiências que permitem demonstrar que, contrariamente à teoria das escolhas racionais, a maioria dos indivíduos não procura apenas maximizar o seu interesse pessoal e

comporta-se de acordo com motivações sociais e morais. De acordo com a lógica da racionalidade, não se espera que o indivíduo actue de forma compatível com os objectivos do grupo, e as experiências realizadas revelam antes que há uma forte predisposição para as pessoas contribuírem para bens públicos e cooperarem em acções colectivas, bem mais do que havia sido esperado pela teoria das escolhas racionais. É também nesta linha que vai a teoria da escolha pública defendida por Kenneth Arrow.

Evidencia-se, assim, a força das motivações quando estão em causa questões de justiça, o que revela uma das sérias dificuldades do postulado do utilitarismo (Lopes, 2004: cap.2, 1.3). Além disso, nota-se que a acção dos sujeitos é bastante influenciada pelo comportamento de outros sujeitos, não só no plano das consequências que daí advenham, como das verdadeiras intenções. Daqui nascem reciprocidades positivas, quando todos contribuem, ou reciprocidades negativas, quando um ou mais sujeitos deixa de cooperar.

A teoria das escolhas racionais não leva em conta que os desejos e crenças possam orientar a acção individual. Isso levou a que muitos cientistas sociais usassem o interesse pessoal como elemento base da explicação para a variação de comportamentos, incluindo para os actos de cooperação, numa lógica de puro egoísmo sem espaço para a consideração por terceiros (Lopes, 2004: cap.2, 1.3). O estudo NORMEC é peremptório em afirmar que os comportamentos com uma conduta moral devem ser levados a sério na Economia e deve ser revista a essência do indivíduo, de modo a incluir a sua natureza social, que faz parte da constituição da identidade humana.

Consequentemente, as sociedades podem poupar significativamente em custos de transacção apenas porque os seus agentes confiam uns nos outros, o que os torna mais eficientes do que em sociedades de fraco nível de confiança, onde são necessários mais contratos; por isso, por vezes se diz que a existência de muitas leis pode ser sinónimo de pouca ética. Mas esta confiança – que vamos encontrar no projecto de EdC - não parte de um mero cálculo racional, nasce de fontes religiosas ou éticas (Moreira, 1999: 103).

Começa a ser cada vez mais comum a noção de que a gestão empresarial, mais do que um problema de custos e de afectação de meios materiais ou de coordenação de factores de produção, é um problema de custos de coordenação de pessoas e valores; o que no essencial diz que quem define uma empresa são as pessoas que a compõem e seus valores, que constituem a filosofia e a cultura da empresa (Moreira, 1999: 25).

A moralização da actividade económica só se consegue verdadeiramente com a moralização dos indivíduos que nela actuam. A EdC promove uma pedagogia nesta matéria. Até porque nem todos esses valores são exprimíveis em códigos éticos ou declarações de princípios,

havendo necessidade de um compromisso estritamente pessoal: a norma só se torna valor quando se interioriza, quando é pessoalmente assumida a todos os níveis da organização. Daí também a superioridade em eficiência da ordem de mercado coincidir com a excelência ética ou moral (Moreira, 1999: 26).

1.3. - PRODUÇÃO VERSUS DISTRIBUIÇÃO

O sentido da redistribuição dos mais ricos para os pobres resulta de um imperativo ético, mas a pergunta que se impõe é: em que medida é sustentável, do ponto de vista teórico, separar a produção de riqueza da sua distribuição? Qualquer que seja o padrão distributivo é sempre possível obter eficiência? Até onde podemos confiar unicamente no mercado?

Em torno do tema da ética, por vezes levanta-se a questão de saber se o lucro empresarial pode ser visto em oposição às responsabilidades sociais da empresa. É uma falsa questão ética. A justificação moral do lucro assenta na justificação moral da empresa, que concordamos ser um importante motor de desenvolvimento humano na criação de riqueza. E uma empresa que não presta um serviço, que não produz algo que contribua para o bem comum, rectamente entendido, não se justifica, nem ética, nem economicamente (Moreira, 1999: 98-99). Portanto, obter lucro é uma responsabilidade básica da empresa, uma responsabilidade também social que garante a sua sustentabilidade futura e, simultaneamente, contribui para a redistribuição pela via fiscal. Porém, também se corre o risco de encarar os impostos como a máxima solidariedade, considerando que está cumprido o princípio da distribuição, num contexto em que o Estado tem sido visto como o garante dos interesses públicos, colectivos e lugar da solidariedade.

1.3.1. A problemática da Repartição

1.3.1.1. Contratualismo e institucionalismo – o contributo de Polanyi

A ideia tradicional que temos da repartição, de uma forma simples, provém da distribuição dos rendimentos sob a forma monetária, aos proprietários através de rendas, aos trabalhadores através de salários, aos capitalistas através de juros. Os problemas da repartição económica podem ser solucionados numa base contratualista ou numa base institucionalista (Martinez, 1996: 711):

Na concepção contratualista, ou voluntarista, que corresponde à dos teóricos clássicos, os bens económicos repartem-se segundo acordos estabelecidos entre os sujeitos económicos, reflectem as pressões da oferta e da procura e, deste modo, a definição da renda paga aos proprietários, dos salários pagos aos trabalhadores e do juro pago aos capitalistas, depende apenas de leis económicas, as quais não são justas, nem injustas.

Para a concepção institucionalista de repartição, embora se reconheça que os mecanismos do mercado têm influência na repartição, essa influência não é única e absoluta. A justiça, os hábitos e considerações sobre o bem comum são levados em conta. Um enquadramento onde

habitualmente se insere a intervenção dos poderes públicos. Mas o institucionalismo não tem que necessariamente reclamar medidas intervencionistas em matéria de repartição, podendo continuar a sustentar que, por força da própria estrutura social, a parte que cabe a cada um, ou cada grupo, na distribuição dos bens, não depende apenas do acordo de vontades entre sujeitos económicos (Martinez, 1996: 712). Depois de operada a distribuição de rendimentos através dos mecanismos dos mercados, essa mesma repartição é corrigida, realizando-se transferências de rendimentos entre sectores, entre grupos sociais. A redistribuição consiste precisamente nestas transferências (idem: 748).

Pela forma como aborda a relação entre a economia e a sociedade, Karl Polanyi é conhecido enquanto institucionalista. Defende que as instituições económicas se encontram incorporadas noutras instituições de natureza não económica e, por isso, considera que a acção económica não pode ser compreendida segundo comportamentos individuais, via *homo oeconomicus*. Esta posição é apresentada no quadro da defesa da *subordinação da economia como um meio aos fins da comunidade humana* (Pereira, 2004).

Polanyi postula também que o Homem não actua de modo a defender o seu interesse individual, mas de modo a garantir a sua posição social, os seus direitos e vantagens sociais, pelo que atribui valor aos bens materiais desde que estes sirvam aquele fim. Isto explica que, nem o modo de produção, nem o modo de distribuição estão ligados a interesses económicos específicos de mera posse dos bens, mas antes a um processo de interesses sociais, os quais variam de comunidade para comunidade. Assim, o sistema económico é gerado em função de motivações não económicas (Polanyi, 1983: 75). Como é, então, assegurada a ordem da produção e da distribuição?

Segundo Polanyi, ao longo da história foram existindo diversas modalidades de institucionalização da produção, da distribuição e do consumo. Este autor concluiu existirem três princípios de regulação: reciprocidade, redistribuição e troca de mercado.

Própria do terceiro sector, a reciprocidade, encontrada na troca de bens e serviços nas economias primitivas, obrigava a respeitar a defesa dos interesses do grupo sobre o individual. A redistribuição acrescenta à anterior a existência de determinadas regras de repartição, próprias de uma sociedade mais complexa, mas ainda existente nas economias primitivas, estando hoje ligada ao Estado. Portanto, a reciprocidade pressupõe um movimento simétrico, enquanto que a redistribuição prevê a confluência para um centro, que tem uma função intermediária, e deste para fora (Polanyi, 1992: 35).

Na troca de mercado, a produção e a distribuição dependem de um mercado regulado por preços, em função de mecanismos de oferta e procura, o que só a partir do século XIX se generaliza. Como a ciência económica desenvolveu a sua teoria tendo a troca de mercado como elemento-chave, foram universalizadas as motivações utilitaristas e as leis do mercado auto-regulado (Pereira, 2004).

Mas Polanyi afirma ainda que a reciprocidade está em condições de aplicar a redistribuição e a troca, como métodos subordinados. E diz que a simetria da reciprocidade e a centralidade da redistribuição são modelos institucionais e princípios de comportamento que se ajustam mutuamente (Polanyi, 1983: 79).

Por um lado, Polanyi revela-se contra o capitalismo liberal por não ser compatível com a natureza social do Homem, apontando a sociedade capitalista como “não-livre”, no sentido em que as relações interpessoais surgem como simples respostas aos objectivos impessoais das forças de mercado, sem qualquer elemento de responsabilidade pessoal. Por outro lado, Polanyi não é apologista de um comando centralizado da economia, uma vez que o intervencionismo retira a liberdade da escolha e, deste modo, afasta também a noção das responsabilidades individuais.

De qualquer modo, Polanyi defende que o fim de uma sociedade de mercado não implica necessariamente o fim do mercado concorrencial e menos ainda das liberdades essenciais do cidadão.

1.3.1.2. Outros legados do pensamento económico

Teóricos como Stuart Mill vieram a ter uma grande influência na posição de vários economistas que, rejeitando qualquer intervencionismo no lado da produção, aceitavam-no no lado da repartição (Martinez, 1996: 748). Do ponto de vista do humanismo cristão, estas transferências podem justificar-se na medida em que assegurem aos menos beneficiados um rendimento mínimo inseparável da dignidade humana e familiar (idem: 748-749). Do lado dos Socialistas, as transferências constituem uma correcção das desigualdades, consideradas como provenientes da propriedade privada.

Encontramos também críticas e inconvenientes apontados à distribuição de rendimentos, por um lado, alegando que contribui para reduzir o esforço dos trabalhadores e, por outro, para diminuir a poupança.

A própria história do pensamento económico encontra alguns marcos de visões resignadas face à questão da repartição, nomeadamente assumindo uma posição de não coincidência

entre o interesse individual e o interesse colectivo, como é caso das teorias clássicas de um modo genérico, patentes, por exemplo, em Malthus e David Ricardo.

Há ainda uma posição de total demissão que vai mais longe, em nome de um determinismo social. É o caso de Herbert Spencer e do Darwinismo social, que serviram a defesa do sistema clássico, pois, por esta via, as desigualdades e as privações eram benéficas, confirmando a teoria da concorrência de Malthus que já apresentava uma noção de selecção. Segundo esta visão, a mitigação das privações era prejudicial, dado que os mais afortunados não tinham que ter qualquer sentimento de culpa, sendo beneficiários naturais da sua própria excelência e herdeiros de uma natureza que os seleccionara como parte do progresso para um mundo melhor (Galbraith, 1987: 109) afastando, conseqüentemente, todos os sentimentos de dever e preocupação face aos mais pobres¹¹. Também Vilfredo Pareto partilharia deste determinismo. A sua lei de distribuição do rendimento aceitava que aqueles que mereciam ser ricos eram poucos comparados com os que mereciam ser pobres, e que isso era uma constatação de que, de facto, a distribuição não era equitativa, mas era a realidade, segundo Pareto, ditada pela capacidade e talento, de acordo com a teoria da circulação das elites¹².

De um modo geral, no século XX estas teorias entraram em declínio, embora ainda hoje se encontre este argumento de que o auxílio aos mais carenciados perpetua a sua pobreza e que seria melhor abandoná-los ao seu destino natural (Galbraith, 1987: 109).

Um exemplo da oposição a este determinismo é dado por Thorstein Veblen, que não poupou críticas àqueles que presumiam ter atingido a excelência social (Galbraith, 1987: 144), sustentando que as ideias centrais da Escola Clássica não reflectiam uma busca da verdade e da realidade e limitavam-se a celebrar valores estabelecidos. De acordo com esta posição, o *homo oeconomicus*, cuidadoso calculador e hedonista ao mesmo tempo, era uma construção artificial, dado que a motivação humana é muito mais diversificada. Portanto, a teoria económica poderia ser um exercício estático e intemporal, mas a vida económica era necessariamente evolutiva e dinâmica. (Galbraith, 1987: 145).

1.3.1.3. O Solidarismo

Dadas as características do projecto EdC, consideramos que este trabalho justificava dar algum destaque a uma das posições surgidas ao longo da história do pensamento económico, nomeadamente no final do século XIX, altura em que começaram a surgir as primeiras abordagens com vista a uma nova escola económica, designadamente através do contributo de

¹¹ Galbraith (1987) lembra que a expressão «*a sobrevivência dos mais aptos*» é de Spencer e não de Darwin.

¹² cuja divisão é feita pelo grau de êxito, separando o conceito de elite de qualquer conceito de moral ou ética, contra a doutrina cristã e em total oposição à ideologia marxista que começava a ganhar apoiantes.

Charles Gide. O objectivo era distinguir-se tanto da escola liberal, como da escola católica e da escola socialista; era a escola da solidariedade.

É uma solidariedade entendida como uma interdependência, de acordo com a lógica da reciprocidade, entre todas as partes de um mesmo corpo. É uma característica da vida, e quanto mais diferenciadas e heterogéneas forem as partes, mais dificilmente se bastam a si próprias; completam-se mutuamente e não podem viver isoladas.

O solidarismo (Gide e Rist, 1959: 629) vem agregado à rejeição tanto ao individualismo liberal como ao colectivismo e estatismo por outro. A ideia é repudiar o *laissez-faire*, mas também a socialização da propriedade individual, ou seja, garantir os direitos do indivíduo, os direitos do Homem e ao mesmo tempo «impôr ao indivíduo certos sacrifícios em nome do interesse de todos» (idem).

No crescimento das teses solidaristas a designação “solidariedade” iria substituir a palavra “caridade”, muito conotada com a Igreja. Tornou-se comum a ideia de ser contra obras de caridade, mas a favor da solidariedade, no sentido de que a caridade seria algo que degrada, enquanto a solidariedade algo que eleva (Gide e Rist, 1959: 630).

A tese solidarista não parte da extensão ou transposição da solidariedade *natural* para a ordem moral ou social, é antes um esforço para corrigi-la, considerando que a solidariedade *natural* é injusta ou, pelo menos, “ajusta” (Gide e Rist, 1959: 631)

A ideia de segurança social está muito ligada ao solidarismo, mas a sua realização procedeu de duas vias divergentes: uma que se aproxima do Socialismo de Estado, pela via legislativa, e outra que dá continuidade às teses *associacionistas*, trazendo a estas uma nova seiva (Gide e Rist, 1959: 637), e à qual estão ligadas as experiências de mutualidades, cooperativas, sindicatos, entre outros, defendendo uma solidariedade livre e não imposta pelo Estado. Não significa isto que a solidariedade defendida pelo Socialismo estatal não seja necessária em muitos casos, mas é, para Gide e Rist (1959: 639), moralmente inferior a uma solidariedade livre.

Para os críticos do solidarismo, como Pareto, a solidariedade seria fonte de parasitismo. Para estes a organização natural assegura que cada um receba o equivalente àquilo que fornece e consideram já haver solidariedade suficiente no conceito de *troca*. Porém, tal pressupõe que todos estejam em pé de igualdade (Gide e Rist, 1959: 644-647). Levanta-se aqui o debate das diferenças entre o princípio da troca de equivalentes e o solidarismo.

A lógica do regime de troca visa uma prestação para obter uma contraprestação equivalente. A caridade é uma prestação sem esperar qualquer reciprocidade. Quanto à solidariedade, não

é uma doação totalmente desinteressada: há o sacrifício de uma parte do *eu* individual para obter uma quota-parte do *eu* colectivo (Gide e Rist, 1959: 650).

Embora Charles Gide e Charles Rist digam ainda que a solidariedade por si só não fornece um princípio de conduta moral porque ela é natural e, como tal, amoral, a partir do momento em que a solidariedade é assumida permite três grandes conclusões (Gide e Rist, 1959: 648):

- todo o bem alheio contribui para o nosso próprio bem e todo o mal alheio pode contribuir para o nosso próprio mal; conseqüentemente devemos querer o bem alheio, ainda que seja uma lógica utilitarista;
- os nossos actos têm repercussões à nossa volta; conseqüentemente não há um enfraquecimento no sentido de responsabilidade, mas, pelo contrário, um aumento;
- torna-nos cientes que tantas vezes somos cúmplices inconscientes, o que nos leva a uma maior tolerância face aos outros e a noção da necessidade de maior exigência connosco próprios.

Esta teoria abria um debate entre duas visões da solidariedade, vista como um meio ou vista como um fim. No caso dos sindicalistas, a solidariedade é um meio com o objectivo da emancipação dos trabalhadores. Mas em Charles Gide e Charles Rist (1959: 647) é um fim, é negada a luta de classes e é postulada a reconciliação entre trabalhadores e patrões, entre ricos e pobres, pelo que socialistas e sindicalistas não acolheram o solidarismo.

O solidarismo preconiza, assim, a solidariedade como algo que é intrínseco quando se tem uma visão de interdependência sistémica da vida em sociedade.

1.3.2. Produção e coesão social

1.3.2.1. Eficiência e equidade

Para haver mercado tem que haver pobres? Esta pergunta é em si mesma espelho de uma reflexão tradicional centrada na eficiência económica, pois se estivesse direccionada para a eficácia social a pergunta nem se colocaria.

Segundo o Professor Anthony Atkinson¹³, as principais linhas de argumentação que tornam o objectivo de melhorar a eficiência económica como prioritário, face à justiça distributiva, são as seguintes: uma diz respeito mais ao processo que às conseqüências, ou seja, ao carácter voluntário da participação individual. Nesta linha, uma economia de mercado, com troca voluntária, é um processo legítimo desde que o ponto de partida inicial seja justo. Atkinson defende que este pressuposto *ex-ante* é de difícil definição e verificação; outra linha justifica

¹³ in “Transformação Económica e Justiça e Económica”, Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz (1994), pp. 33-40

uma política distributiva, mas somente depois de concluída a transformação económica, ou seja, a redistribuição não é um ponto de partida – num ponto inicial justo – mas quando assegurado o sucesso económico. Nesta linha há uma clara separação entre eficiência e repartição, sendo esta última tomada como *ex-post*. Neste caso a equidade não é tida em conta na construção da própria transformação económica e é deixada para quando se alcança a eficiência económica, o que pode ser demasiado tarde (idem: 36). Uma terceira perspectiva defende que não se trata de partir do arranque ou da conclusão do processo de transformação, se houver uma maior preocupação com a pobreza do que com as desigualdades, ou seja, uma visão dinâmica da equidade, que tem também em conta que os níveis de vida são interdependentes (idem: 36-37).

De facto, na visão mais convencional temos assistido a uma noção de eficiência que ignora a redistribuição e a reciprocidade, e é mesmo desconfiada relativamente ao papel do dom e da solidariedade, considerados fontes de ineficiência e perda, usualmente deixados a cargo do Estado ou de entidades sem fins lucrativos. Estas, por sua vez, olham para o mercado com desconfiança e para a eficiência como um elemento perigoso que pode contaminar a pureza dos valores éticos¹⁴. Isto tem levado a que o tema da redistribuição surja como *ex-post* e não planeado lado a lado com a produção e a eficiência.

Assim sucede porque a filosofia economico-política que inspirou a construção do moderno sistema de *welfare* assentou nos *Principles of Political Economy* (1848) de J.S.Mill onde se postulava a separação entre o momento da produção de riqueza, pertencente ao mercado e sem vínculo a normas éticas, do momento da sua redistribuição, atribuído ao governo¹⁵. Mas segundo Zamagni (*apud* Bruni, idem: 69), esta dicotomia teve graves consequências derivadas do modo *esquizofrénico* de representar a realidade económica e até perverso no modo como divide a pessoa humana, que tem que *fazer justiça da injustiça*.

Deste modo, o que se questiona é saber se há outro caminho diferente daquele que parece obrigar a uma escolha entre eficiência e equidade, ou seja, entre eficiência económica e eficácia social. Até podiam ser consideradas separadamente se, como tem sucedido na teoria convencional, a riqueza pudesse de algum modo ser redistribuída sem custos¹⁶, o que não se verifica. Daí ser necessário aos economistas mudar a compreensão sobre o que entendem por eficiência (idem: 71). Acresce ainda referir que, se o conceito de eficiência económica no sentido macro já é difícil, o de eficiência produtiva é um conceito mais fraco, visto que nada

¹⁴ Bruni, Luigino in *Mouvement des Focolari* (2001: 193)

¹⁵ Bruni, Luigino in *Bureau Internazionale di Economia e Lavoro* (2001: 68-69)

¹⁶ Hammond, Peter, “Ética, Distribuição, Incentivos, Eficiência e Mercados”, in *Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz* (1994: 70)

se sabe sobre se os bens produzidos são realmente desejados pelos consumidores, nem se esses bens finais são eficientemente distribuídos e se respondem às necessidades – não só dos mais ricos, mas também dos mais pobres.

Na verdade, entre a eficiência e a equidade há uma grande interdependência dinâmica, quer quando as medidas distributivas têm um impacto negativo na produção, quer quando não há incentivos no apoio ao capital humano; ambos afectam a eficiência.

Trata-se, então, de passar de uma eficiência individual para uma eficiência sistémica, e para uma maior interdependência entre eficiência e equidade, como é desejo do projecto EdC.

1.3.2.2. A visão da Doutrina Social da Igreja

Na génese da Doutrina Social da Igreja (DSI) está a escola de ciência social de Le Play que, embora esteja mais próxima dos Clássicos que do Socialismo, pela oposição ao intervencionismo, afastou-se dos liberais na medida em que rejeitou os seus pressupostos materialistas e o seu individualismo (Martinez, 1996: 285).

Para a DSI a defesa da propriedade privada é feita lado a lado com o princípio do destino universal dos bens. No pós Primeira Guerra Mundial o Papa Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno* (a propósito do 40º aniversário da *Rerum Novarum*) introduzia um conceito relativamente novo na época, o de *justiça social* (nº 88), apontava a relação entre ética e economia (nº 42), propunha um ‘corporativismo cristão’ (91-96), baseado na dignidade e liberdade da pessoa humana e nos princípios da solidariedade, rejeitando simultaneamente capitalismo e socialismo (nº 112-120) e formulando o princípio da subsidiariedade.

Na encíclica *Pacem in Terris* (1963), o Papa João XXIII introduz o conceito de *bem comum* (nº 55-66) e defende que «ao direito de propriedade privada é inerente uma função social» (nº 19), uma ideia que vem a ser reforçada em vários outros documentos posteriores.

João Paulo II viria a afirmar em 1979 na III Conferência Episcopal Latino-Americana: «sobre toda a propriedade privada pesa uma hipoteca social». E em 1987 a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* é sublinhado o conceito de solidariedade e deixado o apelo à opção preferencial pelos pobres.

Em síntese, o pensamento social católico assenta em dois princípios fundamentais de cooperação da vida social: a solidariedade e a subsidiariedade. Cada sujeito económico deve incluir outros sujeitos económicos na sua *função utilidade*, de acordo com a ideia de que todos são filhos de Deus. Portanto, a solidariedade está ligada à noção de interdependência e de bem comum e leva-nos a considerar como *nossas* as necessidades alheias. A interdependência é uma categoria moral e a sua resposta é a solidariedade, em nome de uma

responsabilidade colectiva. Deste modo, a repartição dos bens é uma manifestação dessa solidariedade, bem como o esforço a favor de uma ordem social mais justa. «Com o princípio da solidariedade a DSI opõe-se a todas as formas de individualismo social e político que desprezam o bem comum, relegando a preocupação pelos outros a uma questão de sentimentos altruístas ou ao consenso político» (Melé: 2003: 108).

A esta doutrina junta-se um entendimento ordenado sobre o papel do Estado e da liberdade humana segundo o princípio da subsidiariedade. Do lugar central do Homem deduz-se a correcta colocação, coadjuvante e subsidiária, dos outros organismos sociais (Neves, 1992), contra um excessivo intervencionismo que desresponsabilize a sociedade civil, a qual deve manter a sua iniciativa.

Por outro lado, o próprio direito da propriedade privada deve ser entendido à luz da concepção cristã da pessoa humana, por meio da qual a posse dos bens, o *ter*, não é em si mesmo uma riqueza, já que a única verdadeira riqueza é Deus. O que existe é a possibilidade de usufruir dos bens segundo as necessidades, o que inclui ter em conta a relação com os outros seres humanos. Assim, o *ter* adquire um significado mais profundo pela possibilidade de partilhar, de dar¹⁷. Deste modo, se o *ser* de cada pessoa individualmente não pode prescindir da comunhão com os outros, o *ter* encontra o seu verdadeiro significado numa dimensão social. Em suma, a natureza do Homem requer a doação e a natureza dos bens materiais implica ser instrumento para o bem comum (idem: 44). A riqueza é vista como um meio e não como um fim absoluto, pelo que a economia e toda a actividade económica deve estar ao seu serviço.

Neste sentido, a DSI não se identifica, nem com o individualismo, nem com o colectivismo, mas apresenta uma proposta cristã tendo em conta o carácter social do ser humano, a partilha e a procura do bem comum, que não é uma soma de interesses, mas uma categoria ética, com vista ao *Desenvolvimento integral e solidário do homem todo e de todos os homens* (conceito enunciado na encíclica *Populorum Progressio*, 1967 (Melé, 2003: 94).

Estão lançadas algumas pistas para um debate entre a eficácia e a socialização das responsabilidades, entre a competitividade e a coesão social e, conseqüentemente, ajudando a identificar propostas conducentes a um verdadeiro Desenvolvimento.

¹⁷ Araújo, Vera, in VV.AA. (1992: 43)

1.4. - CONCEITO DE BEM-ESTAR

Entre os escritores socialistas que, na primeira metade do século XIX, utilizam as teses fundamentais da economia política clássica para atacar a doutrina liberal encontra-se Sismondi. Afirma que o objecto da economia não devia ser a riqueza das sociedades, mas a felicidade dos Homens. Diz que a felicidade é um dado psicológico e moral, que não se deixa analisar através de fórmulas: não é uma soma de satisfações, não é uma soma de produtos, e ainda menos uma soma de lucros. (Denis, 1978: 392).

Defende que uma das causas das crises do capitalismo se deve ao facto deste funcionar com vista a produzir, não valores de uso, mas valores de troca, visto que o empresário não se preocupa em saber se o produto é ou não útil à sociedade, mas unicamente em conhecer se pode vendê-lo com lucro (Denis, 1978: 391).

Sismondi conclui que, ao observar o funcionamento real da economia, é necessária uma reforma que altere o seu objecto para um estudo que verse sobre a melhoria das condições do Homem, em vez de um estudo sobre a produção da riqueza. Para tal, aconselha a observação das circunstâncias reais da vida humana e não a construção de abstracções a partir de princípios gerais (Denis, 1978: 391).

A ideia de economia como ciência do bem-estar material é herdeira do entendimento de economia como ciência da riqueza, muito ligada a Marshall e depois a Pigou – que diz que a economia é o estudo do bem-estar económico, mas define a sua avaliação pela via monetária; portanto, uma concepção material, muito limitada (Martinez, 1996).

Com efeito, a comparação dos níveis de bem-estar tem obrigado a algum debate em torno deste conceito, promovendo a sua evolução, ligada ao conceito de pobreza, e inserindo indicadores que não são directamente quantificáveis ou mensuráveis. Amartya Sen é um dos autores que contribui fortemente para isso.

O bem-estar é um tema que por si só abre a porta da tensão entre o individual e o colectivo, entre os interesses privados e os interesses públicos. Diante das externalidades temos consciência que é impossível escapar disso.

1.4.1. Limites da perspectiva utilitarista

O critério clássico da economia do bem-estar é o utilitário, que julga o sucesso pela soma da utilidade criada. Até aos anos 70, o conceito de bem-estar permanece ligado à utilidade de determinados bens, à “satisfação”; é algo que se situa a nível mental, ligado à ideia de “plena realização” no sentido de “prazer” (Proença, 2001).

Nesta visão também se integram o princípio da *neutralidade ética* ou da *indiferença moral*, de Robbins, e o chamado *ótimo de Pareto*, ligados à escola neoclássica.

O princípio de Robbins tem como ponto de partida decisões de escolha baseadas em manifestações pessoais de preferências, sendo o indivíduo o melhor juiz das suas próprias necessidades e desejos, sem lugar para comparações interpessoais ou considerações éticas sobre a distribuição (Proença, 2003: 56).

Quanto ao *ótimo de Pareto*, enuncia o seguinte postulado: uma situação económica é *ótima* no sentido de Pareto se não for possível melhorar a situação, ou mais genericamente a utilidade de um sujeito, sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro sujeito económico. Trata-se de um princípio que perpetua o individualismo metodológico e ético, o território da economia é um domínio onde apenas os bens se encontram, totalmente separado do campo das motivações ou da interacção entre os sujeitos. Neste sentido, é usualmente apontado como pouco benéfico ou aceitável que este modelo preveja a concentração de rendimento ou recursos num único sujeito, visto que isso pode ser *ótimo* no sentido de Pareto. Nesta lógica, de mera eficiência da utilidade, as externalidades ou qualquer tipo de noção de interdependência, estão excluídas no raciocínio de Pareto.

Face a este quadro teórico, ao longo das suas obras, Amartya Sen (1987) foi tecendo fortes críticas ao conceito de utilidade como elemento de determinação do bem-estar, entre elas: sob o ponto de vista das opções éticas nada importa, a não ser as consequências, a utilidade gerada, a satisfação, o bem-estar que causa dada situação, sem olhar a meios, sem avaliar se houve violação de direitos e deveres; também em relação ao modo como a escolha racional permite obter informação suficiente sobre o bem-estar e a pobreza; e ainda a ideia de “somatório”, que supõe que as utilidades de diferentes pessoas são adicionadas umas às outras para obter o proveito agregado, como se o que interessasse fosse a maximização do total, independentemente da distribuição da utilidade.

Amartya Sen (2003: 76) aponta, então, como principais limites da perspectiva utilitarista:

- a indiferença relativamente à distribuição; muito centrada no total, a contabilidade utilitarista tende a ignorar as desigualdades na distribuição da felicidade;
- o desinteresse pelos direitos, liberdades e outras dimensões não agregadas;
- a limitação da fixação em características mentais, como o prazer e os desejos em termos de comparações interpessoais, visto que os nossos desejos, por um lado são formulados em função da realidade que conhecemos e, por outro, tendem a acomodar-se às circunstâncias de vida, incluindo a acomodação psicológica às privações.

Em suma, Sen (2003) defende que o conceito de bem-estar deve estar ligado não só às satisfações de ordem física e mental, mas também a valores éticos, como os direitos e as liberdades, de acordo com as potencialidades existentes.

Por sua vez, Mark Blaug (1981: 414-415) chama a atenção para uma utilidade vista como uma premissa hedonista, onde as externalidades são ignoradas e a própria noção de bem-estar associada, seja a desejo, seja a satisfação, é discutível. Também para Blaug (idem) tiraram-se conclusões sobre o bem-estar, a partir da teoria da utilidade, sem levar em conta a desigualdade na repartição do rendimento e sem ter presente a dificuldade em estabelecer comparações interpessoais.

Por isso hoje a utilidade não é mais do que a preferência individual sem espaço para comparações na função distribuição e para uma noção de utilidade interpessoal, o que leva a reflectir sobre a tensão entre uma economia positiva e uma economia normativa.

Apesar de ter começado por ter um corpo de pensamento conhecido por *Economia Política*, incluindo uma preocupação pelas consequências sociais do comportamento individual, a Economia acabou por se tornar uma disciplina reconhecida reduzindo a ênfase do seu aspecto “político” – como distribuir o que a economia produz – para passar a dar mais ênfase à “economia” – produzir mais coisas para distribuir, orientada para o crescimento. A questão fundamental para os economistas passou a ser: como pode a sociedade atingir os padrões de vida mais elevados que as populações em crescimento exigem? (McCarty, 2001: 113).

Assim se desviou a atenção dos economistas da “Economia Normativa” para a “Economia Positiva”, que não faz julgamentos sobre os objectivos que deviam ser adequados para a sociedade, mas presume que os objectivos incluem a maximização do rendimento ou da riqueza ou de qualquer indicador de bem-estar material. A divisão do pensamento económico deu mais ênfase à lógica económica sobre a moralidade social, mais aos meios práticos que à adequação dos fins e mais às soluções de engenharia que às considerações éticas (McCarty, 2001: 113).

Sen (1987: 29) diz que, se por um lado à medida que a ética é ponderada na Economia o conceito de bem-estar é re-discutido, por outro tem permanecido numa “caixa estreita e separada do resto da Economia” numa relação unidireccional onde os avanços da análise económica podem influenciar o conceito de bem-estar económico, mas não o inverso.

Por um lado, vemos a necessidade de incluir na economia outros parâmetros de análise, mas, por outro, o recurso a esses parâmetros continuam a ser encarados como *extras*.

Não é de estranhar que tenham, pois, surgido teorias de justiça distributiva, como vimos atrás, como também foi o caso do contributo de John Rawls, que se enquadra num outra visão

relativamente à teoria do bem-estar, em busca de um novo contrato social. Rawls diz que o indivíduo está disposto a aceitar o princípio da liberdade individual na definição do seu próprio bem-estar, contando que não interfira na liberdade alheia, e o princípio da diferença, que aceita as desigualdades sociais se todos puderem, em iguais condições, aceder às instituições de apoio e se essas desigualdades resultarem numa melhoria do bem estar dos mais pobres (Proença, 2003: 61).

Mas John Rawls não está de acordo que haja uma extrapolação do princípio da escolha individual para o nível da escolha colectiva, nem concorda que a sociedade como um todo procure a maximização do bem-estar grupal pela soma da satisfação dos seus membros (Higgins, 2005). Outras das críticas que Rawls faz ao utilitarismo é este dissociar o que é *bom* do que é *justo* e no saldo líquido de satisfações pouco importar o critério da distribuição (idem).

Em suma, falar em bem-estar sem valores é uma contradição. Se se tivesse partido do pressuposto que os homens estão estruturados para cooperar e partilhar, os resultados seriam diferentes. Ter começado por chamar bem-estar social óptimo a algo que está longe da natureza humana, tornou a economia com uma ciência longe da realidade da vida. (Martinez, 1996)

«Os bens são neutros, mas o seu uso é social. Eles podem ser usados como barreiras ou como pontes que unem» (Douglas *apud* Bruni, 2004b: 45). A questão do bem-estar (económico) é uma tradição anglo-saxónica, mas a realidade é mais complexa e tem muito mais a ver com a noção do que é a felicidade, algo muito mais difícil de identificar, porque não tem preço e não passa pelo mercado (Bruni, 2004a). Além disso, como já foi atrás referido, o projecto da EdC levanta o véu para outro tipo de externalidades, nomeadamente positivas, como é o caso dos bens relacionais.

Assim, fica a pergunta: porque é que ter mais rendimento e, teoricamente mais bem-estar, não nos torna necessariamente mais felizes?

1.4.2. Bem-estar, um conceito multidimensional

Sen (2003: 88), defende que a perspectiva de análise mais completa e próxima da realidade das pessoas não é nem a das utilidades – ligada aos teóricos do bem-estar – nem a dos bens primários – como defendeu Rawls – mas a das liberdades concretas, a das potencialidades para escolher a vida que cada um tem razões para estimar. Isto, explica Sen (idem), porque para além dos bens primários é preciso juntar a capacidade pessoal de promover os próprios fins. Esta “potencialidade” é uma forma de liberdade. Por isso, diz que, em termos

avaliativos, são as capacidades e oportunidades das pessoas que devem ser tomadas em conta, bem como a liberdade para as potenciar, e que os rendimentos reais podem ser um indicador muito pobre sobre o bem-estar e a qualidade de vida (Sen, 2003: 94).

Este é um debate que nos conduz rumo às questões dos indicadores de bem-estar e, conseqüentemente, dos indicadores de Desenvolvimento. A obra de Amartya Sen muito contribuiu para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano no seio das Nações Unidas, pela forma como o conceito de bem-estar foi sendo alargado. Na verdade, chegado ao relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD em 2000, quando já há uma relação entre o desenvolvimento humano e os direitos humanos, o conceito de bem-estar assume um carácter multidisciplinar e dinâmico. Varia com o género, idade, cultura e contextos económicos e sociais. O bem-estar passa a estar ligado às oportunidades para exercer as capacidades humanas pluridimensionais, mais do que ao consumo ou rendimento.

Há também um paralelo com a evolução no conceito de pobreza que se deve a esta crescente consciência da multidimensionalidade do conceito de bem-estar, expressa na pirâmide de Baulch, que parte da necessidade da alimentação no vértice e vai acrescentando progressivamente outros recursos de ordem diversa¹⁸, necessários para atingir o bem-estar, ou seja, necessários para combater a pobreza (Proença, 2001).

Porém, do lado dos países mais avançados observamos que o aumento do rendimento agregado nos países mais avançados não corresponde a uma aumento da felicidade agregada (Bruni). Uma análise económica focada exclusivamente no rendimento, na riqueza e no consumo é incapaz de atingir a profundidade deste paradoxo, porque falha no entendimento sobre dimensões-chave de felicidade que têm um grande impacto, como a necessidade de amor, realização e controlo (Bruni). São os chamados bens relacionais (tratados no capítulo 3) como verdadeira fonte de felicidade. Somente superando o individualismo metodológico se pode aprofundar este tema, pois a felicidade é um conceito relacional. Assim, se relança o conceito de bem-estar.

¹⁸ como sejam alimentos e bens, vestuário, habitação, recursos sociais e familiares, recursos públicos, terra, emprego e *empowerment*.

CONCLUSÃO

A perspectiva antropocêntrica da realidade, conjugada com uma visão liberal individualista e a necessidade de afirmação da economia enquanto ciência, levaram-na a fechar-se em metodologias mecanicistas da realidade, sem uma perspectiva holística e ignorando a dimensão relacional dos sujeitos económicos ou o papel da comunidade.

Embora o regresso à obra de Adam Smith aponte no sentido de incluir o espaço dos sentimentos morais na acção económica, a verdade é que a moral e a ética ficaram de fora da tradicional teoria económica.

Uma racionalidade consequencialista centrada no indivíduo, na maximização das suas preferências individuais, essencialmente de consumo e trabalho, alimentou o paradigma de um utilitarismo alheio a outras preferências e motivações, e igualmente alheio a uma perspectiva deontológica dos processos económicos.

Surgem estudos e autores que se dedicam a rever estes postulados, a identificar paradoxos nestes modelos metodológicos, por um lado, e a propor formas de articular a individualidade com o sentido de pertença colectiva por outro.

Comportamentos de cooperação, reciprocidade, dádiva, busca do bem comum, entre outros, procuram o seu enquadramento na ciência económica. O sentido de justiça é um dos princípios que revela a tendência do indivíduo agir como pessoa e não como sujeito isolado. Já Adam Smith também se referia ao argumento da justiça na sua *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Esse sentido de justiça alimenta o debate sobre a repartição da riqueza e as teorias sobre a funcionalidade ou a disfuncionalidade do mercado no que toca a produção e distribuição. Debate este onde entram diversas teses como as de Polanyi, orientada para o sentido da responsabilidade pessoal nessa repartição, ou de Charles Gide (e Rist) que apela a uma solidariedade como fim em si mesmo, ambos próximos da filosofia da EdC, como veremos no capítulo 3.

A mono-utilidade individual foi um pressuposto que também alimentou as correntes tradicionais sobre a teoria do bem-estar, mais orientada para uma visão positivista da economia do que para uma perspectiva normativa da economia. Uma teoria do bem-estar sem espaço para o sentido de fraternidade.

Tal como veremos com o conceito de Desenvolvimento, também o próprio conceito de bem-estar evoluiu, para se considerar hoje cada vez mais aspectos que ultrapassam o simples acesso a bens de primeira necessidade, abrangendo áreas ligadas aos direitos humanos, à

segurança e à ética, com o contributo de autores como Amartya Sen, que tem defendido uma visão de bem-estar sustentada numa perspectiva que ultrapasse a visão utilitária de riqueza, de modo que esta seja antes afecta às oportunidades de cada um desenvolver as suas potencialidades.

Pressupõe um sentido de liberdade que vai para além da liberdade económica que se impôs através do capitalismo e que não contou com as implicações morais, sociais, culturais ou naturais dos próprios *comportamentos económicos*.

Portanto, propomos afastar-nos da ideia de uma economia como ciência da riqueza de bens materiais e ciência dedutiva assente em abstrações, para nos aproximarmos de uma ciência humana, que não é neutra, nem amoral.

Entreabrimos a porta do debate do que, de facto, faz a diferença na vida de cada Homem, que é o seu bem-estar, a sua *felicidade*. A visão antropológica resultante do *homo-oeconomicus* não conduziu à felicidade, logo não conduziu ao bem-estar, o que contribui para o debate em torno do conceito de Desenvolvimento.

«As pessoas, na sua singularidade individual (biográfica), grupal e colectiva (histórica), são o que há de mais importante em toda e qualquer reflexão e prática acerca da economia e do desenvolvimento (...) Sem elas, ou contra elas, não se gera, nem redistribui riqueza.»

José Portela

*Comunicações do Seminário Desenvolvimento Local, Cidadania
e Economia Social, Santa Maria da Feira, 2000*

CAPÍTULO 2 – SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

INTRODUÇÃO

Considerando que um dos objectivos da presente dissertação passa por encarar como pertinente uma reflexão sobre o contributo da EdC para a temática do Desenvolvimento, veremos, neste capítulo, alguns aspectos relativos ao percurso do conceito de Desenvolvimento.

Neste sentido, optámos por privilegiar elementos que se revelam de maior ligação entre a filosofia da EdC e determinadas correntes do Desenvolvimento.

Após uma breve referência à fase em que o Desenvolvimento ganha estatuto conceptual (2.1.), trazemos a voz de François Perroux (2.2.), a quem a academia terá deixado de dar destaque, mas que considerámos importante relembrar, dado o notável contributo à sua época enquanto visão crítica da teoria dominante, não só como precursor do que viria a ser a corrente do Desenvolvimento Humano, mas sobretudo enquanto autor que procura trazer o Homem para o centro da economia e dar destaque ao papel do homem na acção económica.

Em seguida, abordamos os chamados novos conceitos de Desenvolvimento (2.3.) consagrados e institucionalizados ao longo das últimas décadas, com maior relevância para o filão do Desenvolvimento Humano, dada a forma como a Economia de Comunhão visa, através da doação de parte dos lucros, suprir necessidades de comunidades mais carenciadas, integrando a dimensão do social no económico. É dado destaque ao modo como as chamadas *basic needs* ganharam o estatuto de direitos humanos e como pobreza e liberdade não convivem lado a lado, de acordo com a visão de Amartya Sen.

Completando a perspectiva dos novos conceitos de Desenvolvimento (2.3), faz-se uma breve referência aos filões do Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento Sustentável. O primeiro mais como metodologia de intervenção, que hoje cada vez mais acredita na conhecida máxima “pensar globalmente, agir localmente”, considerando também o princípio da participação. O segundo como meta para o futuro da Humanidade e cuja abordagem se tem vindo a abrir a uma crescente interdisciplinaridade e a integrar novos contributos e elementos dos restantes filões, tornando-se num paradigma de destaque nos dias de hoje.

2.1. - BREVE REFERÊNCIA AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA SUA ORIGEM

O conceito de Desenvolvimento ganha estatuto próprio apenas a partir da década de 50 do Século XX, no entanto, o seu sustento epistemológico encontra-se enraizado no paradigma da modernização, o qual tem a sua influência histórica no século XVIII com a Revolução Industrial.

De facto, essa ideia de *progresso* associada à modernidade arranca com a Revolução Industrial, assenta numa visão evolucionista da história, e no contexto do pós Segunda Guerra Mundial recebe uma atenção de tal importância, que justifica o aparecimento do conceito de Desenvolvimento.

Os factores que contribuem para esta evolução são essencialmente a percepção sobre a realidade e as dificuldades vividas nos chamados países não industrializados, numa época de fim de impérios coloniais e expansão de nacionalismos. Aliás, surge a terminologia *subdesenvolvimento*, não só devido à tomada de consciência dos países mais poderosos sobre as necessidades de países menos favorecidos, mas também como expressão de afirmação ideológica resultante da Conferência de Yalta em que cada bloco chama a si uma posição teórica sobre desenvolvimento que visa combater os «problemas e vícios do subdesenvolvimento» (Amaro, 2003: 40) e olha para si como modelo a ser reproduzido. Isto revela-se tanto nos fins a atingir, ou seja, no tipo de sociedade a construir, como nos meios, nos instrumentos de Política Económica a aplicar (Murteira, 1990: 69-70).

Na verdade, as sociedades que consideram o seu modelo como a resposta à problemática do *Desenvolvimento* acabam por produzir formas de pensamento e de interpretação da realidade. Neste sentido, o Desenvolvimento enquanto ideologia é uma forma de imposição cultural, económica e política, gerando grandes deformações na própria Ciência, pois acaba por não dizer apenas *o que é*, mas *sugere/impõe o que deve ser* (Murteira, 1990: 69-70).

Por este motivo, inicia-se também o processo de criação de espaços de reivindicação por parte dos países mais desfavorecidos, nomeadamente *não-alinhados*, como é o caso da Conferência de Bandung em 1955 que reclama uma nova ordem económica internacional.

A guerra fria é, pois, todo um período que *trava o salto* do conceito de desenvolvimento, embora, como veremos, isso vai sendo feito paralelamente. Mas é um facto incontornável que, para compreender a dificuldade em afirmar algumas contradições das teorias e políticas do desenvolvimento, não se pode perder de vista o modo como EUA e URSS afirmaram o seu próprio modelo de desenvolvimento e procuraram atrair a si e à sua ideologia o maior número de países, espaços e interesses geoestratégicos.

De qualquer forma, quer antes, quer depois do conflito de 1939-1945 predomina uma visão eurocêntrica e genericamente ocidental do modelo do desenvolvimento que devia ser seguido, e verifica-se a associação entre *Desenvolvimento* e *Crescimento Económico*, abordada pelos primeiros economistas do desenvolvimento, como é o caso de Rostow ou de Arthur Lewis.

No rescaldo das crises do petróleo, na década de 70, a corrente económica neo-liberal impôs-se, influenciou as opções políticas e estratégicas das instituições financeiras internacionais que, sob uma visão economicista, continuaram a igualar crescimento e desenvolvimento.

Neste contexto, impuseram-se os chamados Planos de Ajustamento Estrutural (PAE) dos anos 80, que visavam cumprir nos países mais pobres, simultaneamente, objectivos económicos distintos, mas interdependentes: estabilidade, crescimento e desenvolvimento. Adelino Torres (1998: 50) nota que o que estaria em causa não seria tanto os PAE de *per se*, «(...) mas as visões economicistas redutoras onde a progressividade da transição e a articulação entre os factores económicos e extra-económicos são demasiadas vezes ignorados. Daí os custos sociais frequentemente inaceitáveis, impostos às populações, em nome da eficácia».

Tratava-se de uma teoria de desenvolvimento de tipo determinista, que acabou por ser confrontada com o fracasso de muitas das apostas realizadas em África que descredibilizaram o seu modelo e que levou muitos a cair no chamado *afropessimismo*, fosse de contornos neo-liberais, pela via socialista, fosse uma via especificamente africana.

Sucedia que os paradigmas e teorias do desenvolvimento estavam, desde o início, associados à problemática do *crescimento económico* moderno, dependentes e condicionadas pela Ciência Económica Moderna, agregando *Teorias do Crescimento e do Desenvolvimento* e tendo subjacente uma certa dicotomia entre tradição e modernidade, segundo um paradigma de tipo evolucionista, conforme referimos no início.

Diz Torres (1998: 66), a este propósito, que «não é crível que alguém tenha, nas ciências sociais e humanas, elementos para predizer o futuro ou enunciar leis que regularão as sociedades». A dicotomia tradição-modernidade não faz sentido se considerarmos a visão dinâmica e sistémica da interdependência, e onde as diversidades são acolhidas como riqueza e até como potencial de desenvolvimento, sendo a noção de mudança algo que não tem necessariamente que implicar uma ruptura com as estruturas anteriores, muito pelo contrário. Neste sentido, «não se trata tanto de ter como pressuposto uma igualdade entre modernidade e mutação, nem, inversamente, considerar a tradição como algo intocável ou a fazer renascer a qualquer preço, mas em encontrar uma metodologia que assuma, de modo tão harmonioso quanto possível, as inevitáveis dificuldades dos processos de transição; é aqui que pode residir o perigo de clivagens irrecuperáveis» (Torres, 1998: 71).

A década de 90 veio, em contrapartida, trazer um novo *ethos* e começou a falar-se em re-desenvolver, em retomar o que estava mal-desenvolvido ou obsoleto, a Norte ou a Sul, onde os anos 80 tinham deixado as marcas da chamada “década perdida do desenvolvimento” e verificavam-se recuos, em nome de uma rectidão orçamental (Esteva, 1992: 16).

Na verdade, os consequentes custos sociais permitiram tomar uma muito maior consciência da falta de equidade e isso obrigou a questionar as teorias convencionais e a redireccionar para uma maior ligação entre *pessoas e desenvolvimento*.

Nesse sentido, os anos 90 vão atribuir à dimensão social um lugar crescente nas instituições internacionais, quer nas de Bretton Woods, quer no PNUD, com consequências nas grandes cimeiras internacionais promovidas pela ONU, considerando a dimensão económica como indissociável da social e da política. Será uma evolução com consequências também ao nível dos indicadores de avaliação do nível de Desenvolvimento (cfr. 2.3), cuja complexidade não se compadece com a simplificação do recurso ao rendimento nacional enquanto indicador principal, muito usado também pela sua facilidade de quantificação através de construções matemáticas (Seers, 1979: 949).

De facto, Dudley Seers (1979: 949) já na década de 70 havia ousado dizer que, por vezes o recurso ao rendimento nacional era uma forma dos políticos evitarem encarar os verdadeiros problemas do desenvolvimento.

Esse argumento ganha ainda mais peso à medida que se toma maior consciência de franjas consideráveis de pobreza no seio dos próprios países chamados mais desenvolvidos e uma crescente referência ao facto de nem tudo o que se associa a *progresso* ser sinónimo de maior qualidade de vida. Autores como Ignacy Sachs apontam a noção de “mal-desenvolvimento”.

Deste modo, os chamados “trinta gloriosos” anos do pós Segunda Guerra Mundial, associados à ideia de crescimento, de progresso, não foram uma resposta aos desafios de um verdadeiro desenvolvimento, nem a Ocidente, nem no antigo bloco de Leste (Amaro, 2003: 50-63) e até ajudaram a levantar novas questões sobre esta reflexão, onde se inserem os *custos humanos* de que falaria Perroux (cfr. 3.2), ligados à ideia de uma *economia do dinheiro* por oposição a uma *economia do homem*.

Como lembra Adelino Torres (1998: 33), a principal lição da controvérsia em torno da abordagem da economia do desenvolvimento foi ter aprendido a colocar novas questões, passando a contar como endógenos elementos até aí encarados como exógenos, o que obrigou a novas teorias explicativas. De facto, a visão dominante coincidia com correntes da ciência económica para as quais o *ótimo individual* devia ser equivalente ao *ótimo social*, tendo como prioritária a eficiência paretiana (Torres, 1998: 23), conforme vimos no Capítulo 1.

Porém, dada a falta de resultados com as duas décadas de desenvolvimento promovidas pelas Nações Unidas (anos 60 e 70), com vista a inverter a realidade dos países mais pobres, ao mesmo tempo que se observava um mal-desenvolvimento nos países mais industrializados, foram sendo revistos os conceitos de desenvolvimento, conforme veremos em 2.3., e foram surgindo críticas à visão dominante. É o caso de autores como François Perroux (abordado de seguida em 2.2), ou Dudley Seers e Amartya Sen, que defenderiam uma visão do desenvolvimento centrada nas potencialidades humanas, contribuindo de modo pioneiro para o conceito de Desenvolvimento Humano (cfr. 2.3).

Também na encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, a Doutrina Social da Igreja defende que o desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento económico. Para ser autêntico deve ser integral, isto é, «promover todos os homens e o Homem todo.». Uma máxima onde a EdC se inspira claramente.

2.2. - CRÍTICA AO CONCEITO TRADICIONAL – CONTRIBUTO DE FRANÇOIS PERROUX

François Perroux é um dos autores que critica a tradicional racionalidade económica, afirmando que é «empobrecida, anémica» (Perroux, 1962: 192) pela forma como são «excluídas as participações nas comunidades de vida e de destino e nas comunidades dos mais altos valores, imanentes ou transcendentales» (idem). Por isso, este autor questiona o modo como as trocas elementares de convivência, as trocas intelectuais e morais se apresentam como estranhas às transferências económicas, segundo a sua ciência, pois acredita que «A plena socialidade humana realiza-se na participação da vida de cada um na vida de todos» (Perroux, 1962: 193).

Perroux é, pois, um autor que nos impulsiona a reflectir sobre aquilo que designa de troca mercantil, coacção e dom, pelo modo como defende que não há razão para se considerar apenas o primeiro, sobretudo quando se procura a coesão social, ou seja, supõe-se que também há trocas sem equivalência, ligadas a certos compromissos sociais e humanos (Perroux, 1962).

2.2.1. Economia do Homem

Já na década de 60 Perroux (1967: 191) afirmava que desenvolvimento reside antes de mais no Homem e remetia para a ideia do “fim do homem económico” e a entrada na “era do homem social”, segundo palavras de Julian Huxley (Perroux, 1962: 9).

À semelhança de outros autores críticos face à doutrina dominante, Perroux (1987: 36), explica que, ao tornar a economia uma ciência da afectação dos bens raros, esta acabou por se interessar apenas pelos resultados da, supostamente isolável, troca e não pela formação das decisões que daí conduzem. A própria noção de maximização dos resultados “deixa” de ter lógica, segundo Perroux, a partir do momento em que se introduzem variáveis como “quem maximiza”, “o que é maximizado”, quais os seus efeitos secundários, ou seja, numa lógica de maximização colectiva e pública (idem: 39). Segundo este autor, a questão de fundo prende-se com o facto da teoria dominante ter a tónica na relação entre o homem e as riquezas, em vez de considerar acima de tudo a relação entre os próprios homens (idem: 40), que é exactamente o desafio que a EdC nos lança.

Por isso, Perroux lança a seguinte definição: Economia «é a organização, com vista à vantagem de todos e de cada um, das relações humanas pela utilização de bens raros socialmente e aproximadamente quantificáveis e contabilizáveis» (idem: 40), ou seja, uma

ligação apenas segundo o mercado fica aquém desta visão. O autor considera que quebra as solidariedades humanas e, tendencialmente, os valores que qualificam o homem (idem).

Não se pode encarar a economia como um espaço homogéneo, quando a realidade é heterogénea e sistémica. Há um “para além da oferta e da procura”, há um “ante-mercado” – que o condiciona – e um “pós-mercado” – com repercussões na vida social (idem: 43-44). A lógica mecanicista tem-nos feito ignorar os indivíduos que estão por trás das transacções, tal como vimos no capítulo 1. As transacções comerciais não são somente trocas (Perroux, 1962: 202). «Não podem existir sem um quadro de funções, de estatutos, de confiança e de estados de esperança e de expectativa (...) sem estes laços sociais e psicológicos que nos unem, o mercado não pode existir.» (Boulding *apud* Perroux, 1962: 202).

Independentemente do regime político ou do sistema económico, os móveis e os procedimentos correntemente considerados como económicos, a procura do ganho e a troca mercantil, recuam em benefício dos móveis orientados para o bem da sociedade inteira e de procedimentos que regem um grande número de actividades submetidas a cálculos colectivos e usando meios colectivos (Perroux, 1962: 10). «Da sinergia ao acordo e à comunhão, os homens participam num objectivo e num projecto comuns que põem em causa as preocupação em valorizarem-se e as suas aptidões para o acesso conjunto ao mundo dos valores.» (idem: 194). Perroux (idem) explica que, se a economia ficar dividida das comunidades de vida e das comunidades de valores e for exterior às participações, fica privada das riquezas da socialidade, como veremos com a abordagem aos bens relacionais advogados pela EdC no capítulo 3.

Neste contexto, melhor se entende a necessidade de uma reflexão que não seja tanto sobre o subdesenvolvimento ou o sobredesenvolvimento, mas sobre o *bom desenvolvimento de todos* (Sinaceur *apud* Perroux, 1987: 21). Aliás, Perroux (1962: 194) também distingue necessidades *colectivas* de necessidades *comuns*, que são «um mínimo vital, acessível a todos». Uma ponte para aquilo que viriam a ser alguns dos princípios filosóficos da corrente do Desenvolvimento Social e Humano. Perroux (1987: 30) diz que dar atenção ao tema do desenvolvimento implica anunciar revisões radicais quanto ao domínio da economia e aos seus instrumentos de análise. «É que o desenvolvimento remete-nos para o Homem, sujeito e agente, para as sociedades humanas, para a sua finalidade» (idem).

De facto, Perroux já usava a expressão “desenvolvimento humano” (cfr. 1967: 191). O seu contributo para este filão dos conceitos de Desenvolvimento também é dado quando defende que, na própria contabilidade das nações, estão em falta «custos do estatuto humano de vida para todos, os custos do homem, os custos que fornecem a cada um a esperança de vida, a

saúde, o acesso ao conhecimento» chamando a atenção para contabilidades com resultados económicos de «aparência» (Perroux, 1967). Preocupações que, por exemplo, Amartya Sen retoma na década de 70.

Perroux (1987: 72) questiona ainda o tema dos indicadores, considerando que, por si só, não são enunciados objectivos, nem instrumentos directos e suficientes de avaliação. Perroux (idem: 90) até afirma que nos transmitem a ilusão da neutralidade axiológica, mas a verdade é que os factos que referem são realidades sociais. Por isso, critica a separação entre indicadores sociais e indicadores económicos, devido à despersonalização das relações económicas e em nome de uma eficácia, tida como *económica* (idem: 79). Os indicadores sociais foram construídos de forma comprometida com o sistema económico mercantil e carecem de uma reflexão sobre a sua eficácia social.

2.2.2. Economia do Dom

Sendo a economia uma actividade de homens concretos e não um ajustamento mecânico de quantidades (Perroux, 1967: 520) os seus actores deixaram de se assemelhar ao invertebrado *homo oeconomicus*, qual robot movido pelo preço e forças anónimas do mercado, incapaz de se interessar por *coisas sem preço* (idem).

Num suposto mercado de concorrência pura, cada sujeito só teria conhecimento das escolhas dos outros através do preço, significando para Perroux descurar tanto a economia da coacção, como a economia do dom.

Tradicionalmente o “mercador dá por dinheiro”, em nome de uma vantagem económica posterior. É aquilo a que Perroux designa de “pseudo-dom” (1967: 415); é um dom para ganhar, distinto do dom para dar. Mas tanto uns como outros não se encaixam na teoria económica tradicional, cuja lógica da troca é a equivalência. Diz que, para além de uma ordem estritamente económica, há uma ordem psicológica, ou até política, que leva a considerar a realização de uma obra comum como mais importante do que a aplicação de regras de equivalência do mercado (idem: 418).

Definir o económico como a troca onerosa foi um marco na história do pensamento económico, mas que extraiu da realidade social apenas um aspecto, pois o económico não é somente a troca mercantil (Perroux, 1962: 121). Perroux (idem: 127) remete para Julian Huxley¹⁹, que afirma que as experiências de vida demonstram que o móbil do lucro se tornou secundário e que a coesão social deve ser assegurada por relações activas entre os indivíduos e os seus grupos. Aqui encontramos uma grande proximidade aos princípios filosóficos da

¹⁹ in *La Révolution actuelle*, Londres, 1946

EdC que veremos no capítulo 3. Perroux refere-se a transferências de capital distintas das tradicionais e que podem fazer-se sem contrapartidas económicas, afastadas do princípio da equivalência das prestações tal como é entendida pela economia individual. Perroux (1967: 426) fala numa operação que é colectiva no seu espírito e nos seus resultados, cuja visão não deixa indiferente quem analisa os princípios filosóficos da EdC. Assim, considera Perroux que a neutralidade dos móveis humanos no cálculo neo-marginal exclui três factos que se impõem (idem: 427):

- a especificidade dos móveis desinteressados;
- o fracasso dos cálculos individuais e marginais;
- as representações colectivas dos grupos.

Lembra que a teoria liberal não recusou a realização do altruísmo nas sociedades humanas, mas como faz incidir toda a sua força no interesse pessoal, através de indivíduos em busca de maiores rendimentos, a consideração de móveis desinteressados está longe de ser um princípio. Aliás, Perroux (idem: 430-431) remete-nos para Alfred Marshall, numa abordagem menos comum deste teórico, que apresenta as “possibilidades sociais da cavalaria económica” referindo-se à noção de *cavalaria* para designar um comportamento nobre, não aferível pelos móveis e comportamentos mercantis, consistindo em “fazer coisas nobres e difíceis porque são nobres e difíceis”. Fala de uma capacidade de *leadership*, orientada no sentido de servir e não no de procurar lucros. Assim, a ideia é a existência de cavalaria no exercício da vida económica e no uso da riqueza, procurando gerar generosidades eficientes.

Explica que não se trata de uma «economia que abranja um sector próprio para o donativo, mas sim uma economia cujas instituições vitais impõem a utilização dos móveis desinteressados de cada indivíduo, aos quais restitui uma eficácia propriamente económica». O ponto de encontro entre a visão de Perroux e o projecto da EdC torna-se bastante forte quando vemos este autor defender que «o centro de interesse e o pólo de acção de cada sujeito tendem a deslocar-se do próprio sujeito para outrem» (Perroux, 1967: 434) ou que «a própria ideia de concorrência não se forma, numa sociedade civilizada, sem a ideia precedente e prevalente de cooperação; a concorrência dos sujeitos e unidade é instrumental em relação a uma obra comum.» (idem).

Há, assim, uma crítica à lógica convencional porque «os homens de negócios, continuam, na sua imensa pluralidade, a raciocinar, reagir e actuar como se a economia não fosse em grau algum colectiva.» (idem: 433).

O autor defende, então, a necessidade de distinguir dom, coacção e troca. Esta última é a base da equivalência e da reciprocidade; a coacção fundamenta-se numa ideia de ordem total das

preferências de todos os agentes da sociedade; e o dom assenta na participação, sob formas exteriores limitadas nas transferências de solidariedade (Perroux, 1962: 145). Perroux explica que a teoria económica ainda não conseguiu combinar todas estas dimensões (idem), mas que essa compatibilidade seria possível.

O dom é considerado em três aspectos (Perroux, 1962: 20):

- transferência gratuita sem contrapartida aparente;
- transferência para satisfazer o desejo de dar;
- transferência sem contrapartida que acarreta atribuições economicamente mais racionais que as da troca mercantil, quaisquer que tenham sido as intenções daquele que sofre a perda e a forma social da operação.

Perroux (idem: 128) apresenta a noção de gratuidade: «gratuito, não porque seja desprovido de racionalidade, mas gratuito porque testemunha a adesão a valores sem preço...». Uma crítica à falta de visão de uma sociedade organizada cujos homens não podem trocar única e exclusivamente mercadorias, visto que também trocam símbolos, significações, serviços e informações que não são pagos. Por não serem pagos, colocou-se a gratuidade apenas no plano da moral.

2.2.3. Ideia de Progresso

Fugindo ao conformismo das escolas dominantes, Perroux (1967: 284) diz que o Desenvolvimento é «o inventário e exploração dos recursos latentes (potenciais)», referindo-se a Hirschman. Considera que uma das dificuldades do Ocidente passa por saber *conhecê-los*, dada a tendência para os recursos de seu interesse. E diz ainda que «o pior meio de os mobilizar seria tentá-lo exclusiva ou principalmente pelos simples métodos da economia de mercado», na sequência do que vimos anteriormente.

Mas este autor observava também que as próprias sociedades ocidentais e as suas partes constituintes apresentavam desigualdades no nível atingido e nas causas do desenvolvimento. Além disso, procura esclarecer que existe «uma economia de desenvolvimento distinta da economia de crescimento. O produto global, no seu montante absoluto ou por habitante, foi no passado muitas vezes aumentado e pode continuar a sê-lo ainda sem que as populações e a sua economia sejam colocadas em condições de desenvolvimento» (Perroux, 1967)

Portanto, Perroux (1967: 164) procura explicar que as fases de desenvolvimento são diferentes das fases de crescimento, estas últimas mais ligadas à taxa de crescimento do produto. «O crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias

diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia». O «Desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global.» (Perroux, idem). Assim, no crescimento verifica-se um aumento sustentado durante um ou mais períodos longos, mas que não só nada revela sobre o produto real por habitante, como não é homotético, como ainda gera alternâncias no processo de desenvolvimento, o qual engloba e sustenta o crescimento (Perroux, 1963: 174-175). Ao afirmar que nenhum crescimento observado é homotético, Perroux (1967: 713) explica que supõe realizar-se *com e através de* modificações de estrutura, passando por flutuações, ciclos e alternâncias no processo de desenvolvimento

Neste sentido, tanto crescimento como desenvolvimento são *desequilíbrio* (idem: 194) pela forma como mexem com a oferta e/ou com a procura de um modo não proporcional, como mexem no enquadramento social da mão-de-obra, como podem concentrar recursos sem alargar as suas vantagens, podendo mesmo retardar o crescimento e o desenvolvimento noutros locais.

Também a fase do «desenvolvimento harmonizado é uma sucessão de desequilíbrios ordenados e tornados socialmente toleráveis» (idem: 298), ou seja, o autor considera que o desenvolvimento não é linear em automatismos, em “rotinas” de crescimento, mas sujeito a factores endógenos e exógenos. Por isso, em qualquer país, mais rico ou menos favorecido, o crescimento não é igualmente repartido. Há fenómenos de concentração e expansão e o importante é tirar partido de ambos (idem: 299); além disso, «no desenvolvimento concreto nunca se observa um sentido único (da infra-estrutura para a produção); as influências são recíprocas» (idem).

Para Perroux (1967: 300) «o desenvolvimento processa-se pela combinação de pontos de convergência de forças impulsoras que geram os seus efeitos em determinado meio de propagação. Nesta perspectiva, o tipo de desenvolvimento deve ser escolhido em função do seu poder de indução e não pelo seu efeito isolado», visto que «os processos técnicos não são transmitidos isoladamente. A propagação é de estruturas económicas de produção e de troca, não são separáveis, na prática, de estruturas sociais mentais» (idem: 308). À medida que vão sendo criados focos de desenvolvimento, vão-se gerando desequilíbrios em cadeia no sector tradicional que, por um lado estimulam a aspiração, mas por outro criam rupturas nas franjas mais tradicionais e levam à tomada de consciência das desigualdades, de um modo algo desordenado e com sentimentos de frustração – aquilo que hoje chamaríamos de exclusão social. Para combatê-lo, Perroux considera de grande valor um processo de participação dos

interessados, por forma a garantir que se absorva, coordene e interprete os progressos técnicos e as suas estruturas. Tudo isto também porque, para o autor (1967), não são estes focos de desenvolvimento que permitem falar numa «sociedade economicamente progressiva», «é necessária uma transformação activa dos homens». É conhecida a sua observação sobre esta matéria: «A desigualdade dos desenvolvimentos arrasta a dos resultados obtidos, ou seja, dos progressos» (Perroux, 1987: 68).

Aqui se entende a distinção que este autor faz entre *os* progressos e *o* Progresso.

Os progressos dizem respeito às eficácias de desenvolvimento e de crescimento, associadas a parcelas da sociedade global, por vezes dissimuladas pelo cálculo das médias; há crescimentos desiguais, quer por parte das indústrias, quer do lado dos salários reais, quer ainda no que diz respeito às transformações nos modos e níveis de vida. (Perroux, 1967: 715).

O Progresso reporta-se à sociedade global e à sua capacidade para gerar progresso económico através de «relações óptimas entre as desigualdades produtivas e as modificações sobrevindas nos termos que traduzem essas desigualdades». (idem: 716)

Isto significa que temos a universalização do melhor (*o* progresso) distinta da melhoria para as partes (*os* progressos) (Perroux, 1987: 68).

Para Perroux (1963: 176), a aptidão da sociedade para ser progressiva advém da relação e influência mútua entre as desigualdades de produção e repartição, entre o lado mais activo e mais passivo da economia. Por isso, *o* Progresso está ligado à «propagação da novidade aos menores custos humanos e à velocidade óptima, numa rede de relações cujo sentido se universaliza.» (idem).

Como *crescimento* e *desenvolvimento* não se repartem uniformemente, tendem a manifestar-se em determinados pontos a partir dos quais se podem propagar efeitos de expansão ou efeitos de paralisação (Perroux, 1967: 192). Porque as desigualdades de produção e distribuição não são justapostas, há uma inter-influência entre sectores mais activos e sectores mais passivos. (idem: 716). Revela-se uma preocupação pela «perturbadora e ao mesmo tempo sugestiva» consequência desta situação: a falta de desenvolvimento local e a existência de fenómenos heterogéneos. Por isso, defende (idem: 192) a organização de pólos de desenvolvimento (como sejam centros industriais, concentrações urbanas), e respectivos meios de propagação e diz que «a grande empresa ou indústria terá de reinvestir no local parte dos seus lucros e contribuir para o desenvolvimento técnico e humano» (idem: 194).

Encontramos ainda esta visão dinâmica, não mecanicista, quando Perroux (idem: 195) nos remete para a ideia de “desenvolvimento recíproco” numa lógica de interdependência entre diversas regiões e sectores, valorizando o trabalho em comum, mas consciente das assimetrias

que permanecem sempre. «Por meio do mercado e de outros processos, transformamos o mundo material apenas para agirmos uns sobre os outros, para nos entre-produzirmos. E o desenvolvimento é pleno na medida em que, pela reciprocidade dos serviços, prepara a reciprocidade das consciências» (idem: 196)

Uma vez mais aproximamo-nos dos princípios filosóficos da EdC apresentados no próximo capítulo.

2.3. – APARECIMENTO DE NOVOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Como vimos anteriormente, no final dos anos 60 havia já no seio de uma opinião pública mais esclarecida uma noção mais clara da dificuldade em contrariar os ciclos de subdesenvolvimento em inúmeros países. No final dos anos 70 o balanço das duas décadas de desenvolvimento proclamadas pelas Nações Unidas era de desilusão, acompanhado pelo mal-estar que também se vivia, tanto nos países capitalistas, como nas economias socialistas, pela crise económica generalizada, e pelo despoletar dos problemas ambientais e a sustentabilidade futura do planeta. Vários eram, pois, os motivos para questionar o paradigma da modernização e o seu modelo economicista de Desenvolvimento, orientado para uma aposta nos seus fins e cheia de contradições nos seus meios, nomeadamente nos custos do “estatuto humano” e na falta de resposta às “necessidades *comuns*”, no dizer de Perroux (cfr 2.2) referindo-se a “um mínimo vital, acessível a todos”.

Neste sentido, a satisfação de necessidades mínimas de sobrevivência das populações passa a constituir um tema neutro, distinto de qualquer ideologia, ao nível do patamar da defesa dos Direitos Humanos. Esta posição conferiu um estatuto crescente à corrente do Desenvolvimento Humano (cfr. 2.3.1) no seio das Teorias de Desenvolvimento, que aqui procuramos dar algum destaque dada a sua pertinência para os valores da EdC.

Outras duas correntes que também ganharam crescente reconhecimento no seio das correntes alternativas à tradicional teoria do desenvolvimento assente no paradigma evolucionista da modernidade, foram as correntes do Desenvolvimento Local (cfr. 2.3.2.1), com relevância para o papel do *empowerment* das comunidades e o Desenvolvimento Sustentável (cfr. 2.3.2.2), na sua origem fruto da tomada de consciência das disfunções ecológicas geradas por um modelo de crescimento infinito e assumido hoje como um paradigma do verdadeiro desenvolvimento.

2.3.1. Desenvolvimento Humano

Numa primeira fase, a expressão “desenvolvimento social” tentou ser introduzida pelas Nações Unidas, ainda na década de 50, mas nasceu como algo vago, sem uma definição, e como *um outro lado* do desenvolvimento económico (Esteva, 1992: 13), ou seja, *social* e *económico* surgiam como realidades distintas. Só em 1962 é que o Conselho Económico e Social da ONU recomendou a integração de ambos na noção de desenvolvimento, na primeira das duas décadas dedicadas ao desenvolvimento, promovidas pelas Nações Unidas, através da ideia de que «o problema dos países subdesenvolvidos não é apenas o crescimento, mas o

desenvolvimento (...). O desenvolvimento é crescimento mais mudança. A mudança, por seu turno, é social e cultural, mas também económica, e tanto qualitativa como quantitativa. O conceito-chave tem que ser melhorado e ter em conta a qualidade de vida das pessoas»²⁰.

Também o nascimento do *United Nations Research Institute for Social Development* – UNRISD em 1963 representou uma etapa preliminar em busca de uma resposta no sentido da «necessidade de uma maior integração dos objectivos económicos e sociais» (II Relatório da ONU sobre a situação social mundial, 1957).

Porém, permanecia difícil a dimensão social colocar-se em pé de igualdade com a económica. O «desenvolvimento social era visto como uma pré-condição para o desenvolvimento económico, em parte como uma justificação moral para isso e para os sacrifícios que pedia»²¹ (Esteva, 1992: 13).

Uma das vozes que viria a erguer-se contra esta hegemonia da economia e de indicadores como o PIB, seria a de Dudley Seers, em 1969, numa intervenção sob o tema “O significado do Desenvolvimento”, alertando para a confusão e distinção de conceitos como “desenvolvimento”, “desenvolvimento económico”, “crescimento económico”. Importava perguntar em cada país “o que sucedeu à pobreza?”, “o que sucedeu ao desemprego?”, “o que sucedeu no plano das desigualdades?”. Se a estas perguntas havia uma resposta de aumento, então de que valia falar em resultados de desenvolvimento, ainda que o rendimento *per capita* tivesse duplicado? (Seers *apud* Arndt, 1987: 91)

Uma posição reforçada por Mahbub ul Haq, pela defesa da necessidade de haver metas de redução da mal-nutrição, das doenças, da iliteracia, dos níveis escolares, do desemprego, das desigualdades. Isso traria resultados ao nível do PIB, mas não o inverso. Era preciso cuidar do *conteúdo* do PIB (Arndt, 1987: 92).

Também Robert McNamara, em 1972, dedicava-se ao tema “Equidade social e crescimento económico” nas suas exposições aos governadores do Banco Mundial, reforçando o cepticismo levantando por Seers à meta dos 6% de crescimento que as Nações Unidas haviam apontando para a segunda década do Desenvolvimento.

Assim, os temas da má distribuição da riqueza, do crescimento desigual, das questões do emprego, tornaram-se cada vez mais recorrentes e fonte de inúmeras reivindicações nos debates internacionais sobre a pobreza e o desenvolvimento. Falava-se numa espécie de “destronação” do PIB (Ardnt, 1987: 99-100).

²⁰ United Nations, The UN Development Decade: proposals for Action, New York, UN, 1962 (*apud* Esteva, 1992: 13).

²¹ UNRISD, An Approach to Development Research, Geneve, Unrisd, 1979

O factor humano devia passar a ser o principal elemento de progresso, como havia defendido Perroux com a noção de Economia do Homem (cfr 2.2). São as pessoas que podem modificar situações de adversidade, é o conhecimento que permite ir mais além nos níveis de bem-estar. O capital não era o único factor capaz de forjar os destinos das populações, como também defenderia Amartya Sen.

Assim, o percurso da corrente de Desenvolvimento Humano começa por querer ver garantidos os limiares mínimos de dignidade humana através da conceptualização das chamadas *Basic Needs*, que viriam a ser aferidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A evidência da dificuldade em ver cumprido esse mínimo conduz a um debate cada vez mais complexo e multidimensional sobre o tema da Pobreza, debate esse que leva hoje a colocar o direito ao desenvolvimento ao nível dos Direitos Humanos.

De resto, a afirmação do conceito de Desenvolvimento Humano tem alargado cada vez mais o seu âmbito, procurando abranger diferentes dimensões da vida humana e dos cidadãos, como os princípios da liberdade, da equidade e da segurança, todos hoje já contemplados em indicadores do IDH.

i) Com efeito, é o Paradigma das *Basic Needs* que vem dar consistência à afirmação da corrente do Desenvolvimento Humano.

Ao usar a expressão «os povos que vivem abaixo de um standard mínimo aceitável...», o Secretário Geral das Nações Unidas, em 1962, chamava a atenção para a divisão da humanidade entre os que estavam abaixo e os que estavam acima de uma dada fronteira. McNamara afirmava a necessidade de estabelecer critérios de “normas mínimas de decência humana” (Illich, 1992: 93).

O desenvolvimento «não devia ser desenvolver coisas, mas desenvolver o homem» e «qualquer processo de crescimento que não leve ao preenchimento [das necessidades básicas] – ou pior, que as quebre - é um *travesti* da ideia de desenvolvimento» (Declaração de Cocoyoc, 1974) (*apud* Esteva, 1992: 14).

Mas o principal marco relativo ao paradigma das *basic needs* foram as propostas apresentadas pela OIT em 1975, no decurso da conferência *Employment, income distribution and social progress*, procurando a meta de um standard mínimo de vida antes do fim do século. (Esteva, 1992: 15). A estratégia defendida significava apostar, desde logo, na garantia dessas necessidades, em vez de esperar que fossem satisfeitas enquanto resultado do processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o Desenvolvimento deixava de ser analisado apenas do lado da oferta, como sucedia com a associação ao crescimento económico, e virava o ângulo para o lado da procura, através da satisfação de necessidades.

Como definir essas necessidades? Entravam para o debate público as metas que se queriam ver atingidas até ao ano 2000 no campo de quatro categorias essenciais (embora com maior relevo para as duas primeiras):

- . alimentação, abrigo e vestuário;
- . acesso a água potável, saneamento básico, transporte, cuidados de saúde e educação;
- . acesso ao emprego, remunerado de modo adequado;
- . participação nas tomadas de decisão que afectam a vida das comunidades, qualidade de vida num ambiente saudável e humano.

Paralelamente surgiram críticas, quer no plano teórico, por não se encaixar em nenhuma escola academicamente reconhecida, quer considerando que o conceito carecia de maior precisão operacional e planificação, quer ainda receando um conflito de interesses com as estratégias de crescimento económico e desenvolvimento tecnológico, dada a promoção do emprego implicar perpetuar uma produção de tipo primária, com mão-de-obra intensiva (Hunt, 1989: 266-267). Houve também considerações no campo dos custos da despesa pública, visto como um modelo inviável nos países mais pobres não-socialistas, pela falta de políticas de distribuição dos recursos; e ainda opiniões sobre o modo como esta opção desviava as atenções de um verdadeiro debate sobre a nova ordem económica internacional (idem).

Procurava-se uma forma de aferição tanto ao nível dos *inputs* (alimentação, acesso à saúde, etc.), como dos *outputs* (como o decréscimo da taxa de mortalidade infantil, aumento da esperança média de vida, da taxa de alfabetização). Este debate sobre a aferição da *performance* na aplicação deste paradigma culminou, então, no que conhecemos hoje do IDH, inserido no debate internacional pelo PNUD em 1990 através do Relatório Anual do Desenvolvimento Humano.

Este *Desenvolvimento Humano* é definido pelo PNUD (2003) *como o processo do aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras; bem como ainda proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens.*

Surgem posições sobre as limitações da aferição deste Desenvolvimento Humano através do IDH, nomeadamente a dificuldade em medir as mudanças conjunturais (Miquel, 1997: 6),

mas o seu grande mérito é apresentar uma escala de valores centrada no ser humano, no respeito pelo indivíduo e na solidariedade da comunidade nacional e internacional.

Em síntese, o Paradigma das *Basic Needs* passa pelo seguinte (Hunt, 1989: 272):

- o Desenvolvimento Económico não consiste apenas em crescimento, mas promoção da distribuição da riqueza como prioridade que permite o acesso às *basic needs* por todos;
- para esse efeito, as populações devem gozar do direito de participar nos debates políticos que concernem essa matéria;
- uma sociedade cujos alicerces estão garantidos ao nível das necessidades básicas tem mais condições para uma estratégia de crescimento a médio/longo prazo, sobretudo pela forma como é possível garantir a procura como resposta a um esforço de investimento, com resultados igualmente visíveis nas balanças de pagamentos;
- em consequência, há igualmente condições para o desenvolvimento e formação de um capital humano, mais rápida e apropriadamente.

Este paradigma não introduz um novo quadro teórico, procura antes reordenar elementos já constitutivos da teoria do desenvolvimento (Hunt, 1989: 276). Centra-se na eliminação da pobreza absoluta e não segue uma estratégia de objectivos imediatos de desenvolvimento, embora implique vontade política para responder a prioridades imediatas.

É precisamente o tema da pobreza que ganha espaço de reflexão através dos subsequentes relatórios anuais de desenvolvimento humano, uma vez que os seus indicadores espelham, de um modo nunca antes realizado, inúmeros problemas e défices vividos nos países menos favorecidos.

ii) O conceito de pobreza, tal como o conceito de desenvolvimento, começou por ser marcado pelo uso do produto nacional como medida da sua expressão. A pobreza não era vista como uma questão humana multifacetada, mas como um fenómeno de carácter universal de sociedades *pré-economizadas* (Rahnema, 1992: 162). Como se houvesse um consenso generalizado sobre o diagnóstico da *doença* e a solução para a sua cura fosse um desenvolvimento económico e tecnológico (idem). Foi também assim que muitas populações alteraram a percepção sobre elas próprias e passaram a olhar para si próprias como pobres.

De facto, o discurso sobre a pobreza começa por considerá-la como um patamar por onde se inicia o caminho do progresso, segundo um paradigma evolucionista. Nos anos 70 avança-se para a noção de necessidades de bens e serviços. Ligando os pobres aos que não têm dinheiro, acabou por tornar a pobreza - fosse nos EUA, fosse na Etiópia - numa medida universal de sub-consumo (Illich, 1992: 94), abaixo da qual se encontrava uma categoria sub-humana.

Era uma visão que negava respostas segundo tradições locais ou uma visão mais plural, cultural e holística de cada contexto, em nome de uma universalização baseada no rendimento, totalmente acultural, para populações abstractas (Rahnema, 1992: 162).

Esta plataforma de entendimento foi criando uma determinada base cognitiva sobre a realidade e, conseqüentemente, a sua estratégia de estudo, medida e intervenção sobre a pobreza, deixando de fora questões ligadas aos processos de dominação política e cultural, o papel das instituições ou a própria natureza do sistema de produção industrial (Rahnema, 1992: 162). Daqui se compreende que as próprias populações passaram cada vez mais a considerar que os seus problemas se resolviam com mais dinheiro e se envolveram em lutas e causas em nome de uma determinada lógica de alívio da pobreza.

Por isso, o denominador comum da maioria das percepções sobre pobreza passa pela noção da “falta de”, “privação de”, mas isso implica responder à questão “o que é necessário e para quem?” e “quem define isso?”. A noção de pobreza pode estar ligada a diferentes dimensões que não passam apenas pela visão material, mas também pela auto-percepção da mesma, pela forma como os outros a vêem e ainda pelo próprio contexto sócio-cultural que varia no tempo e no espaço (Rahnema, 1992: 159-161).

Pobreza, hoje, já não é só ausência de riqueza, nem está automaticamente associada a uma fase anterior à modernidade e ao crescimento económico, até porque deixou de ser um problema apenas dos países menos desenvolvidos.

Dada a natureza heterogénea dos mais pobres e a complexidade da sua análise, nem todas as dimensões da pobreza, incluindo a pobreza extrema, podem ser compreendidas através de indicadores comuns, e menos ainda na aplicação de políticas uniformes (Dialogo Inter-Religioso Mundial sobre el Desarrollo, 2000). Daí haver hoje a tendência para, pelo menos, procurar distinguir entre pobreza relativa e pobreza absoluta²², pobreza relativamente permanente e pobreza temporal, e ainda vulnerabilidade, no sentido dos que se encontram em vias de empobrecimento ou dos que se encontram em transição da pobreza para a pobreza extrema.

A pobreza absoluta tem que ser eliminada, mas a pobreza relativa será tanto menor quanto menor forem as desigualdades. Isto significa que sempre que exista pobreza há uma dimensão normativa no debate sobre o conceito de desenvolvimento (Seers, 1979: 951).

«Segundo a experiência acumulada dos grupos religiosos, as diferenças são maiores que as semelhanças entre os grupos de pobres. Como tal, estratégias assentes nas semelhanças correm o

²² Convencionou-se que à pobreza absoluta corresponde a incapacidade de satisfazer minimamente as necessidades básicas de alimentação, habitação e vestuário; e que a pobreza relativa refere-se a todos os casos cujo rendimento seja inferior a 60% do rendimento médio *per capita* de um país .

risco de diminuir a riqueza cultural, sufocar os valores espirituais e destruir as redes de sobrevivência.» (Dialogo Inter-Religioso Mundial sobre el Desarrollo, 2000).

A concepção de que, mais importante do que o bem-estar humano a nível material, é a oportunidade de ampliar as suas capacidades, de eleger e de usar essas capacidades nas diversas actividades, sejam políticas, culturais ou de lazer, levou para o centro do debate internacional estes aspectos multidimensionais da pobreza e conduziu esse debate para o nível da defesa dos Direitos Humanos.

iii) O próprio caminho de chegada ao primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano em 1990, representa um passo no sentido da defesa dos Direitos Humanos, uma vez que, mesmo numa análise de tipo quantitativa, tornou implícita uma oposição a discriminações relativas a género, classe, religião, geração, nacionalidade, etc., em qualquer país, em maior ou menor desenvolvimento.

A pobreza, tal como a exclusão social, é cada vez mais considerada, não apenas como uma ameaça à paz e ao desenvolvimento, mas como intolerável e injusta.

Defendem-se estratégias de desenvolvimento que levem em conta os direitos da pessoa humana, uma vez que o direito à vida, à liberdade, à participação, os direitos económicos, sociais, culturais e políticos tornam-se de difícil acesso aos mais pobres. São direitos que a comunidade consagrou como património universal. Os mais pobres são seres humanos, sujeitos de direitos de Humanidade e de cidadania. Reivindica-se poder ser exigíveis nas várias instâncias responsáveis pela aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Silva, 2007).

Uma vida acima da linha de pobreza passa a ser reconhecido como um direito de base fundamental de uma política orientada para a justiça, não podendo ser substituída ou compensada por qualquer outro objectivo.

Portanto, a pobreza deixa de ser vista apenas no âmbito da desigualdade de rendimentos, de riqueza e de recursos, e passa ser também associada à falta de acesso a um conjunto integral de direitos civis e políticos.

O direito de não viver na pobreza adquire o estatuto de um direito de base inalienável (Merkel: 25-26). Nesta visão, todos os seres humanos que vivem em estado de pobreza estão ser excluídos da humanidade. Foi-lhes retirada a dignidade, inerente à família humana, sustentada na violação do artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.»

Pierre Sané (Sub-Director Geral da UNESCO) é uma das personalidades que tem vindo a defender que, tal como o *apartheid* e a escravatura foram abolidos, também a pobreza, esta pobreza que retira a dignidade humana às pessoas, terá que o ser (Silva 2007).

«Chegou agora o tempo de declarar ilegal a pobreza, de a banir da sociedade com base no princípio de que “ninguém tem o direito de ser pobre”²³.

iv) Este crescente alargamento do espectro do conceito de Desenvolvimento, sobretudo através da dimensão dos Direitos Humanos e da crescente tomada de consciência do exercício da cidadania, contribuíram para que o direito ao desenvolvimento esteja cada vez mais associado ao exercício da Liberdade. Uma visão para a qual o contributo de Amartya Sen foi determinante.

A privação de rendimento está ligada à privação de potencialidade e a pobreza é muitas vezes mais por privação de potencialidades do que por baixos rendimentos (Sen, 2003: 35). Por isso, para Sen, não bastará resolver um dos lados da questão. O autor associa o direito de acesso a um nível mínimo de recursos, à liberdade e à possibilidade de exercer capacidades alargadas, afastando-as da expressão económica desse mínimo (Proença, 2003: 34). Neste sentido, o desenvolvimento terá antes a ver com o tipo de vida que queremos promover e as liberdades que usufruímos (Sen, 2003: 39).

A importância das ideias de Sen pode ser medida pela forma como a questão das capacidades e oportunidades foi sendo incorporada nos relatórios do PNUD.

«(...) equidade significa oportunidades e não necessariamente resultados finais. Cada indivíduo tem direito a oportunidades que lhe permitam fazer o melhor das suas capacidades potenciais. (...) Como realmente são aproveitadas essas oportunidades e quais os resultados alcançados, é um assunto que tem a ver com a escolha que fizerem.» (PNUD, 1994, *apud* Castel, 2000: 192)

O economista peruano Echeverría (*apud* Castel, 2000: 190), afirma que na definição de desenvolvimento já não se trata somente de quantas coisas se produzem pelas pessoas (produtividade), nem como são repartidas entre elas (equidade), nem se tais coisas chegam para viver adequadamente (necessidades básicas); trata-se mais de saber quantas vidas e quanta vida, entendidas como capacidades e desempenhos, se logram com a utilização de certas coisas pelo ser humano (*idem*). Esta nova perspectiva do desenvolvimento é a geração de vidas, seres humanos com a maior plenitude possível.

²³ a proposta da ilegalidade da pobreza foi introduzida no relatório do World Political Forum em Outubro de 2004 (Petrella, 2005)

No âmbito do combate à exclusão social no qual se defende uma estratégia de integração²⁴, encontramos, pois, este legado do pensamento de Amartya Sen, onde também se inscreve o direito à participação e ao exercício da cidadania.

Em suma, o conceito de Desenvolvimento Humano é hoje um conceito que abarca inúmeras dimensões da vida humana e social, consideradas como padrões mínimos de direito ao desenvolvimento, ao nível das oportunidades e liberdade de escolha da vida que se deseja ter, de o fazer segundo critérios de igualdade, assegurando a satisfação de necessidades básicas, podendo escolher quem governa e participando na vida pública, vivendo num ambiente de segurança e paz, e garantindo um futuro sustentável.

O reconhecimento político da ligação entre o direito ao desenvolvimento e a efectiva redução da pobreza fez-se através da Declaração do Milénio, assinada pelos 189 Estados membros das Nações Unidas.

O compromisso de eliminar a pobreza até ao ano 2000 já vinha da década de 70, através da consagração de 0,7% do PNB à APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento), meta nunca atingida. A queda do império soviético parecia abrir uma nova perspectiva, com a diminuição dos gastos em armamento, num mundo que beneficiaria dos “dividendos da paz”, porém, conhecem-se os dados do incumprimento destas metas e a descida da APD durante a década de 90.

No ano 2000 a pobreza não só não estava eliminada, como havia aumentado e nessa altura contavam-se 2,7, dos 6 biliões de habitantes do planeta, a viver abaixo do limiar de pobreza, fixado em dois dólares por dia e, entre estes, 1,3 biliões em extrema pobreza, com menos de um dólar por dia. A meta passou para 2015, com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que definem uma redução para metade do índice de pobreza. Através de uma espécie de pacto entre nações para eliminar a pobreza humana (conforme afirma o PNUD em 2003). Oito objectivos principais, cada um com metas e indicadores próprios:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade do género e dar poder às mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

²⁴ pressupõe uma dimensão de inclusão e uma dimensão de inserção, sendo a primeira uma perspectiva de existência de oportunidades para todos e a segunda a possibilidade dos indivíduos escolherem as oportunidades, podendo usá-las ou não (Amaro, 2001: 122-124)

7. Assegurar a sustentabilidade ambiental

8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

A guerra contra o terrorismo tornou a ascender as despesas militares para níveis semelhantes aos da guerra fria, com destaque para os EUA²⁵, e em 2005 os países da União Europeia avançam com a promessa de 0,56% do PNB a favor da APD até 2010 e 0,7% até 2015. Terão estas promessas mais hipóteses de serem cumpridas que as de 1970...?

O dia internacional para a erradicação da pobreza (17 de Outubro), proclamado em 1992 pela ONU, é uma forma de afirmá-lo como um dos maiores desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos para o século XXI.

²⁵ segundo o Stockolm International Peace Research Institute, Estocolmo, 2005 (Petrella, 2005)

2.3.2. – O contributo de outros conceitos

Lembramos a perspectiva do Desenvolvimento Local, que na sua origem esteve, sobretudo, ligado a opções metodológicas enquanto pedagogia de intervenção, numa altura em que as políticas macroeconómicas, ou até a ajuda internacional, não traziam os resultados esperados. Finalizamos com um conceito que se tornou num importante paradigma actual, o Desenvolvimento Sustentável. Embora vários dos aspectos associados à sustentabilidade do meio ambiente já façam parte de mensagens comuns junto da opinião pública de hoje, a noção de sustentabilidade vai mais longe e, entre outros aspectos, implicará uma educação e uma ética sobre a relação do Homem com a Vida.

2.3.2.1. A perspectiva do Desenvolvimento Local

Pela dificuldade em observar os resultados esperados com os tradicionais processos de desenvolvimento, sobretudo no quotidiano da vida das populações onde a pobreza aumentava, pela crescente tomada de consciência da falta de aproveitamento das capacidades locais e dos recursos das próprias comunidades, pela falta de conhecimento das reais necessidades das populações e dos seus ritmos, pela imposição de modelos externos de desenvolvimento, ainda muito associados ao crescimento económico e a uma abordagem macroeconómica, surge a corrente do Desenvolvimento Local. Surge na esteira do *Desenvolvimento comunitário*, enquanto opção metodológica que ganha expressão nos anos 60 e da ideia de *Desenvolvimento participativo*, nos anos 80.

A corrente do desenvolvimento local procura, acima de tudo, responder a necessidades fundamentais não satisfeitas numa dada comunidade, o que implica um conhecimento e um envolvimento com essa comunidade.

Neste sentido, é uma linha teórica onde se cruza a experiência empírica e indutiva junto das populações, que busca novas técnicas de resolução dos problemas, com o contributo mais académico segundo uma visão territorialista dos processos de desenvolvimento (Amaro, 2003: 57).

Em termos conceptuais, situa-se na perspectiva de que os problemas identificados em contextos de não-desenvolvimento estão interligados na sua origem, pelo que as suas respostas também se requerem ligadas, integradas.

«Desenvolvimento Local exprime o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo, segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas» (Amaro, 2003: 57).

Significa que problemas e soluções devem ser abordados de modo integrado entre os domínios disciplinares (pela interdisciplinaridade) e as áreas de intervenção (pela articulação entre a teoria e a prática).

Implica escutar a comunidade, ajudar a identificar as suas próprias necessidades, apostar nas capacidades de resposta local, seus recursos e potencialidades, com vista à construção dos seus próprios processos de mudança e bem-estar, corolários do princípio da *participação*.

Participação entendido como um processo de natureza individual ou colectiva, através do qual os indivíduos ou grupos sociais conseguem exprimir as suas capacidades na sociedade e ter acesso às oportunidades que esta oferece (Amaro, 1992). É, portanto, um processo centrado nas pessoas, na valorização dos recursos, sobretudo humanos.

Tem como efeito a promoção de um sentido de cidadania mais activo e o crescimento do exercício de poder da própria comunidade, o seu *empowerment*, gerador de novas actividades, iniciativas e competências.

Este é, aliás, um ponto de distinção em relação à corrente do Desenvolvimento Humano, ou seja, na perspectiva do desenvolvimento local trata-se, acima de tudo, de considerar o desenvolvimento como o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação activa de todos, sendo a satisfação das necessidades uma consequência e não o ponto de partida (Amaro, 2003: 57). Nesta perspectiva, o não-desenvolvimento é o não-exercício da cidadania e o desenvolvimento implica necessariamente o reforço das capacidades que permitem exercer o *poder de participar*.

Quanto à dimensão do “local” no Desenvolvimento, não significa necessariamente uma delimitação geográfica. O paradigma do território influencia esta corrente, mas a noção de *território* não está limitada a um sentido geográfico, está antes associada ao sentido da comunidade de vida, da comunidade em movimento, enquanto conceito sócio-antropológico (Amaro, 1992).

Com efeito, encontramos a necessidade de responder a dificuldades observadas ao nível local de certas regiões, cuja realidade fica frequentemente distante de outras análises de indicadores macroeconómicos, não poucas vezes porque o contexto de *mudança* gerado pelos processos de desenvolvimento gera um agravar de desigualdades entre regiões, com desvantagem para as mais periféricas. Mas por outro lado, este “local” vai hoje mais longe que uma visão regional.

Assim, considera-se *território* como sujeito, com uma identidade própria ao nível da sua cultura, história e espaço natural, como actor de desenvolvimento, como factor de mudança.

Nessa identidade encerram-se redes de regulação local, segundo lógicas de Sociedade Providência. E com a chamada crise do Estado Providência, há maior propensão em *re-dinamizar* ao valor destas identidades.

Neste sentido, o Desenvolvimento Local é considerado uma metodologia que procura transformar ameaças em desafios, com iniciativas de base local, maximizando capacidades, oportunidades e recursos endógenos. Não significa que se dispensem os factores exógenos, que são importantes catalisadores, desde que não se iniba ou elimine a mobilização de recursos endógenos.

Por isso, reconhece-se e valoriza-se o princípio da diversidade, na identificação dos problemas, nas opções de resposta, no leque de actores envolvidos, no entendimento do próprio processo de mudança, e até dos resultados, o que faz com que cada um dos processos de desenvolvimento local seja único e irrepetível (Amaro, 1992).

Trata-se, pois, de um caminho muito distinto do modelo economicista da produtividade.

Face à teoria tradicional sobre Desenvolvimento, encontramos por vezes uma crítica a uma visão do Desenvolvimento de fora para dentro, de cima para baixo, em defesa de uma articulação das dimensões *micro* e *macro* da realidade, geralmente tratadas de modo separado uma da outra (Quintela e Arruda, 2000: 319).

Estratégias enquadradas nesta linha do Desenvolvimento Local serão estratégias apostadas em promover parcerias e redes locais, procurando envolver o maior número de entidades locais, segundo uma perspectiva inclusiva, que evite excessivos “localismos”, e nas quais faz sentido incluir as empresas, sejam de economia social ou não.

Deste factor pode decorrer a propensão para uma maior humanização do tecido económico e para uma nova cultura empresarial, também ela mais ligada a necessidades e oportunidades que estão *próximas*. A densidade relacional que está associada a este sentido de proximidade é algo para o qual a experiência da EdC pode ter um contributo a dar, pela forma como procura estabelecer laços de confiança entre diversos *stakeholders*.

2.3.2.2. A visão de um Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com a dimensão ambiental do desenvolvimento – o chamado Ecodesenvolvimento - tem origem no debate internacional iniciado em 1972 em Estocolmo, que criou a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, consolidado 20 anos depois na Conferência Mundial do Rio de Janeiro promovida pelas Nações Unidas.

Apesar da variedade das suas interpretações e discursos políticos, a maioria das concepções assenta na definição do Relatório “Our common future” em 1987, da Comissão Brundland,

segundo a qual o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades. Uma definição que levava igualmente em conta os resultados do Relatório Meadows “Limits to Growth” sobre a esgotabilidade dos recursos, embora este estivesse ainda num estágio anterior do conceito, segundo uma economia dos recursos naturais, numa leitura ainda antropocêntrica da questão.

Desenvolvimento Sustentável é um conceito que implica a exigência da solidariedade intergeracional, a integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento e a durabilidade dos processos de produção e consumo, pressupondo uma interacção entre subsistema económico e o sistema ecológico (Amaro, 2003: 56).

Neste sentido, a sustentabilidade adquiriu o estatuto de paradigma do desenvolvimento. Os seres humanos constituem não só o centro, mas a razão de ser do processo de desenvolvimento, o que leva hoje a considerar qualquer processo de desenvolvimento que não seja sustentável deixa de ser desenvolvimento. Esse foi um grande avanço conceptual e político.

Chegámos a uma maior consciência da crise de tipo ecológico, pelo empobrecimento progressivo do património natural do planeta, e de tipo ambiental, pelo enfraquecimento da capacidade de recuperação dos ecossistemas. Daqui resulta uma crise *eco-política* directamente relacionada com os sistemas institucionais e de poder que regulam a distribuição e uso dos recursos naturais (Guimarães, 1998).

O desafio da modernidade do terceiro milénio será o da modernidade da sustentabilidade, para a qual o ser humano não estará mais à parte da Natureza mas volte a fazer parte dela (Guimarães, 1998).

Por tudo isto, o paradigma do Desenvolvimento Sustentável difere do paradigma do crescimento. Aliás, requer uma nova ética de crescimento (Guimarães, 1998), na qual os objectivos económicos se subordinem aos sistemas naturais, aos critérios de respeito pela dignidade humana e melhoria da qualidade de vida das pessoas. É um paradigma que defende que para que exista desenvolvimento é necessário, mais que a simples acumulação de bens e serviços, mudanças qualitativas na vida e na felicidade das pessoas, que ultrapassem a dimensão mercantil das transacções e incluem dimensões culturais, estéticas e de satisfação de necessidades materiais e espirituais (Guimarães, 1998).

A sustentabilidade do processo de crescimento será dada na medida em que este preservar a integridade dos processos naturais e materiais, no respeito pela biodiversidade do planeta. Ou seja, é sustentável não só do ponto de vista do sistema económico, não só do Homem, mas da

Vida. Se transitar do antropocentrismo para o biocentrismo e entregar às demais espécies o mesmo direito “ontológico” à Vida (Guimarães, 1998).

Porém, não basta garantir estes aspectos se a pobreza e exclusão social continuarem a existir. É necessária também uma sustentabilidade social, que requer critérios básicos de justiça distributiva para bens e serviços, políticas globais nas áreas da saúde, educação, segurança social, critérios de igualdade de género, como valores em si mesmos, acima de considerações económicas (Guimarães, 1998), tal como defendido pela linha do Desenvolvimento Humano. Este paradigma postula ainda um desenvolvimento que preserve a diversidade no seu sentido mais amplo, isto é, a preservação de valores, práticas e símbolos de identidade, incluindo a defesa dos direitos das minorias. Há uma componente cultural de sustentabilidade quando se apontam propostas de introdução de direitos de conservação agrícola, no sentido de estabelecer critérios económicos de propriedade intelectual para que “utilizadores” e “proprietários” da biodiversidade partilhem os seus benefícios de modo co-responsável (Guimarães, 1998).

Por último, o fundamento político da sustentabilidade encontra-se fortemente ligado ao aprofundamento da democracia e à construção da cidadania, procurando envolver as pessoas nos processos de desenvolvimento, rumo a um conceito de responsabilidade política na acção pública (Guimarães, 1998).

O que dá sentido a todas estas dimensões da sustentabilidade do desenvolvimento é uma nova ética do desenvolvimento, fazendo regressar a economia à *oikonomia*, onde não há espaço apenas para stocks de capital económico, mas também de capital natural.

CONCLUSÃO

O caminho que o conceito de Desenvolvimento, fez desde a Segunda Guerra Mundial até hoje, teve início numa convergência de ideias orientadas para os resultados a obter com os processos do chamado *progresso*, numa concentração de recursos orientados para determinados fins. Fins esses inicialmente agregados a indicadores de crescimento económico.

Passados cerca de 60 anos encontramos-nos desafiados pela universalidade dos Direitos Humanos aplicada também às questões da pobreza e pela noção de sustentabilidade a vários níveis. Passámos a ter espaço para questionar: *que desenvolvimento?*; que custos lhe estão associados? É um exercício ainda em evolução, é o exercício de encarar o conceito de desenvolvimento mais nos meios do que nos seus fins, na dimensão do seu processo, conforme vimos no contributo da noção de Economia do Homem apresentada por François Perroux.

Neste sentido, a evolução deste conceito interpela-nos hoje para duas grandes dimensões.

Numa das dimensões, encontramos o sentido das oportunidades que a todos os seres humanos deve ser dado, segundo critérios de igualdade, justiça, liberdade e acesso a um conjunto mínimo de bens e serviços. É a própria evolução do conceito de Desenvolvimento Humano, cada vez mais orientado para a possibilidade do Homem desenvolver as suas capacidades e ter a oportunidade de escolher a vida que deseja ter, conforme Amartya Sen tem defendido.

O filão do Desenvolvimento Local, que também abordámos neste capítulo, surge como um método capaz de, com algum sucesso, contribuir de modo muito concreto para o desenvolvimento das oportunidades. O seu horizonte é sobretudo o desenvolvimento humano, embora cada vez mais com preocupações ligadas à sustentabilidade dos recursos, à qualidade do meio ambiente e, a todos os níveis, a uma melhor gestão das forças local-global.

Numa outra dimensão, tanto a perspectiva das necessidades humanas, como a perspectiva do local, não poderão secundarizar a crescente interpelação global para a durabilidade dos modelos de desenvolvimento que têm hegemonizado o último meio século. Uma interpelação que procura chamar o Homem para uma maior consciência da sua relação com o planeta onde habita, através de uma crescente educação para a sustentabilidade que, em última análise, obriga a rever a forma como se posiciona diante da Vida.

Assim, o trajecto de conceito de Desenvolvimento de algum modo tem tido estas duas forças paralelas. São visões complementares, mas que só recentemente começaram a ser abordadas

de forma mais integrada, como sucedeu, por exemplo, na Cimeira de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002.

Neste sentido, as ciências do desenvolvimento hoje apresentam-nos um limiar mínimo de dignidade humana, direitos, liberdades e segurança que o conceito de Desenvolvimento Humano teve o mérito de tornar universais, mas que não são aceites se agredirem a Vida do planeta. Portanto, vivemos hoje o grande desafio de entender que o desenvolvimento humano só é verdadeiro desenvolvimento humano se não comprometer o desenvolvimento sustentável.

Daqui resulta a noção e a necessidade de um conceito de desenvolvimento integrado, com uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia que agregue as diversas dimensões da vida (Amaro, 2003: 59). A ideia de uma verdadeira Ecologia Humana, passando de uma economia da moeda para uma economia do Homem e da Natureza (Viveret, 2002).

De facto, a noção de sustentabilidade tem-se alargado cada vez mais a novos âmbitos (por exemplo a referência a uma sustentabilidade social), revelando a crescente necessidade de uma ética ambiental e até de uma ética do desenvolvimento, assim como a necessidade de encarar o desenvolvimento como um processo sistémico, holístico, exigindo o referido exercício de interdisciplinaridade.

Em suma, na observação da trajectória do conceito de Desenvolvimento, apercebemo-nos como este se vai tornando cada vez mais complexo e que a sua complexidade aumenta na medida em que vai sendo aceite uma crescente interdisciplinaridade à sua análise. Todo o caminho trilhado pelo conceito de Desenvolvimento, ao longo da segunda metade do século XX, mostra que, é de facto, um conceito dinâmico, aberto a novas leituras.

É uma consideração relevante para este trabalho, pelo modo como o projecto da EdC pode singelamente contribuir para enriquecer a análise das dimensões do conceito de Desenvolvimento, nomeadamente: i) por via de motivações humanistas e éticas, onde o espaço para o dom reorienta a visão de mercado, que aqui abordamos via François Perroux; ii) por uma metodologia orientada para a relacionalidade, recuperando o valor da fraternidade que a Revolução Francesa deixou e que não teve a mesma evolução que os valores da igualdade e da liberdade.

Esta dimensão relacional é, aliás, um importante vector quando cada vez mais se valorizam boas práticas de participação e promoção de novas redes e parcerias entre actores diversos. Aspectos estes mais ligados à aprendizagem com o modelo do Desenvolvimento Local e que reforçam o papel da investigação-acção e da interdisciplinaridade para os profissionais do desenvolvimento.

«A Economia de Comunhão não se apresenta tanto com uma nova forma de empresa, alternativa às que já existem. Mas pretende, sobretudo, transformar intimamente as estruturas de empresa habituais (quer sejam sociedades por acções, cooperativas ou outras), baseando tudo em relações intra e extra empresariais à luz de um estilo de vida de comunhão. Tudo isso no pleno respeito pelos valores autênticos da empresa e do mercado.»

Chiara Lubich

***in* discurso Doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Economia de Milão**

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objectivo dar a conhecer o projecto Economia de Comunhão (EdC), uma realidade com 17 anos de caminho percorrido, um modelo de vida empresarial vivido por mais de 700 empresas espalhadas pelos quatro cantos do Mundo. Neste capítulo damos a conhecer o surgimento da EdC, o seu ideal, principais características, redes de apoio, tipo de compromisso dos empresários, aquilo que os move e onde assentam os valores que norteiam todos quantos estão envolvidos neste modelo empresarial, sem esquecer uma abordagem à problemática do seu contributo junto dos mais necessitados, dado que um dos objectivos é apoiar reduzir o número de indigentes.

Embora a EdC seja uma realidade que incide sobre a actividade empresarial, este capítulo posiciona-se mais ao nível dos seus princípios orientadores e não ao nível da análise de práticas de gestão de empresas ou pesquisa empírica com vista estudo(s) de caso. Anexamos alguns dados estatísticos relativos ao número de empresas existentes, distribuição geográfica, sectores de actividade e beneficiários dos lucros doados (cfr. Anexo 6), apenas como informação complementar, dado que não nos detemos na sua análise

O nosso ponto de partida foi a EdC como um projecto que se insere numa visão integrada do Homem, da sociedade e da actividade económica, pelo que o seu entendimento implica ter presente uma visão sistémica dos diversos aspectos que vamos apresentar.

Neste sentido, embora procuremos separar em dois sub-capítulos a *praxis* da filosofia económica que alimenta este projecto, uma não faz sentido sem a outra. A divisão dos lucros só se justifica se alicerçada numa lógica de cultura do *dar*; as motivações dos empresários têm como pressuposto um entendimento muito próprio sobre o primado das relações humanas em todo o processo produtivo, de acordo com uma cultura de comunhão e fraternidade.

É dessa forma integrada que contamos colaborar numa reflexão sobre o contributo da EdC relativamente à abordagem dos conceitos de Desenvolvimento que tratámos no capítulo 2 e sobre o modo como a sua vivência nos desafia a questionar postulados tradicionais da ciência económica, conforme aflorámos no capítulo 1, e sobre os quais faremos referência nas conclusões finais

3.1. - EdC: UMA PRAXIS HUMANA E SOCIAL

3.1.1. Apresentação da EdC

A EdC é um projecto que nasce no Brasil em 1991, inspirado por Chiara Lubich, no qual as empresas se estruturam como uma comunidade, e cujos actores sociais, ou seja, os empresários e trabalhadores, se orientam pela chamada *Cultura do Dar*, tendo como objectivo que os lucros da empresa não sejam totalmente acumulados pela propriedade, mas divididos em três partes: para a propriedade e investimento na empresa, para os mais necessitados e uma terceira parte para a formação de *Homens novos*, isto é, homens e mulheres com uma mentalidade orientada para uma cultura de comunhão.

As empresas de EdC inserem-se na economia de mercado, mesmo que actuando e agindo economicamente com parâmetros distintos do que é mais usual, normalmente orientado para a *Cultura do Ter*.

Passados 17 anos, são 754 as empresas espalhadas pelo mundo que procuram viver este ideal. Por ser uma realidade, merece uma análise, visto que, de acordo com as tradicionais leis económicas, uma empresa deste tipo não devia existir, sendo esperada a sua falência.

Na verdade, a inspiração deste projecto não nasce de um economista, mas da experiência da fraternidade vivida no seio do Movimento dos Focolares onde, à semelhança das primeiras comunidades cristãs, já era praticada a comunhão de bens, de modo livre e espontâneo. É numa visita a São Paulo, em 1991, que Chiara Lubich propõe que esta comunhão seja praticada pelas empresas, com vista a combater a pobreza e apoiar os mais necessitados.

De imediato muitos brasileiros ligados a este Movimento acolheram com entusiasmo a proposta. Com vontade de responder afirmativamente ao desafio, várias pessoas tornaram-se empresárias e outras que já o eram quiseram reorganizar as suas empresas em função deste ideal.

Com efeito, as finalidades de solidariedade e de serviço ao bem comum que caracterizam o projecto aproximaram da experiência empresarial pessoas que, de outro modo, jamais teriam ingressado a vida empresarial²⁶, o que significa que promove novos empreendedores, mobiliza energias, recursos, ideias geradoras de desenvolvimento, por um lado pela geração de riqueza da empresa em si e, por outro, pela doação de parte dos lucros.

«A Eco-ar começou sem capital, em 40 m², sem fórmulas para os produtos de limpeza que pretendia produzir: tínhamos somente a paixão e o amor pela EdC. Depois de dois anos, mesmo tendo um

²⁶ Gui, Benedetto, “Como surge uma empresa de EdC”, in Movimento dos Focolares, *Revista Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº 1, Março 2006, p. 9.

facturamento muito baixo, com um acto de fé, transferimo-nos para o Pólo [Spartaco], para um espaço de 300m².»²⁷

No início pensou-se que seria um projecto que ficaria pela região do Brasil e alguns países da América Latina, sociedades onde se destaca a existência de elevados capitais lado a lado com grandes desigualdades, e onde se pensou que as pessoas adeririam mais facilmente. Porém, em pouco tempo o projecto estava espalhado pelos quatro cantos de mundo e muitas empresas – novas ou já existentes – se associavam à sua proposta de conduta. Também sucedeu que aderiam ao projecto empresários que não eram membros do Movimento dos Focolares.

Segundo dados de 2007 (cfr. Anexo 6), são, na sua maioria, empresas de pequena dimensão, com menos de 30 funcionários, 53% opera na área dos serviços e 61% situa-se na Europa, com especial destaque para Itália. Desde 1996 que o número total de empresas se situa entre os 700 e os 800, um valor que sobe com novas adesões, mas que também desce devido a experiências mal sucedidas e que estabilizou neste intervalo.

As empresas de EdC não são entidades sem fins lucrativos, mas empresas que procuram o lucro, com o objectivo de o por em comum. Não têm um objecto social em primeiro lugar, são empresas como as outras, procurando lançar novas actividades e gerar riqueza.

No Anexo 3 “Princípios gerais para a gestão de uma empresa”, está definida uma espécie de carta da EdC. Foi traçada em 1997, pelo *Bureau* Internacional de Economia e Trabalho do Movimento Humanidade Nova. Nestes princípios são visíveis a filosofia que move o projecto EdC. Uma filosofia que postula motivações e significados usualmente não considerados pela ciência económica, que conta com o sentido de responsabilidade pessoal com vista à humanização da economia, seus actores e organizações produtivas, e que defende a necessidade de novos compromissos ao nível das restantes estruturas da sociedade, em nome de um futuro mais justo e harmonioso para todos os homens. Estes princípios têm sido adoptados pelas empresas que aderem à EdC, sendo incluídos nos estatutos de muitas delas cujos sócios decidem assumir publicamente esta escolha.

i) O Homem no centro da actividade económica

²⁷ Ercília Fiorelli | Eco-ar | Brasil [produção de produtos de limpeza], in “Os empresários da Mariápolis Araceli”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 3 – Out/99, p. 5

No contacto estabelecido com empresários de EdC²⁸ há um denominador comum, constante e transversal às diversas dimensões de análise, que passa pelo modo como o Homem é colocado no centro do processo produtivo, no centro da actividade económica, no centro da vida empresarial. É o ponto de partida para a filosofia deste projecto. O Homem deve estar acima do capital, a moral e a ética prevalecem acima de qualquer outro interesse. Essa visão justifica todo o quadro de princípios gerais de conduta aos mais diversos níveis, como veremos ao longo deste capítulo.

Uma das primeiras formas de praticar a coerência com este princípio passa pelo modo como se defende a criação, sempre que possível, de novos postos de trabalho, considerando o modo como o trabalho dignifica o Homem e como as empresas devem estar ao serviço dos Homens e não do capital, tal como é defendido pela Doutrina Social da Igreja, cuja Encíclica *Laborem Exercens* (n.6) diz que «em última análise o objectivo do trabalho (...) permanece sempre o próprio homem (...) o trabalho é um bem do homem – é um bem da sua humanidade, do seu ser criatura humana».

«O primeiro empenho dá-se dentro da empresa, com a criação de novos postos de trabalho. Até agora os lucros da Webert foram destinados a este propósito (...). Procura-se, ainda dispensar a atenção necessária a mulheres grávidas ou que tenham filhos pequenos, não se ficando pelas exigências legais, mas garantindo-lhes um trabalho a meio-tempo e todas as facilidades para o desenvolvimento do próprio trabalho.»²⁹

De igual modo, pretende-se envolver os empregados numa cultura de participação e responsabilidade na prossecução dos objectivos, através de uma prática de entre-ajuda para ultrapassar momentos mais difíceis, num clima de abertura e comunicação entre as chefias e os trabalhadores, favorecendo a troca de ideias. A formação contínua dos empregados é igualmente um princípio, com vista a colocar as capacidades e conhecimentos de cada um ao serviço do todo.

Este primado da pessoa humana deve nortear também o relacionamento com outros *stakeholders* da empresa de EdC.

«Tinha sido treinado por empresas multinacionais que consideram o concorrente alguém a ser literalmente eliminado. No entanto, entendi que o concorrente está no mercado e vai ter uma fatia do bolo... É alguém com quem devemos conviver. Entendi que o centro de toda a actividade económica é o ser humano. Quem está por trás de um concorrente? O ser humano, o Homem. Quem está por trás do fornecedor? O Homem. Quem está por trás do funcionário? O Homem. O Homem está no centro de tudo.»³⁰

²⁸ sobretudo através das entrevistas realizadas no Brasil, mas também por via da participação em dois congressos sobre EdC (congresso internacional EdC em Roma, em 2004 e congresso nacional brasileiro em São Paulo, em 2005)

²⁹ Webert | Itália [fabrico de torneiras], in “A Webert”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano III, nº 2 – Ago/98, pp. 6-8

³⁰ Armando Tortelli | Prodiel Farmacêutica | Brasil [distribuidora de medicamentos], in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 155-164)

A conduta ética é um princípio não negociável na EdC e vários são os testemunhos de empresários que dão conta disso. A EdC não aceita que a ética se submeta às *exigências* da Economia.

«Durante todos estes anos fomos animados pelo empenho em fazer tudo segundo os princípios morais cristãos. Apesar disso, surgiram muitas oportunidades para ganhar dinheiro fácil, principalmente com a compra de medicamentos de origem duvidosa. Recebemos inclusive propostas de compra de remédios subdosados, mas a nossa postura foi sempre aquela de trabalhar de acordo com a ética.»³¹

Neste sentido, é expressamente apresentado como coerência com um compromisso cristão, moral e ético que as empresas de EdC devem trabalhar com transparência, pagar os impostos, não pactuar com esquemas de corrupção, e não seguir práticas de concorrência desleal.

«São de grande significado as experiências que temos feito no campo da ética. Destaco a nossa recusa ao suborno, à concessão de privilégios e à fuga aos impostos. A relação com os concorrentes é outra face desta mesma questão. (...) Com o passar do tempo, percebemos que esta prática vem causando um forte efeito na comunidade local (...)»³²

O posicionamento do Homem acima do capital e a promoção do bem comum no horizonte reforçam ainda a missão de produzir, com competência e criatividade, bens úteis e de boa qualidade e praticar preços justos.

«Quando numa empresa os empregados conseguem perceber que a qualidade do produto é muito importante porque no outro lado há alguém que vai beneficiar com isso, que há outro ser humano no final da cadeia, todos passam a prezar mais pela qualidade do produto.»³³

Este compromisso com o Homem também não pode descuidar o meio ambiente em que este vive, pelo que é apontada a importância de não desperdiçar energia e reservas naturais e não poluir o meio ambiente.

«Quanto às questões ambientais, tornámo-nos pioneiros na reciclagem de moldes usados. (...) Tendo comprado maquinaria adequada, recolhemos dos nossos clientes as formas usadas, que antes eram transformadas em lixo industrial. Foi um investimento elevado, que se está a revelar válido, inclusive sob o aspecto económico.»³⁴

Como orientação geral, apela-se para que se procure constantemente o sentido da unidade, incluindo no domínio económico, pela vontade de progredir em conjunto, partilhando os benefícios com aqueles que a cultura actual apelida de improdutivos. Isso passa-se não só através da doação de parte dos lucros, mas também considerando que a empresa de EdC pode ser ela própria um espaço de inclusão.

³¹ Armando Tortelli | Prodiel Farmacêutica | Brasil [distribuidora de medicamentos], idem

³² Darlene Bonfim | Policlínica Ágape | Brasil [clínica médica], in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 136-139)

³³ Sílvio Rodrigues | Rotogine | Brasil [indústria de plásticos] Entrevista Maio 2005

³⁴ António Faria Lopes | Faria & Irmãos | Portugal [produção de moldes para fabrico de calçado]; in “Faria & Irmãos Ltda”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano VI, nº1, Jul/2000, pp. 8-9.

«A política de admissão na Metalsul era de oferecer emprego às pessoas do local, aceitando que fossem ex-toxicodependentes, pessoas com deficiências auditivas ou analfabetas.»³⁵

De facto, faz parte dos princípios da EdC a empresa ser um espaço de comunhão, o que implica uma constante preocupação pelas relações interpessoais, a saúde e bem-estar de cada um. Isso reflecte-se nas condições de trabalho, que devem estar adaptadas às normas de higiene e segurança, ao cumprimento dos horários, dos períodos de férias, etc. num ambiente de trabalho o mais agradável e harmonioso possível, onde todos se sintam com vontade de difundir o seu estilo de vida, com espaço para uma cultura de respeito, confiança e estima recíprocas. Por isso, é encorajado o trabalho em equipa e os momentos de lazer do pessoal.

Alberto Ferrucci, um empresário italiano de EdC, afirma «Tudo isto, podendo parecer difícil de aceitar e praticar, é de grande actualidade e de grande valor humano, visto que a obtenção do bem-estar económico, se não trouxer uma melhoria das condições de vida dos mais pobres, não traz felicidade nem paz. Trata-se, pois, de alargar aquilo que tendemos a praticar no seio da família de cada um, numa família mais numerosa e alargada, a família humana.».

Assim, o conceito de actividade económica que anima a EdC concebe a produção e a troca de bens e serviços como um serviço à pessoa concreta, uma pessoa que é colocada no centro da sua actividade, em todas as suas dimensões. Produzir com qualidade para que quem vai fazer uso do produto se sinta respeitado, ser fiel ao contrato para que o relacionamento positivo com clientes e fornecedores cresça e se fortaleça, pagar um salário justo aos trabalhadores, cuidar do ambiente natural, tecer um relacionamento correcto e transparente com as instituições públicas, são tudo consequências dessa filosofia.

ii) As sete dimensões: síntese da visão da empresa de EdC

De modo a ajudar a integrar todas estas diferentes dimensões na vida da empresa e da actuação económica, o projecto EdC defende uma visão de empresa enquanto organismo vivo, cujos diversos aspectos são cuidados com vista a uma harmonia global e integrada, não devendo nenhum deles ser descurado, sob pena de prejudicar a noção de organismo integrado. Assim, é usada a imagem do arco-íris e das suas sete cores, sendo que a gestão da empresa deve ser realizada com vista à garantia destas sete dimensões, que correspondem igualmente aos sete princípios que constam da carta de princípios para a gestão de uma empresa (cfr Anexo 3):

³⁵ Metalsul | Brasil [indústria metálica], in “O segredo da Metalsul”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº1 – Mar/2006, pp. 10-11

→ **Vermelho:**

Princípio n. 1 - Empresários, trabalhadores e empresa

Desafios: assegurar a sobrevivência financeira e a comunhão de bens e trabalho

→ **Alaranjado:**

Princípio n. 2 - Relacionamento com clientes, com fornecedores, com a sociedade civil e com terceiros

Desafios: partilhar resultados, dar testemunho e difundir a EdC junto de outras empresas, associações e mundo político

→ **Amarelo:**

Princípio n. 3 - Ética

Desafios: manter a fidelidade à missão e valores

→ **Verde:**

Princípio n. 4 – Qualidade de vida e produção

Desafios: zelar pela saúde e bem-estar dos membros da empresa e dos destinatários dos bens produzidos; promover um compromisso de cidadania e preservação do meio ambiente

→ **Azul:**

Princípio n. 5 - Harmonia no local de trabalho

Desafios: zelar pela harmonia no relacionamento e ambiente interno

→ **Anil:**

Princípio n. 6 - Formação e instrução

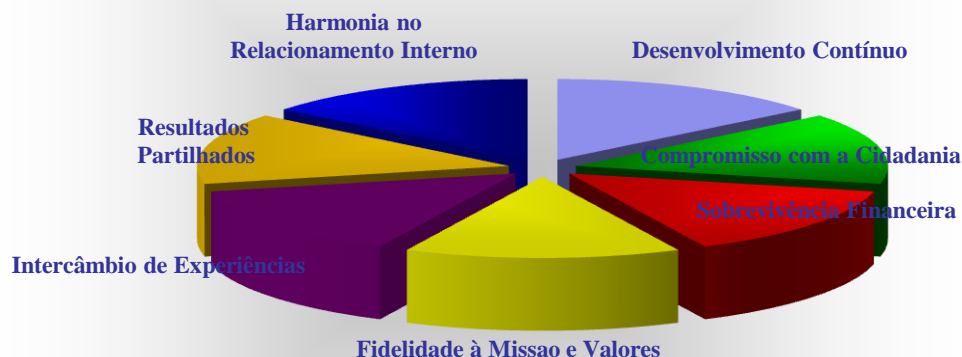
Desafios: apostar num desenvolvimento contínuo

→ **Violeta:**

Princípio n. 7 - Comunicação

Desafios: intercâmbio de experiências

Figura 1 – Os Sete Aspectos



Fonte: Espri, S.A.

Segundo Rodolfo Leibholz³⁶ a empresa como organismo vivo opõe-se a uma visão mecanicista de empresa e procura renovar-se continuamente, através das relações de interdependência recíproca. Procura-se a estabilidade, mas também dinamismo³⁷.

Em termos de efeitos no paradigma das organizações, trata-se de considerar que valores de comunhão e partilha levam à percepção de que a soma das soluções das partes, soluções individuais, é diferente da consideração do todo e é capaz de as superar. Na prática isto significa aspectos como: fazer uma análise do negócio sem perder a visão global, incluindo o relacionamento com os funcionários e com a sociedade; significa também considerar a intenção do negócio; o modo como se pondera a sua expansão; a qualidade mais que a quantidade; a parceria e a cooperação em vez da competição predadora; o resgate de valores como a moral e a ética empresarial; e a partilha de parte da riqueza gerada.

O objectivo é realizar tudo isto mantendo a empresa viva e em contínua evolução, atraindo a atenção da sociedade, influenciando estruturas e tornando a própria empresa de EdC matéria-prima de uma nova economia (idem).

Geram-se novas formas de equilíbrio e é um desafio ter sempre presente a natureza da empresa, sabendo distinguir as estruturas que estão em permanente transformação

³⁶ Presidente do Conselho de Administração da Espri S/A – sociedade que gere o pólo empresarial Spartaco, Vargem Grande Paulista, Brasil

³⁷ Leibholz, Rodolfo, *Projecto ESPRI 2010*, in Movimento dos Focolares (s.n.t), pp. 28-33

(funcionários, equipamentos, clientes, etc.) da essência (intenções, valores, princípios) que não deve mudar (*idem*).

Neste sentido, encontramos na EdC um paradigma organizacional que aposta mais na optimização do que na maximização, pois nesta pode acontecer que, na tentativa de maximizar um dado aspecto da empresa, se cause prejuízo noutras dimensões, comprometendo o equilíbrio e a harmonia (*idem*).

Considerando que esta visão da empresa altera o tipo de liderança, o modelo hierárquico e que existem implicações na rede de relacionamentos extra-empresariais e no compromisso com o mundo, Chiara Lubich³⁸ sintetiza as seguintes características de *filosofia de vida* para o empresário de EdC:

- « (...) • Os agentes destas empresas procuram ter, dentro da realidade e contexto de cada um, o mesmo estilo de vida de comportamento que assumem em todos os outros âmbitos da vida;
- São propostos comportamentos inspirados na gratuidade, na solidariedade e na atenção aos mais necessitados, através dos lucros que são postos em comum;
- Estas empresas sentem-se parte integrante de uma realidade mais vasta que o seu negócio e procuram estar ligadas a pólos empresariais ligados às Cidades do Movimento dos Focolares;
- Os destinatários de uma parte dos lucros são considerados membros activos do projecto;
- O destaque não é dado à filantropia, mas à partilha, onde cada um dá e recebe, com a mesma dignidade.»

Em jeito de síntese, Stefan Thiemer³⁹ afirma que os objectivos da EdC respondem a necessidades da sociedade no que diz respeito à assistência social, à observância de normas éticas e utilização produtiva do capital para a geração de postos de trabalho, de modo a que cada vez mais pessoas tenham condições para assegurar a sua própria subsistência.

3.1.2. Importância das redes de suporte e interacção no projecto EdC

Da descrição da EdC faz parte a referência ao modo como as empresas que integram este projecto estão ligadas entre si e/ou ao Movimento dos Focolares, seja a nível local, seja a nível internacional. Essa integração faz-se quer através das empresas que estão inseridas em Pólos industriais de EdC, quer através da participação dos seus dirigentes em *Escolas de EdC* e outros eventos nacionais ou internacionais que visam aprofundar os princípios da EdC e partilhar experiências, quer ainda pelo modo como muitas, de uma forma ou de outra, estão ligadas ao Movimento dos Focolares, espalhado pelos quatro cantos do Mundo ou a associações de empresas de Economia de Comunhão, que têm nascido em algumas regiões⁴⁰.

³⁸ in “A experiência «Economia de Comunhão»: a partir da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir económico”, in Bruni (2000: 14-15)

³⁹ in “Economia de Comunhão: um modelo para a sociedade”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 100)

⁴⁰ Existem associações por uma Economia de Comunhão no Brasil, Argentina, EUA, Espanha, Itália (segundo dados de 2006) para além da AIEC – International Association of the Economy of Communion, à qual as associações nacionais estão coligadas.

Esta realidade confere às empresas de EdC a possibilidade de se integrar em redes onde encontram um sustento, por um lado a nível moral, mas também a nível comercial.

Sobre este tema, Lorna Gold⁴¹ aponta a distinção entre estas duas redes coligadas: *rede de sustento moral e rede de contactos comerciais*. Segundo esta autora, as redes de sustento moral são compostas por redes formais e informais, sendo as primeiras compostas pelos encontros organizados a nível nacional e internacional ao nível da EdC, e as segundas os contactos pessoais, livres e espontâneos, entre dois ou mais empresários. Em ambos os casos reforça-se a visão específica da EdC e a confiança entre os seus actores. Existem também as redes de contactos comerciais entre empresas de EdC, a formação de associações profissionais, apoios à constituição de novas empresas e ainda os pólos empresariais de EdC.

A *Solidar Kapital* é o exemplo de uma empresa de EdC, criada em 1997 na Alemanha, especificamente para funcionar como uma incubadora de empresas de EdC, pensando sobretudo nos países em desenvolvimento e na região leste da Europa. Tem como objectivo o apoio ao nível do arranque inicial, do capital/empréstimos e do know-how. A sua participação no capital social de novas empresas situa-se entre os 25 e os 49%, por um período limitado de tempo. Defendem que, mais do que um *input* ao nível do capital, é essencial a transmissão de *know-how* e a assistência técnica pelo que, sempre que a língua não é um obstáculo, a formação de novos empresários é feita no interior das empresas associadas. Estão definidos critérios de escolha para os projectos que devem ser apoiados, partindo de um plano de negócios detalhado, tal como para qualquer outra empresa. Apenas avançam com o projecto de uma nova empresa se os seus futuros responsáveis estiverem dispostos a geri-la segundo os princípios da EdC.⁴²

É, pois, um exemplo de redes de suporte ao projecto EdC.

Esta oportunidade de integração numa estrutura maior não pode, todavia, representar uma não-necessidade de rigor dos processos de avaliação da viabilidade económica de novas empresas de EdC. E neste sentido, Lorna Gold⁴³ alerta para os perigos de se confundir os bens relacionais com o mercado, dando o exemplo de um empresário que confiou que as pessoas do Movimento dos Focolares o iriam ajudar, adquirindo os seus produtos, e acabou por não

⁴¹ in “Abrindo espaço para uma nova visão económica: redes locais-globais de comunhão”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 93)

⁴² No ano 2000 a *Solidar Kapital* tinha fundado três empresas de EdC e uma quarta estava a nascer: foi criada uma empresa de distribuição de artigos de escritório e material escolar no Líbano; foi constituída uma pequena empresa ligada ao turismo religioso em Israel; na Croácia nascia pela fusão de duas empresas já existentes, no ramo da mecânica automóvel; e no Egipto preparava-se a abertura de uma policlínica.

⁴³ in “Abrindo espaço para uma nova visão económica: redes locais-globais de comunhão”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 96)

ter êxito. Portanto, ambas as redes – sustento moral e contactos comerciais – são importantes e necessárias.

Gold (idem: 95) conclui, na sua pesquisa, que o desenvolvimento da EdC passa por fazer uso do seu capital relacional, transformando redes de sustento moral em redes de contactos comerciais e, sobretudo, em projectos comuns, como sucede com os pólos empresariais.

Com efeito, as cidadelas do Movimento dos Focolares⁴⁴ e os pólos empresariais de EdC constituem redes de proximidade de base territorial. Geram novas redes de relações humanas cujos resultados se apreciam a médio e longo prazo, pelo benefício de recursos não-materiais, podendo trazer vantagens competitivas através do chamado *social capital*.

«a esperança e a confiança voltam, não porque os riscos da vida económica desaparecem (...), mas porque não enfrentamos essas dificuldades sozinhos: enfrentamo-las juntos»⁴⁵

No Pólo Spartaco, a cerca de 50 km de S. Paulo, no Brasil, nasceu a ESPRI, com 3300 pequenos accionistas, alguns deles com poucos recursos. Foi o primeiro pólo empresarial de EdC. O segundo nasceu na Argentina, o Pólo Solidariedad. Foram recentemente inaugurados o Pólo Lionello em Itália e o Pólo Ginetta no Recife, Brasil, e estão em fase de implementação pólos nos EUA, Bélgica, Espanha e Portugal.

Chiara Lubich afirma que a EdC não funciona sem pólos empresariais. Representam o principal laboratório vivo da EdC e devem ser como uma *cidade sobre um monte* ou constituir um *farol*, a fim de iluminar toda a realidade da EdC em primeiro lugar e, depois, também a restante realidade económica e social.

Um pólo de EdC reúne um conjunto de empresas de diversos ramos de actividade que quer ser testemunho de uma economia nova e cristã, segundo uma filosofia de comunhão. Não deve, contudo, fechar-se num nicho protegido e isolado.

Deste modo, os pólos reforçam as relações dos empresários entre si, enquanto pessoas, possibilitando uma comunhão de experiências de vida, e alimentam relações verticais e horizontais entre as empresas de EdC. No caso do Pólo Spartaco, observa-se que, embora as empresas sejam de ramos diferentes, o facto de se encontrarem geograficamente próximas, promove a integração entre elas e até delas para com outras empresas que não sejam de

⁴⁴ Cidadelas: também conhecidas por Mariápolis (Cidades de Maria) permanentes, apresentam-se como modelos de pequenas cidades modernas, com casas, lojas, locais para encontros, centros de arte, pequenas empresas que possibilitam o sustento dos habitantes, com as suas escolas de vida e de espiritualidade no âmbito do carisma do Movimento dos Focolares. Pelo estilo de vida que propõem, oferecem um modelo de sociedade baseado na fraternidade. Actualmente são 35 cidadelas espalhadas pelo mundo. (Cfr. Anexo 1)

⁴⁵ Leibholz, Rodolfo, “Voar alto”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano X, Fev/200, pp. 17-18

EdC.⁴⁶ Destas relações podem nascer novas empresas que prestam serviços às empresas do pólo, como sejam no caso dos ramos da contabilidade, consultoria, limpezas e outras.

Por isso, Lorna Gold chama a atenção para a impossibilidade de calcular a potencialidade de uma empresa de EdC apenas pelos parâmetros comuns de sucesso, como os lucros ou os negócios, pois é necessário analisar a inserção das empresas nas várias redes da EdC. Não se pode considerá-las de modo isolado, mas como uma massa crítica com influência sobre uma cadeia de fornecedores, produtores e distribuidores com aos quais se relacionam (idem: 95)

Quanto às Escolas para agentes da EdC, nasceram em 2001, com uma proposta de Chiara Lubich, após um encontro comemorativo dos 10 anos do projecto. De então para cá têm sido inúmeros os encontros formativos, com diversas sessões em diferentes países ou grandes regiões de vários países, onde vai crescendo a massa crítica dos empresários de EdC, bem como estudiosos e consultores interessados pelo tema.

Para as empresas de EdC, estes momentos de formação representam importantes pontos de apoio à superação das dificuldades, promovem o sentido de pertença a um projecto e a adesão a um ideal maior que a realidade de cada empresa *de per si*.

«O segredo da Metalsul para superar os obstáculos é a participação num grupo de empresários que possuem os mesmos ideias, que se reúne regularmente para aprofundar as raízes espirituais do projecto EdC e no qual é possível partilhar experiências, alegrias e sofrimentos.»⁴⁷

Portanto, o objectivo é formar todos quantos trabalham no mundo da EdC, reforçando os laços entre aqueles que partilham a filosofia deste projecto, renovando a opção pela fidelidade ao mesmo, de modo a que se torne cultura da empresa. Em última análise, pretende-se, igualmente, ajudar a criar um *movimento para uma cultura económica de comunhão*.

«Há anos que reunimos com outros empresários [de EdC] para um intercâmbio de experiências e partilha das nossas dificuldades, para nos apoiar reciprocamente. Todas as vezes despedimo-nos com uma nova carga de força e entusiasmo.»⁴⁸

3.1.3. Divisão dos lucros e sustentabilidade da empresa

Como referimos, Chiara Lubich propôs em 1991 a divisão dos lucros em três partes: um terço para reinvestir na empresa; um terço destinado aos mais pobres e um terço para a formação de *Homens novos* e a difusão da *cultura do dar*.

⁴⁶ Gold, Lorna, “Abrindo espaço para uma nova visão económica: redes locais-globais de comunhão”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 94)

⁴⁷ Celso Beppler | Metalsul | Brasil [indústria metálica]; in “O segredo da Metalsul”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº1 – Mar/2006, pp. 10-11

⁴⁸ Pietro e Maria Pia Comper | TD Technodoor | Itália [fabrico de portões industriais e residenciais], in “Experiência da TD Technodoor”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº1 – Jan/2005, pp 11-12

Na fase de arranque do projecto EdC prevalecia a ideia de uma divisão em três partes no sentido rígido, mas em 1998 foi determinado: «a empresa é, naturalmente, gerida de modo a promover o incremento dos lucros, que os empresários decidem, livremente, destinar, com igual cuidado: para o crescimento da empresa, para ajudar pessoas em dificuldades económicas, começando por quem compartilha a cultura do dar, e para a difusão dessa cultura.»⁴⁹.

Neste sentido, segundo orientações da própria Chiara Lubich em 1999 na apresentação da EdC no Conselho da Europa (cfr. Anexo 4), nota-se que o compromisso que é esperado por parte dos empresários de EdC deve ser um compromisso integrado, segundo várias dimensões:

- « (...) • destinar uma parte dos lucros às necessidades mais urgentes de pessoas que se encontram em situações de dificuldades económicas;
- promover internamente e em relação aos consumidores, fornecedores, concorrentes, comunidades local e internacional, administração pública, etc. relações de recíproca abertura e confiança, tendo em vista o bem comum;
- viver e difundir uma cultura do dar, da paz e da legalidade, de atenção ao meio ambiente, dentro e fora da empresa.»

Assim, na EdC a livre adesão dos empresários ao convite de dar parte dos lucros é uma manifestação de gratuidade.

«Para mim, os dois princípios mais fortes da EdC são a solidariedade e a liberdade. (...) A liberdade, porque é isso que temos a cada momento, quando temos que decidir se mantemos o compromisso ou não. Não é uma escolha definitiva, para sempre, mas renova-se a cada momento»⁵⁰

A divisão dos lucros é deixada ao cuidado dos empresários, bem como a sua forma de cálculo, pois a legislação nessa matéria varia muito de país para país. O critério da distribuição dos lucros não é estabelecido de forma definitiva, mas estipulado anualmente pelos órgãos de direcção da empresa e para os sócios que não participam no projecto EdC está prevista a distribuição normal dos lucros que lhes couberem.

«Mesmo nos períodos mais difíceis da Rotogine, quando tinha um facturamento muito baixo, sempre que havia um resultado positivo (e não havia nenhum “rombo” a ser coberto) parte desse valor era destinado à EdC. Não era uma percentagem fixa, eram os sócios que decidiam o quanto em cada momento podiam dar.»⁵¹

Frequentemente encontramos testemunhos desta liberdade na gratuidade e fidelidade aos princípios gerais da EdC quando os resultados sugerem o inverso.

⁴⁹ Molteni, Mário, “Os problemas de desenvolvimento das empresas *movidas por um ideal*”, in Bruni (2000: 92)

⁵⁰ Ana Maria Nascimento | Escola Aurora | Brasi, [estabelecimento de ensino particular], Entrevista Maio 2005

⁵¹ Sílvia Rodrigues | Rotogine | Brasil, [indústria de plásticos], Entrevista Maio 2005

«Acima de tudo buscamos ser sempre fiéis à partilha do lucro com quem se encontra em dificuldade, até mesmo quando a situação da empresa sugere ficarmos no autofinanciamento.»⁵²

Não é pouco comum este tipo de opção criar algumas dificuldades de entendimento com empresas contratadas para realizar a auditoria externa de uma dada empresa de EdC⁵³.

De qualquer forma, teremos que questionar: como sobrevivem estas empresas no mercado? Eis alguns traços habitualmente apontados pelos sujeitos envolvidos, na resposta a esta pergunta:

- o espírito que as anima ajuda a ultrapassar dificuldades internas típicas de qualquer organização humana

«Não faltam dificuldades na hora de fechar o balanço. Muitas vezes encontramos-nos no meio de interesses contrastantes, pagando o preço da nossa coerência. São frequentes os momentos de angústia, de dúvida, de incerteza, sobre como agir; mas é assim que se constrói a EdC.»⁵⁴

- o seu modo de agir atrai clientes, fornecedores, credores e outros *stakeholders*

«Uma vez um cliente muito importante propôs-nos uma compra ilegal e já que não aceitámos, ameaçou cancelar os seus pedidos e deixar de trabalhar connosco. Era uma perda significativa, mas a lembrança do projecto que nos havia feito nascer fez-nos decidir que se era este o preço a ser pago, estávamos dispostos. No dia seguinte, o primeiro e.mail que abrimos foi exactamente daquele cliente, que encomendou o dobro da quantidade que havia proposto no dia anterior.»⁵⁵

- a confiança vivida a nível espiritual é fonte de força para ultrapassar os obstáculos.

«O segredo da Metalsul para superar os obstáculos é a participação num grupo de empresários que possuem os mesmos ideias, que se reúne regularmente para aprofundar as raízes espirituais do projecto EdC e no qual é possível partilhar experiências, alegrias e sofrimentos.»⁵⁶

Diante desta realidade, qual a estratégia de crescimento das empresas de EdC? É um facto que a maioria são PME, quer porque os empresários que têm aderido à EdC partem muitas vezes de uma empresa familiar, quer porque ainda não tiveram tempo de ultrapassar a fase inicial e lançar-se noutra dimensão.

Porém, também se tem questionado se o ideal do projecto de EdC limita esse desenvolvimento.

⁵² Pietro e Maria Pia Comper | TD Technodoor | Itália [fabrico de portões industriais e residenciais], in “Experiência da TD Techodoor”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº1 – Jan/2005, pp 11-12

⁵³ como foi relatado por Armando Tortelli (Prodiat – distribuição de medicamentos no Brasil) no congresso nacional de EdC, em São Paulo, em 2005)

⁵⁴ Darlene Bonfim | Policlínica Ágape | Brasil [clínica médica], in “Os empresários da Mariápolis Araceli”, in Movimento dos Focolares, *Revista Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 3 – Out/99, p. 5

⁵⁵ Ruth António | Feito por nós | Brasil [fabrico de doces e geleias], in “A Família da Feito por nós”, in Movimento dos Focolares, *Revista Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº1 – Março/2006, p. 18

⁵⁶ Celso Beppler | Metalsul | Brasil [indústria metálica], in “O segredo da Metalsul”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº1 – Mar/2006, pp. 10-11

Tradicionalmente, é frequente a estratégia de cálculo passar por ver no crescimento a única alternativa à cessação da actividade de uma da empresa. Geralmente encontramos no mundo das empresas de EdC agilidade e flexibilidade por um lado, mas por outro, deparamo-nos com a dificuldade em associar-se a economias de escala, curvas de experiência e poder contratual⁵⁷.

Molteni⁵⁸ refere três desafios de crescimento de uma empresa de EdC:

- *O desafio financeiro*: torna-se importante constituir sociedades financeiras no interior da EdC com vista a apoiar as empresas deste projecto, o que tem tido uma expressão limitada; pode captar-se capital de investidores sensibilizados para a causa do projecto EdC, mas não será uma fonte estável de recursos; resta a possibilidade de haver accionistas que não tenham necessariamente que aderir à EdC na hora da distribuição dos lucros, mas que acreditam nas vantagens competitivas destas empresas, resultantes do património de recursos imateriais - o que não deixa de ser um caminho com dificuldades.
- *O desafio cultural*: passa pela fidelidade às origens e a tensão da renovação contínua do ideal, contrariando possíveis tendências para o abandono gradual da motivação inicial e a adopção da lógica típica do *business* como fim em si mesmo. Este desafio é ainda importante porque pode fazer prevalecer entre os empresários uma tendência para permanecer na pequena dimensão, com receio de se perder o controlo da situação e da “nobre” finalidade que fez nascer a empresa.
- *O desafio estratégico*: passa pela gestão das dificuldades inerentes à necessidade natural em estabelecer alianças estratégicas e parcerias com sujeitos portadores de motivações ideais semelhantes.

A constituição de Pólos industriais de EdC tem sido uma forma de responder a estes desafios, conforme foi abordado atrás.

De facto, as redes de suporte e de confiança, bem como todo o investimento realizado no campo da relacionalidade, marcam os principais benefícios obtidos com a adesão ao projecto EdC. Nasce potencialidades para se atingir vantagens competitivas geradas pela adesão a uma determinada cultura empresarial e económica

Esta postura de compromisso face a um conjunto de ideais gera uma revisão no modo como tradicionalmente se coloca a função do lucro na sustentabilidade da empresa.

⁵⁷ Molteni, Mário, “Os problemas de desenvolvimento das empresas *movidias por um ideal*”, in Bruni (2000: 103)

⁵⁸ *idem*: 105 e seg.

«(...) O nosso laboratório também foi visitado por um desses grupos, que nos fez uma oferta financeiramente muito tentadora. (...) foi justamente a determinação de não retirar a nossa empresa da EdC que nos levou a buscar soluções alternativas (...) estamos na fase final de elaboração de um pacto social para a constituição de uma sociedade anónima, na qual 20 laboratórios fundadores se tornarão sócios iguais, apesar de apresentarem condições económicas diferentes. (...) graças à nossa iniciativa e liderança moral, procuraremos mantê-la no âmbito dos valores da EdC.»⁵⁹

No estudo de Pinto e Leitão, (2006:107) afirma-se que foram inúmeros os testemunhos que afastaram o lucro como sendo a preocupação central da empresa, a favor de um agir ético, do cuidado relacional, a manutenção da integridade dos *stakeholders*.

Lorna Gold (Pinto e Leitão, 2006:29) na sua tese de doutoramento⁶⁰ sobre EdC apresentou a seguinte tabela de custos e benefícios associados às empresas de EdC:

Quadro 1 – Custos e benefícios da Economia de Comunhão

Custos na empresa por conta da EdC	Benefícios na empresa por conta da EdC
Investimento nos recursos humanos: . cursos de especialização . aumento dos salários . bonificações . admissão de novos empregados	Aumento da produtividade através de um maior espírito de equipa
Investimento ambiental e tecnológico . tecnologias para economizar o consumo de energia . maquinaria nova	Aumento dos níveis de inovação, devido à participação dos empregados na empresa e ao sentido de propriedade partilhada
Investimento em saúde ocupacional e segurança no trabalho . aumento do espaço da produção . melhoria das condições de trabalho	Disposição dos empregados para trabalho extra, inclusive sem pagamento em tempos difíceis
Investimento na comunidade local . serviços gratuitos para organizações locais . serviços para o Movimento dos Focolares	Fidelidade dos clientes que valorizam a qualidade do processo produtivo
Investimento na sociedade global através de . distribuição dos lucros . outras doações de carácter social	Rede internacional de suporte através da estrutura do Movimento dos Focolares e ligação a outras empresas da EdC
Pagamento de impostos	Possibilidade de sobrevivência nas fases de crises financeiras devido à prática de um cuidadoso planeamento para cumprir a transparência fiscal
Perda de clientes devido a comportamento ético e justo	Motivação espiritual para enfrentar fases difíceis e crença na Providência

Através desta tabela depreende-se que, se do lado dos custos é possível calcular quantitativamente, a verdade é que as grandes vantagens são de natureza qualitativa e surgem da motivação intrínseca da EdC, difícil de calcular financeiramente. Pinto e Leitão (2006:29) também se referem à dificuldade em avaliar correctamente a qualidade da tomada de decisão

⁵⁹ Cristina e Carlos Marques | Labomarques | Portugal [Laboratório de análises clínicas], in “*Labomarques*”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano VI, nº1 – Jul/2000, pp. 13-14

⁶⁰ University of Glasgow, Faculty of Social Science, 2000

dos gestores da EdC à luz da contabilidade, sendo que esta dificuldade ainda se torna mais evidente quando surgem testemunhos de empresários sobre o papel do *sócio invisível* ou da *Providência* em situações de contrariedades.

Observamos benefícios decorrentes do sentido de pertença a um corpo, traduzidos pelas redes de suporte e interacção que referimos atrás (cfr. 3.1.2).

Importa, todavia, não perder de vista alguns aspectos que podem enviesar a observação. Pinto e Leitão (2006:107) consideram que não foi constatado um benefício maior do que o oferecido pelo mercado, segundo uma visão tradicional, e salientam que as opções dos funcionários passam quase sempre por elementos pouco tangíveis, como o respeito, o ambiente favorável ou a sensibilização para acções sociais. Estes aspectos podem ser positivos do ponto de vista financeiro, em termos de manutenção da mão-de-obra, mas por outro lado exigem que os funcionários sejam sensíveis a estes aspectos. E neste sentido, não pode ser descurado o facto de muitos trabalhadores das empresas de EdC estarem, de algum modo, ligados ao Movimento dos Focolares, ou serem indicados por este (Pinto e Leitão, 2006: 107-108). Esta é porventura uma característica do projecto EdC, a dificuldade em auto-avaliar-se no plano contabilístico tradicional.

3.1.4. Factores de motivação

O projecto EdC é marcado por um ideal e por um conjunto de orientações cuja adesão e cumprimento só é viável se houver motivações claras que alimentem, não só a decisão de lançar uma empresa de EdC, mas sobretudo que ajudem a mantê-la fiel ao espírito que animou a sua criação.

Na sua génese, o nome do projecto EdC era *Economia de Comunhão na Liberdade*, mas a sua simplificação para *Economia de Comunhão* mantém no seu espírito esta noção de partilhar e viver o princípio da comunhão na liberdade.

Esta liberdade é muitas vezes fonte de maior doação pela forma como desenvolve as motivações mais intrínsecas, associadas à vivência da *cultura do dar* e a uma dimensão espiritual, renovadas sempre que é necessário fazer opções, não só no campo da divisão dos lucros, mas em todo o modo de agir face a outros interlocutores, ao meio ambiente, sem esquecer o compromisso ético.

No momento da tomada de decisões é proposto o regresso aos princípios gerais de orientação das empresas de EdC (cfr. Anexo 3). A liberdade desse processo desenvolve o sentido de co-responsabilidade de cada empresário pelo projecto EdC em particular, e pelo bem comum em geral.

Porém, esta questão da liberdade já tem gerado algum debate sobre a necessidade, ou não, de regras mais fechadas na determinação do que define uma empresa de EdC, nomeadamente se fará sentido criar uma certificação para estas empresas.

Até ao momento, essa não tem sido a prioridade e alguns dos empresários que se destacam no percurso do projecto de EdC, como Rodolfo Leibholz, Presidente da Espri, S.A., que gere o Pólo empresarial Spartaco. Este empresário brasileiro acredita num compromisso espiritual cristão e considera que as regras enrijecem e não dão espaço para o desenvolvimento da EdC. Prefere apostar em *princípios* no lugar de *leis rígidas* e defende que estas empresas devem ter a sua base na solidariedade, no relacionamento entre as partes e devem garantir a capacidade de se auto-organizarem conforme os princípios gerais (Pinto e Leitão, 2006:28).

Assim, de um modo geral é defendido que a liberdade com que os empresários se associam à EdC contribui para o sucesso e maior motivação. Uma motivação que justifica um sentido de identidade face ao projecto EdC, como é patente nesta declaração de Darlene Bonfim:

«Desde a sua [da Policlínica] constituição entendemos que não se tratava de *fazer* Economia de Comunhão, mas de *ser* Economia de Comunhão, pois entendemos a Economia de Comunhão com um estilo de vida e não apenas como uma organização económica (...)»⁶¹

Todavia, seria incompleto abordar o tema da motivação dos empresários de EdC sem fazer referência à predominância de uma identificação de tipo religiosa e espiritual que, não só está na génese do nascimento de inúmeras empresas de EdC, na razão de outras já existentes passarem a viver os princípios da EdC, como assume um lugar de preponderância na gestão quotidiana das mesmas.

No conjunto dos empresários de EdC, encontramos como denominador comum cristãos comprometidos (na sua maioria ligados à espiritualidade do Movimento dos Focolares), com o desejo de viver *cristamente* a gestão da sua empresa. É desta visão que decorrem opções, tantas vezes consideradas radicais ou totalmente fora daquilo que uma visão tradicional da gestão de empresas apontaria. Rodolfo Leibholz considera necessário ter presente que «A EdC é baseada num *Homem novo*, com uma postura evangélica» e explica «Se contamos a experiência a uma pessoa que não tem esta postura, não vai conseguir, porque vai ficar pelas questões externas, mas não chega, tem que haver uma mudança interior»⁶².

De facto, *o mais comum é as pessoas agirem de modos diferentes consoante os ambientes, situações. Parece que as pessoas têm uma moral 1, uma moral 2, uma moral 3. Para um cristão só há uma moral. A experiência da EdC ajudou muitos empresários a encontrar esta*

⁶¹ Darlene Bonfim | Policlínica Ágape | Brasil [clínica médica], in “Policlínica Ágape”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho*, Junho 1999, pp.136-139

⁶² Entrevista Maio 2005

*coerência para dentro e fora da empresa, pela universalidade do amor, que é uma universalidade da acção cristã*⁶³.

Nesta linha, surgem com forte incidência inúmeros relatos de empresários que referem como essencial o princípio da confiança na Divina Providência, como, aliás, é igualmente enunciado por Chiara Lubich, por exemplo no seu discurso no Conselho da Europa (Anexo 4), quando se refere a um «espaço para a intervenção de Deus».

Variadíssimos testemunhos evocam o chamado *sócio invisível* numa alusão a essa confiança na Divina Providência.

«A Providência manifesta-se sempre, seja através da disponibilidade de professores competentes, seja com a chegada de novos alunos num momento em que eram necessárias novas entradas e até mesmo através de somas em dinheiro, inesperadas. O *sócio invisível* está sempre em acção!»⁶⁴

Quanto à questão da EdC poder ser praticada por empresários que não pertencem ao Movimento dos Focolares, Chiara Lubich costuma afirmar que basta que esses empresários tenham os mesmos ideais de partilha, reciprocidade, solidariedade, vontade de repartir os seus lucros e ter presente as principais características de um modelo empresarial movido pelo ideal da EdC.

De facto, a experiência do projecto da EdC atrai novos empreendedores e esse interesse insere-se num desejo de inúmeros empresários, cristãos, de outras confissões religiosas ou sem ligação a nenhuma família espiritual, agir de acordo com princípios mais humanos no seio da Economia actual, em busca de um empenho para além dos comuns limites das empresas. Insere-se numa filosofia segundo a qual o empresário socialmente empenhado não está fechado ao interior da própria empresa, interessa-se pelas necessidades da realidade mais próxima e pelo funcionamento do sistema económico, político e social.

«(...) aprofundando particularmente a ideia da empresa como um bem social, produtora e distribuidora de bens, ao mesmo tempo aberta às necessidades das pessoas mais carentes, começando pelos seus funcionários.»⁶⁵

É neste contexto que situamos a função social da empresa que, no caso da EdC, se insere nos princípios preconizados pela Doutrina Social da Igreja, segundo a qual a riqueza deve ser um meio e não um fim absoluto e se defende o princípio do destino universal dos bens: «a vida

⁶³ Entrevista (Maio 2005) a Maurício Gustavo Serafim, Estudante de doutoramento na Fundação Gertúlio Vargas numa investigação sobre o modo como a religião influencia o empreendedorismo económico. Desde 1999 que acompanha a EdC, tema da sua tese de mestrado, na área da “Ética no espaço de produção”, pela Universidade de Santa Catarina, Brasil.

⁶⁴ Pompermayer, Fernanda, “As empresas do Pólo Spartaco”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IX, nº 2 – Mai/2003, pp. 15-18

⁶⁵ Paolo Maroncelli | Color Delta | Itália [laboratório fotográfico], in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano III, nº 1 – Março/98, pp. 8-9

económica não visa somente multiplicar os bens produzidos e aumentar o lucro ou o poder; ordena-se, antes de mais para o serviço das pessoas, do homem integral de toda a comunidade humana»⁶⁶. Uma visão que dá sentido a muitos empresários de EdC.

«Quero testemunhar que a EdC traz como fruto também a realização do empresário: temos os mesmos problemas que os outros, mas esta finalidade social é diferente. Eu não sinto mais a empresa como minha, mas como um património da humanidade de hoje.»⁶⁷

As empresas e os empresários são chamadas a ter uma visão de desenvolvimento do negócio tendo em conta o papel dos resultados económicos e o estilo de relações vividas com os diversos *stakeholders*. A empresa de EdC procura desenvolver uma acção com características supra-empresariais.

«na sua actividade em favor do pobre e da formação cultural, [o empresário de EdC] aplica o princípio de subsidiariedade, realizando uma função de interesse geral, e a sociedade é levada a considerá-lo um precioso amigo, e compartilha a sua satisfação pelos êxitos da empresa, mesmo sem possuir acções dela, a empresa torna-se um bem social»⁶⁸

As motivações intrínsecas à EdC assumem ainda um lugar de destaque pela forma como, em inúmeros casos, o sentido da adesão aos princípios gerais deste projecto acaba por se difundir, quer no seio dos colaboradores da empresa,

«É interessante notar o que significa para as nossas funcionárias trabalhar na La Túnica. Uma delas, há pouco tempo, afirmou “conheço a realidade da Economia de Comunhão e sinto-me gratificada por trabalhar na La Túnica. Eu também sou pobre e tinha um grande desejo de ajudar os pobres, mas não podia. Trabalhando nesta empresa eu sei que estou colaborando para ajudar os pobres.»⁶⁹

que chegam a envolver-se directamente com a causa da EdC,

«Optamos por uma administração participativa: um método eficaz, mas lento e difícil. Dessa forma todos os funcionários são envolvidos. A recepcionista, por exemplo, recebeu uma modesta soma, em herança, mas que para ela era muito grande. Decidiu usar aquele dinheiro, a única reserva de que dispunha, para colaborar no desenvolvimento da Policlínica.»⁷⁰

quer junto de outros *stakeholders* que revelam admiração pelas opções dos empresários de EdC

«(...) um colega de uma outra firma soube que participávamos de um grupo de empresas que partilham os lucros com os pobres. Ficou impressionado e ofereceu.-nos de “bandeja” um projecto.

⁶⁶ Catecismo da Igreja Católica, 2425, 2ª ed, 1999, in Melé (2003)

⁶⁷ Armando Tortelli | Prodiel Farmacêutica | Brasil [distribuidora de medicamentos], in “Os empresários da Mariápolis Araceli”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 3 – Out/99, pp. 5-6

⁶⁸ Ferrucci, Alberto, “Dimension nuvelle”, in Mouvement des Focolari (2001)

⁶⁹ Maria do Carmo Gaspar | La Tunica | Brasil; [confecção de vestuário], in “La Túnica Confecções”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e do Trabalho, Junho 1999*, pp 129-131

⁷⁰ Darlene Bonfim | Policlínica Ágape | Brasil; [clínica médica], in “Os empresários da Mariápolis Araceli”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 3 – Out/99, pp. 5-6

(...) avisámos aquele engenheiro que poderia facturar a sua parte. Porém, disse-nos que, considerando as receitas já auferidas no ano, ele não precisaria desses 1000 dólares. Pediu-nos, então, para dá-los àquela boa causa, à qual já destinamos os nossos lucros.»⁷¹

Face a estas dimensões que marcam o campo das motivações, Alberto Ferrucci, empresário de EdC em Itália responde à questão *porque é que um empresário adere à Economia de Comunhão?* e a experiência da sua empresa ilustra o que anteriormente apresentámos.

«o empresário adere à Economia de Comunhão porque pensa que obtém um resultado melhor do que obteria se não aderisse. Não se trata, porém, de um resultado de tipo económico, trata-se de um resultado humano. Temos tido sempre na mente, devido à teoria económica que nos foi inculcada (...) que o homem se orienta apenas, quando actua racionalmente, pelo desejo de obter o lucro máximo (...) ou o consumo máximo (...). Esta é, no entanto, uma visão parcial do homem. O homem não vive unicamente para ganhar. (...) O homem tem valências mais profundas. Não tem como única dimensão a económica. Por exemplo, no seio das nossas famílias, não nos comportamos assim. (...) Esta é uma visão do homem-empresário.»⁷²

A experiência de Alberto Ferrucci numa refinaria de petróleo em Itália, dada pelos especialistas como uma “má refinaria, criada no momento errado e no local errado”, mostrou que o sucesso de uma actividade produtiva dependeu em grande medida da “unidade”, da coesão interna ou da falta dela, vivida entre todos quantos ali trabalhavam.

Por isso, a dimensão mais aprofundada do projecto EdC não está tanto em colocar em comum o lucro e contribuir para apoiar os mais pobres, elementos este presentes noutras experiências, mas sobretudo contrariar a actual fase de desumanização das relações económicas, tendo também em consideração que o actual paradigma da competição está a estender-se a outros âmbitos da vida, generalizando-se a ideia do *outro* como adversário a ser vencido⁷³.

Portanto, a EdC pretende promover um modo de produzir riqueza que reforce os vínculos interpessoais, demonstrando que é possível estar dentro do mercado – e ser competitivo – sem sofrer o condicionamento de uma estrutura motivacional que considera a maximização do lucro como a única finalidade da actividade económica (*idem*).

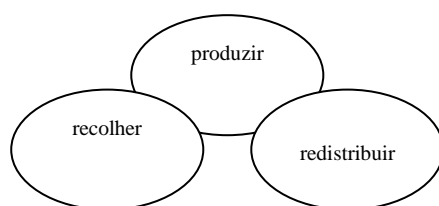
3.1.5. Visão sobre a distribuição da ajuda pela EdC

Na cadeia do processo da EdC, para além das empresas que colocam uma parte do lucro em comum, existem ainda outras duas realidades: a estrutura que recolhe o lucro doado e os que o redistribuem.

⁷¹ John Mundell | Mundell & Associates | EUA [consultoria em projectos ambientais e ciências da terra], in “Mundell & Associados”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano VII, Jun/2001, p. 15

⁷² Ferrucci, Alberto, “Dimension nuvelle”, in Mouvement des Focolari (2001)

⁷³ in “Entrevista com Stefano Zamagni”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano VIII, nº 1 – Abr/2002, pp. 10-11



Na maioria dos casos, os montantes são enviados para o Centro do Movimento dos Focolares, em Roma, onde chegam as necessidades apresentadas pelos seus responsáveis a nível regional, mas também existem situações, como no caso do Brasil, em que os apoios não chegam a sair do país, de modo a não haver custos de transacção. Em qualquer dos casos, a ajuda é administrada por responsáveis deste Movimento ligados às comunidades mais carenciadas. A sua capacidade para distribuir directamente no terreno os apoios representa uma vantagem, dado que aproveita as estruturas e redes que já estão montadas pelo Movimento e, desta forma, elimina custos intermediários de gestão de projectos e de administração da ajuda.

Mas a quem se destina a ajuda?

Os beneficiários dos lucros doados têm sido pessoas bastante carenciadas ligadas ao Movimento dos Focolares, embora o horizonte seja alargar a outras comunidades. Os apoios têm sido maioritariamente destinados a apoios de emergência temporária, o que levanta questões sobre os tipos de ajuda que são prestados aos mais pobres. Se nalguns casos são disponibilizados com vista à criação de actividades geradoras de rendimento ou projectos de tipo social (escolas, postos de saúde, centros sociais), a maioria são, pelo menos *aparentemente*, de tipo assistencialista, ligados ao alívio da pobreza, mas não à sua erradicação com projectos de médio e longo prazo⁷⁴.

⁷⁴ Não houve um trabalho de pesquisa neste sentido, por um lado por falta de elementos de análise que permitissem uma investigação ao nível do impacto do projecto EdC no combate à pobreza, por outro como forma de não estender demasiadamente o campo de análise desta pesquisa. No entanto, nos boletins *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, publicados pelo Movimento dos Focolares, encontram-se diversos extractos de cartas provenientes de pessoas que agradecem os apoios recebidos e cujo discurso revela situações de ajuda pontual, de tipo assistencial, aparentemente sem ligação a projectos integrados de combate à pobreza. Por outro lado, são vozes provenientes de beneficiários e não de quem administra a ajuda.

Não foi identificado material de análise sobre o modo como a gestão da ajuda especificamente proveniente da EdC está, ou não, integrada na acção global do Movimento dos Focolares. No entanto, realizaram-se duas visitas, em Maio de 2005, a dois bairros pobres do Brasil (a cerca de 50 km da cidade de São Paulo), onde este Movimento realiza desde há vários anos um trabalho de promoção do desenvolvimento e combate à pobreza. Na entrevista realizada com a animadora do Bairro do Carmo (cuja população é descendente de escravos) – uma mulher do bairro – percebe-se: i) a aplicação de uma metodologia de desenvolvimento participativo e de envolvimento da comunidade local na criação de diversas actividades geradoras de rendimento que respondem a necessidades básicas da população; ii) o espaço que é dado, de modo transversal, à formação de *Homens novos*, à formação humana, cívica e espiritual segundo valores de comunhão e fraternidade. Esta animadora da comunidade é acompanhada e paga pelo Movimento dos Focolares para realizar este trabalho.

A resposta da socióloga Vera Araújo⁷⁵ a esta questão do assistencialismo é reveladora da filosofia de base: a maior importância deve ser atribuída a uma real mudança de mentalidades, de valores, de comportamentos; defende que o tipo de compromissos assumidos, segundo lógicas de partilha, solidariedade e gratuidade, estes é que são as verdadeiras fontes de erradicação da pobreza.

Por isso, consideramos útil problematizar este ponto em duas dimensões: por um lado a relação entre ricos e pobres e a vivência da gratuidade. Por outro, a forma como são administrados os lucros doados em termos de uma efectiva erradicação da pobreza e da promoção do desenvolvimento.

Luigino Bruni, dirigindo-se às comissões regionais brasileiras de EdC em 2006 (no contexto das comemorações dos 15 anos do projecto EdC), dizia que havia chegado o momento de fazer um balanço do investimento no “terceiro círculo”, relembrando a importância de fazer chegar a riqueza às pessoas de modo que elas possam ser ajudadas a reinserirem-se na fraternidade. Mas lembrou também o carisma do projecto:

«se nestes anos tivéssemos feito campanhas de angariação de fundos, talvez tivéssemos arrecadado 40 milhões de euros. Se tivéssemos criado associações, fundações, alguns supermercados, alguns bancos... Mas não, nós construímos algumas empresas. Porquê? Porque não é tanto um problema de recolher fundos, o problema é como tornar este dinheiro instrumento de fraternidade.» (Bruni, 2006b).

Além disso, importa ainda referir que, no contacto realizado na primeira pessoa junto de empresários de EdC no Brasil⁷⁶, verificou-se que a empresa de EdC não tem, na maior parte dos casos, uma relação de forte proximidade com a comunidade mais pobre da sua região. Os lucros são doados para a estrutura do Movimento dos Focolares e, *aparentemente*, não está ainda muito desenvolvida uma relação de maior implicação com a realidade do desenvolvimento local, ou com algum projecto de combate à pobreza da região em causa⁷⁷, justificado como não sendo essa a vocação da empresa.

Neste sentido, Vera Araújo (*idem*) também explica que os actores da EdC não são só os empresários e trabalhadores de Economia de Comunhão, mas também os mais pobres. Pretende-se que os beneficiários da partilha não o sejam no sentido de “assistidos”, mas enquanto membros activos do projecto pois, em última análise, são eles que dão à empresa a possibilidade de viver a cultura do dom. Por isso se aponta sempre o princípio da reciprocidade, distinto de uma lógica de mera filantropia, que é uma lógica unilateral.

⁷⁵ in “Avec les plus pauvres”, in Mouvement des Focolari (2001: 151-161),

⁷⁶ cfr. Anexo 5

⁷⁷ Não se pode, no entanto, generalizar esta afirmação, até porque há situações de maior compromisso, como é o caso da participação da FEMAQ numa estrutura não partidária de planeamento estratégico da cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Chiara Lubich, numa carta sua ao Movimento dos Focolares em 1958, dizia que «quem confia as suas próprias necessidades, a fim de ser ajudado, também está a dar algo». Esta lógica de oferecer as suas próprias necessidades, de modo digno e fraterno, pode ser uma forma de doação e estímulo à solidariedade. É um novo tipo de contribuição, libertando energias humanas mais profundas⁷⁸.

O projecto EdC considera que a maior pobreza é a pobreza dos relacionamentos, de solidão, de relações interrompidas, relações de poder, ausência de uma vida de comunhão (Bruni, 2007). Por isso, a sua visão de ajuda não é de tipo vertical, mas horizontal. O ponto de chegada da EdC não é apenas uma resposta à falta de bens e alimentos, mas a inserção da pessoa na comunidade, onde haja lugar para relações de reciprocidade⁷⁹. E neste sentido o mais pobre não é visto como objecto de ajuda, mas visando a integração em novas relações de comunhão.

Quanto ao segundo aspecto – o da efectiva erradicação da pobreza – Luigino Bruni (2006b), mostra-se preocupado com a forma como a ajuda é administrada e com as energias que o projecto está, ou não, a orientar para o apoio aos mais necessitados. Por este motivo, alerta para os perigos de *criar relacionamentos de dependência*. Então, afirma (idem):

«creio que um desafio importante para os próximos anos é tornarmo-nos profissionais da terceira passagem – para os pobres – isto é, não podemos ser profissionais da produção de riquezas, que se deleitam em administrá-las na terceira passagem, porque isto não é digno de um projecto tão grande. A minha impressão destes 15 anos é que, talvez, tenhamos feito muito, mas não o suficiente para a terceira passagem.»

E acrescenta ainda:

«a mais importante contabilidade é a contabilidade dos pobres, não do lucro. Ou seja, quantas pessoas saíram da pobreza. (...) Caso contrário tornamo-nos [a EdC] num projecto de empreendedores filantrópicos, mas a EdC não é isso. (...). As pessoas vêem as empresas, que são uma primeira parte do projecto. É preciso que vejam também a última, é preciso que vejam uma comunidade de fraternidade.» (Bruni, 2006b)

⁷⁸ Sorigi, Tommaso, “A cultura do dar”, in Costa (1992: 35)

⁷⁹ pelo modo como Luigino Bruni considera que «é a comunidade que *cura* a pobreza e não o indivíduo», esta questão é retomada no ponto 3.3.4. a propósito do princípio da reciprocidade.

3.2. - EdC: EXPRESSÃO DE UMA FILOSOFIA ECONÓMICA

3.2.1. Papel dos bens relacionais

Sabemos hoje o quanto é importante para os resultados de uma empresa que ela disponha de trabalhadores capazes de criar um património de atitudes marcadas pela colaboração, pelo profissionalismo, pela atenção às exigências dos clientes, por um sério controlo da qualidade dos produtos. A imagem de harmonia, aliada à demonstração de confiança e dedicação têm um peso determinante, por vezes superior ao preço, na hora de escolher um fornecedor. Isto para dizer que há outro capital, para além do monetário. É uma dimensão imaterial, é um capital-símbolo⁸⁰. É sobre o papel e a forma de contabilizar o valor de bens relacionais que tratamos em seguida, contando sobretudo com o contributo de Benedetto Gui, académico da Universidade de Pádua.

3.2.1.1. Novos activos da Economia

Para além da primazia dada à ética e da importância atribuída a práticas participativas, como anteriormente vimos, destacamos agora o modo como são orientados os relacionamentos e como adquirem valor por si próprios.

Vimos que um dos maiores contributos do projecto EdC é ter como central a dimensão da relacionalidade, assente num pressuposto de cooperação, da pessoa em relação com os outros, distinto da lógica individualista e instrumentalmente racional que tratámos no capítulo 1.

Nesta ordem de ideias, Gui é um dos autores que tem chamando a atenção para o erro de considerar que o capital humano é um factor individual, incorporado em cada um dos componentes de uma organização produtiva. Advoga ser mais apropriado falar em “capital humano colectivo” e defende que os resultados obtidos são diferentes quando uma equipa se conhece mutuamente e sabe como gerir as relações entre todos os seus membros⁸¹.

Consciente da sua utilidade social, no relacionamento de estima com os diversos interlocutores a empresa de EdC procura ser enriquecida por um capital que é imaterial, o “capital relacional”, que constitui um importante património.

«(...) nada importa uma empresa apresentar bons balanços contabilísticos se a contabilidade dos relacionamentos estiver no vermelho.»⁸²

⁸⁰ Ferrucci, Alberto, “Considerações sobre a Economia de Comunhão, in Costa (1992: 78)

⁸¹ Gui, Benedetto, “Capital Humano Colectivo”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano III, nº 1 – Mar/1997, p. 13

⁸² Armando Tortelli | Prodiel Farmacêutica | Brasil [distribuidora de medicamentos], in Tortelli (s.n.t.)

A ideia é que a gratuidade, uma vez colocada no início de cada relacionamento, mesmo no contexto de natureza económica, consegue fazer conviver a eficiência, a equidade e a reciprocidade, contaminando-se mutuamente⁸³.

«Não foi possível aplicar de imediato esta nova economia [a EdC] (...) foi fundamental conseguir deixar de considerar a concorrência como uma guerra. (...) era levado primeiro a colaborar com os concorrentes, depois a oferecer ajuda, dividindo o trabalho que não tínhamos condições de concluir sozinhos. Foi suficiente darmos um primeiro passo nessa direcção para que os concorrentes logo retribuíssem.»⁸⁴

O respeito, a escuta, o diálogo, o acolhimento e a preocupação em criar um ambiente humano suscita maiores respostas de reciprocidade, se comparadas com empresas onde tal não acontece. Seja a nível externo ou interno, o confronto não corresponde ao melhor caminho defendido pela EdC, devendo manter-se uma visão de comunhão.

«Quando um fornecedor, por uma falha do produto, nos fez perder um dia inteiro de produção, pensei logo em substituí-lo. Porém, quando nos procurou para se desculpar (...) entendi que precisávamos de recomeçar com ele, sentido as suas dificuldades como se fossem minhas (...) nessa tarde consegui escutar profundamente uma pessoa que há muito queria conversar comigo. Nesse diálogo encontrámos uma óptima solução para um problema de transporte que estava a preocupar-nos bastante.»⁸⁵

Embora haja dificuldades em trazer para o plano da ciência económica esta dimensão das relações interpessoais, cada vez mais nos dias de hoje se reconhece a sua importância no campo da acção económica. Valorizam-se de forma crescente fenómenos de natureza relacional, como a lealdade, o conhecimento recíproco, a confiança, o ambiente de trabalho, a abertura a novas ideias, vistos como factores do sucesso. Por isso se fala em *bens relacionais*, bens não privados e intangíveis, mas reais.⁸⁶

A reflexão económica tem dificuldade em levar em conta esta questão por ser difícil de definir e quantificar. Benedetto Gui (idem: 65) considera que se trata de viver num horizonte com sentido e encontrar valores intrínsecos – mais do que instrumentais – nas actividades que se cumprem, coerentes com as convicções de quem as desenvolve.

⁸³ Zamagni, Stefano, “Uma economia fraterna”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº 3 – Jan/05, pp. 6-7

⁸⁴ Andrzej Milkowski | Complex Projekt | Polónia [projectos rodoviários], in “Novos espaços de liberdade”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IX, nº1 – Jan/2003, p. 13

⁸⁵ Ercília Fiorelli e Lourenço Borges | Eco-ar | Brasil [produção de produtos de limpeza], in “Os empresários da Mariápolis Araceli”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 3 – Out/99, p. 5

⁸⁶ Gui, Benedetto, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 64),

A expressão *social capital*⁸⁷, usada por James Coleman, é uma das expressões mais consolidadas nesta matéria. «Cria-se *social capital* quando as relações entre as pessoas mudam de uma forma que facilita a sua acção» (Coleman *apud* Gui⁸⁸).

A expressão *bens relacionais* é menos consolidada. Benedetto Gui (idem: 116) remete para a literatura económica inglesa onde surge em 1989 esta expressão, usada por Carole Uhlaner, significando que «podem ser usufruídos só se partilhados com outros» sendo, assim, uma categoria particular de bens públicos. É o caso de patrimónios de conhecimento recíproco, de experiências em comum, de hábitos de colaboração que ligam pessoas entre si.

Benedetto Gui tem-se dedicado a aprofundar esta temática dos significados não-instrumentais no seio de uma organização produtiva. Diz que as empresas que têm um ideal no horizonte, ao diminuírem – ou pelo menos ao reajustarem – o papel do lucro como o grande motor da empresa, geram como efeito a atenuação dos conflitos de interesse que giram à volta da actividade e, conseqüentemente, ajudam à criação de um ambiente humano marcado pela gratuidade.

Com isto não se pretende afirmar que o mercado e o capitalismo impeçam directamente o crescimento da dimensão interior da pessoa, a procura de horizontes de sentido ou a prática de relacionamentos interpessoais segundo lógicas de reciprocidade, fraternidade e comunhão. Mas o capitalismo não é culturalmente neutro, a sua racionalização tem promovido uma competição económica sem vínculos que, segundo Gui⁸⁹, exercita uma forma de resistência a estes valores intrínsecos.

A experiência da EdC mostra que não é obrigatório sacrificar o estabelecimento de relações ricas e plenamente humanas, a vida económica de modo coerente com as próprias convicções, em nome de uma presumível eficiência (idem: 64).

«(...) pareceu-me importante identificar novas formas de relacionamento com os nossos concorrentes, alicerçadas no diálogo e colaboração. Deixando de lado os “segredos profissionais” e o desejo de prevalecer sobre os outros, organizamos encontros periódicos entre empresas do mesmo sector, para um intercâmbio de ideias e tecnologia.

Um dos resultados mais recentes, foi a parceria com outras quatro empresas, o que possibilitou a diminuição de altos investimentos em tecnologia.»⁹⁰

⁸⁷ termo usado em inglês

⁸⁸ in “Organizações produtivas com finalidades ideais e realização da pessoa: relações interpessoais e horizontes de sentido”, in Bruni (2000: 114)

⁸⁹ in “Os bens invisíveis à Economia de hoje”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 66)

⁹⁰ Paolo Maroncelli | Color Delta | Itália [laboratório fotográfico], in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano III, nº 2 – Ago/98, p. 6

Assim, a principal inovação, e até vantagem comparativa, das empresas de EdC é o modo como investe nos relacionamentos. *Encontro* e *gratuidade* são palavras-chave para a EdC. Sem encontro não existe comunhão, e sem gratuidade não existe encontro, mas contrato⁹¹.

A este propósito, Bruni⁹² explica que, para além da reciprocidade-contrato, segundo a tradicional lógica da troca de equivalentes, existe a reciprocidade genuína também existente na prática económica, mais comumente encontrada nas várias formas de economia social, voluntariado, entre outros. O *bem relacional* é a principal razão da relação de reciprocidade genuína. Significa que não é a lógica do contrato, mas requer uma resposta do outro, gratuita e não condicional, fora da lógica de equivalentes.

3.2.1.2. Um apelo a novos indicadores

Como vimos, a experiência da EdC não é facilmente entendida e integrada na ciência dominante, uma vez que a qualidade das relações interpessoais e as motivações são factores preponderantes.

No entanto, cada vez mais a economia experimental contraria a teoria dominante. Alguns resultados têm evidenciado a capacidade dos indivíduos se comportarem de forma desinteressada, altruísta, ou “orientada para os outros”, muito para além do que a teoria tradicional permite prever⁹³. Observou-se que muitas situações, com variáveis previstas para acabar em conflitos, com desvantagem para ambas as partes, são enfrentadas por boa parte dos sujeitos com uma atitude de cooperação, a qual leva a êxitos superiores e mais eficazes.

O facto de não se contabilizar um conjunto de aspectos que influenciam a saúde de uma empresa revela que há indicadores não previstos na tradicional visão de bem-estar económico, assim como há custos não contabilizados que determinam a mudança de muitas situações aparentemente de bem-estar, mas onde se vive um mal-estar.

De facto há insuficiências no campo dos indicadores de bem-estar económico. Exemplo disso mesmo são os consumos de tipo defensivo (como sejam os alarmes, as portas blindadas, etc.) ou outras externalidades, como são os custos de carácter ambiental que começam a ser contabilizados e estudados.

⁹¹ Bruni, Luigino, “Daria uma fortuna por um instante de gratuidade”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº 1 – Jan/2005, pp. 8-9

⁹² in “As três formas de reciprocidade das empresas de EdC”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº 1 – Mar/2006, pp. 6-8

⁹³ Pelligra, Vittorio, “Um modelo mais rico de actuação económica”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 1 – Jul/2000, pp. 22-23

O mesmo ainda não sucede com o ambiente humano e social. Benedetto Gui⁹⁴ diz que tem existido uma grande desatenção relativamente à dimensão das relações informais entre os cidadãos e em especial uma falta de compreensão das suas consequências económicas. Existem bens que não se compram, não são propriedade de ninguém, não constam da contabilidade, pelo que os *óculos* da ciência económica não os consegue ver, no entanto a qualidade de vida depende essencialmente deles⁹⁵.

A vida económica está repleta de oportunidades de relacionamentos, quer dentro da empresa, quer com os operadores no exterior. É necessário ampliar e corrigir a definição do que é produtivo. Embora seja dominante a ideia segundo a qual a dimensão das relações interpessoais compete a uma esfera não-económica, também é verdade que vão surgindo autores com outras posições. Gui⁹⁶ refere-se também à combinação de uma lógica instrumental para uma lógica “expressiva”, pela ideia de “racionalidade expressiva”, usada por alguns autores para introduzir a justificação de algumas actividades, não pelos seus efeitos (com base na habitual abordagem consequencialista), mas antes nos valores que determinadas pessoas entendem afirmar, na procura de significados ou de identidades.

A contabilidade de todos estes bens relacionais no balanço das empresas de EdC permite dar uma visão de como se contribui para o bem-estar. Porém, uma coisa é respeitar os funcionários, fornecedores, clientes por se considerar isso correcto no plano espiritual, outra coisa é estar convencido disso no campo económico⁹⁷. Portanto, há uma mudança de comportamento, mas ainda se trata de um balanço social paralelo ao balanço económico – embora esse seja o primeiro passo – que continua a alimentar a ideia de que “contas são contas” e que as relações interpessoais estão à margem, num relatório informativo. Como atribuir um valor, por exemplo, a acções de respeito pela legalidade, de respeito pelos concorrentes? São necessários novos indicadores que levem a mostrar que a economia é mais do que gerar lucro (idem).

Por outro lado, no caso do projecto EdC há ainda uma dificuldade acrescida neste plano dos indicadores e da contabilidade: a identificação, por parte da maioria dos empresários que são abordados, com as questões de ordem espiritual e a referência ao *sócio invisível*, conforme tratamos anteriormente no plano das motivações.

⁹⁴ in *Economia de Comunhão, proposta de um agir económico à dimensão do ser humano* (s.n.t.)

⁹⁵ Gui, Benedetto, “Os bens invisíveis à economia de hoje”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº 3 – Out/99, p. 7

⁹⁶ in “Organizações produtivas com finalidades ideais e realização da pessoa: relações interpessoais e horizontes de sentido”, in Bruni (2000: 121)

⁹⁷ Bruni, Luigino, “Cultura da proximidade”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano X, nº 1 – Fev/2004, pp. 6-7

Assim, retomando os custos e benefícios apresentados no Quadro 1 (cfr. 3.1.3), muitos benefícios da especificidade da EdC decorrerem de aspectos não tangíveis, o que, de facto, complica a mensurabilidade de algumas características deste projecto.

No entanto, com vista a introduzir outros elementos de análise diante desta dificuldade em avaliar o que é positivo no projecto EdC - por ser de ordem qualitativa e subjectivo - Zamagni (*apud* Pinto e Leitão, 2006:30-31) aponta a existência de três tipos de custos inerentes a qualquer empresa: os de transacção (necessários à manutenção de relações entre diversas empresas, os de monitorização (quando há relações conflituosas entre o capital e o trabalho) e os de confiança (por exemplo através das taxas de juro nos relacionamentos financeiros). Tratam-se de custos que nada acrescentam ao produto final e que só existem pela falta de ênfase relacional que caracteriza uma organização.

O argumento de Zamagni (*idem*) é que todos estes custos são mais baixos numa empresa de EdC, uma vez que se procura que o relacionamento, interno ou externo, não seja artificial, mas esteja no âmago de cada acto de gestão, evitando tentativas de enganar o outro ou cobrar mais do que é justo e menores despesas com monitorização. Este economista acredita que, não tendo que arcar com este tipo de custos, as empresas de EdC podem aplicar esse valor no pagamento dos impostos, recusando todas as tentativas de corrupção ou práticas eticamente duvidosas e optando por produzir com mais qualidade, dentro de padrões de responsabilidade social, conseguindo manter-se competitivas.

3.2.2. Do paradigma do dom à *Cultura do dar*

“Dar” adquire um sentido que varia muito de cultura para cultura, daí deriva que seja um factor cultural e, portanto, transmissível. Não doamos porque somos “bons”, mas porque alguém nos ensinou a fazê-lo ou, ainda mais provavelmente, porque recebemos⁹⁸.

A EdC leva-nos para além da ética da caridade, em direcção à dimensão de gratuidade na experiência humana, incluindo na esfera económica.

A gratuidade é um imperativo ético para o qual é imprescindível a universalização da dignidade humana. A dignidade dos outros é de tal relevância que só a gratuidade está à sua altura (Barbosa, 2007: 176). Para promover a unidade e a fraternidade é absolutamente necessário esse sentido de dignidade do outro e implica a doação de si próprio como algo intrínseco à natureza humana.

⁹⁸ Pelligra, Vittorio, “Socialidade, mercado e a extinção do Homo Economicus”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº 2 – Jul/2005, pp. 24-25

Neste sentido, gratuidade não é altruísmo ou assistencialismo, mas a noção de que o ser humano não pode ser feliz sozinho, nem alcançar a felicidade sem promover a felicidade dos outros (Aquini *apud* Barbosa, 2007: 131).

Barbosa (2007: 120-121) lembra que, diante do paradigma do utilitarismo, Bentham acabou por reduzir todos os tipos de felicidade ou infelicidade às sensações primárias de prazer e de dor, e que Stuart Mill tentou corrigir essa visão, acreditando que o ser humano tem um instinto de sociabilidade ou um impulso natural para a cooperação, procurando unir-se aos seus semelhantes. Devidamente cultivado, pode fazer com que os seus sentimentos se identifiquem cada vez mais com o bem alheio, ao ponto de fazer felizes os outros de forma que isto seja tão natural como satisfazer necessidades físicas, havendo uma harmonia entre o interesse individual e o interesse comum, ou a própria felicidade e a felicidade alheia.

O dom é a proposta de Marcel Mauss para sair quer do individualismo, quer do holismo. Enquadra-se no âmbito da gratuidade, numa antropologia da partilha, numa perspectiva relacional. Godbout (*apud* Barbosa, 2007: 126) considera que se compreende o dom, não a partir do Estado nem do Mercado, mas do próprio dom, não há uma busca de equivalência, de intercâmbio ou de contrapartida. Dom é uma relação e não um acto isolado.

Neste sentido, autores como Alain Caillé (Barbosa, 2007: 126) vão para além da descoberta de Mauss, que apresentava a tripla obrigação de dar, receber e retribuir, considerando que, antes de haver o que dar, há o laço social que importa edificar. Por isso Caillé define dom «toda a prestação de bem ou de serviço efectuado, sem garantia de retribuição, tendo em vista criar, alimentar ou recriar o laço social entre as pessoas» (Barbosa, 2007: 164).

Também a socióloga Vera Araújo⁹⁹ chama atenção que nem todo o “dar” leva a uma “cultura do dar”, se por exemplo for um “dar” contaminado pelo poder sobre o outro. Existe um “dar” egoísta que busca satisfação e prazer no acto de dar. Existe um “dar” utilitarista, interessado, que busca proveito próprio. Em ambos não há uma relação com o destinatário do dom. Existe ainda um “dar” que os cristãos apelidam de evangélico, que é o “dar-se” aos outros, no respeito pela sua dignidade. Em última análise a doação é a *negação de si mesmo* no sentido do que representa a superação do *eu* em direcção à alteridade do outro (Barbosa, 2007: 133), reconhecendo a riqueza recíproca da relação. Em suma, a *cultura do dar* é entendida como esta cultura do “dom de si”.

Araújo¹⁰⁰ afirma que a «gratuidade é um valor que a nossa sociedade vai ter que reaprender, estamos demasiado acostumados a medir tudo, as acções, as pessoas, as relações, as

⁹⁹ in “Economia de Comunhão e comportamentos sociais”, in Costa (1992: 19-20)

¹⁰⁰ in “Cultura do Dar: da solidariedade à reciprocidade – aspectos sociológicos”, in AMU (1999)

comunidades, os povos, tudo tem um parâmetro, um custo. Esta *cultura do dar* abre lugar a uma outra visão antropológica da própria economia, e pode tornar-se num novo agir económico, como pretende ser o do projecto de Economia de Comunhão.»

Assim, no caso da vida das empresas de EdC, a gratuidade não significa apenas livremente aderir ao convite de doar parte dos lucros, que é a dimensão mais visível do projecto, mas também em acções como a decisão de contratar novos trabalhadores, na forma de viver as fases mais difíceis onde se apresentam situações sem garantia de retorno económico, na relação de confiança com os *stakeholders* e em várias situações em que usualmente as relações de negócio desencorajariam essa postura.

«Um dos nossos concorrentes começou a enfrentar sérias dificuldades. Pensámos nas consequências que a sua eventual falência poderia provocar, como o desemprego e o fecho de uma empresa cujo serviço é útil para uma região – Nápoles – carente de indústrias. Ofereci a minha ajuda gratuitamente. Ele precisava de vendas imediatas, então propusemos aos nossos clientes que parte dos pedidos feitos a nós fossem transferidos para aquela empresa e nós garantiríamos a qualidade do produto final.»¹⁰¹

Isto pode parecer difícil, árduo, heróico, mas não é assim, porque o homem, feito à imagem de Deus, que é Amor, encontra a sua própria realização precisamente no amar, no dar. Esta exigência está no mais fundo do seu ser, seja ele crente ou não. (Chiara Lubich, Dezembro 1991¹⁰²)

A Economia de Comunhão introduz o dom na estrutura de base da economia moderna: a empresa. E a empresa nela encontra um novo dinamismo, dado que os seus membros visam um ideal que desenvolve o melhor de si mesmo» - assim consta em vários documentos do fundamento do projecto.

De facto, o projecto EdC é a projecção da *cultura do dar* do Movimento dos Focolares na dimensão económica. E no contexto deste Movimento, a expressão “dar” não consiste em “oferecer” ou “fazer uma doação”, no sentido assistencial e caritativo ou desfazendo-se do que não precisamos. Nasce antes da antítese à cultura que se baseia no “ter”, no “possuir”¹⁰³.

Segundo os princípios orientadores da EdC é esta cultura, que também podemos chamar *cultura da partilha*, que transforma as relações sociais e económicas, entre empresários e trabalhadores, clientes e fornecedores, sociedade civil e comunidades carenciadas excluídas do processo produtivo, de modo que todos se tornem agentes de relações baseadas na reciprocidade, numa lógica de co-responsabilidade, e em que todos contribuem para o benefício de todos. Esse é o ideal da EdC.

¹⁰¹ Franco Caradonna | Unitrat | Itália [modelagem de produtos mecânicos], in “A Unitrat, de Bari”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura, Ano IX, n°2 – Maio/2003, pp. 22-23*

¹⁰² in *Economia de Comunhão, proposta de um agir económico à dimensão do ser humano* (s.n.t.)

¹⁰³ Buckart, Hans, “Desenvolvimento Sustentável e administração empresarial: elementos para um novo modelo de gestão”, in Bruni (2000: 72)

“Produzir para dar” remete-nos à essência do Homem. Este “dar” não é só dar o dinheiro/lucro. Isso seria uma empresa filantrópica. Uma cultura, a *cultura do dar*, é algo maior. *Dar de si* é mais difícil que dar dinheiro, dar a competência é mais difícil (por exemplo partilhar a competência com um colega de trabalho), perder uma ideia em função do outro, *dar* é muito mais amplo na EdC do que só dar dinheiro. Dar uma parte do lucro aparece como consequência.»¹⁰⁴

A aposta na *Cultura do Dar* e na chamada formação de *Homens novos*¹⁰⁵, para a qual está também prevista uma parte dos lucros, faz-se por via da formação cultural – através de congressos, estruturas de pesquisa, bolsas de estudo, imprensa, etc. – visando o crescimento de uma mentalidade que aposte no desenvolvimento da pessoa toda, sendo convicção para os seguidores do projecto que, se a comunhão não se tornar cultura, o crescimento da EdC fica comprometido.

À medida que a EdC se vai implantando, esta necessidade é cada vez mais visível: a necessidade de dar vida a estruturas organizativas de comunhão que tornem efectiva a *cultura do dar*. Conclui-se que não basta produzir riqueza e colocá-la em comunhão, doando parte dos lucros, para vencer a miséria do mundo. Ao lado das ajudas imediatas é preciso criar postos de trabalho, é preciso formação para esta cultura de partilha e gratuidade.

3.2.3. Comunhão enquanto categoria económica

«Nem individualismo, nem colectivismo, mas comunhão», são palavras conhecidas de Iginio Giordani, um dos primeiros membros do Movimento dos Focolares.

Chiara Lubich¹⁰⁶ vê a EdC como uma comunhão entre pessoas e bens e defende que a “comunhão” pode ser uma nova chave de leitura das relações sociais, que pode ajudar a ultrapassar a concepção individualista predominante hoje em matéria económica. No projecto da EdC propõe-se fazer da actividade económica um lugar de encontro, um lugar de comunhão, comunhão entre quem tem bens e oportunidades económicas e quem não os tem, entre todos os sujeitos envolvidos na actividade económica.

A comunhão é um encontro de gratuidade, resultante de um *amor-ágape* vivido por dois ou mais sujeitos em reciprocidade.

No dizer do sociólogo Georges Gurvitch (*apud* Araújo¹⁰⁷) a comunhão é uma categoria sociológica, é “a manifestação de uma socialidade real”, pela reciprocidade entre o *eu*, o *outro* e o *nós*. Esta concepção de Gurvitch não é uma concepção cristã, mas estimula um paradigma com determinadas características para as relações interpessoais, sociais e institucionais e

¹⁰⁴ Darlene Bonfim | Policlínica Ágape | Brasil [clínica médica], Entrevista Maio 2005

¹⁰⁵ expressão de São Paulo usada pela espiritualidade do Movimento dos Focolares

¹⁰⁶ « Source d’une pratique économique », in Mouvement des Focolari (2001: 21)

¹⁰⁷ “Culture do don”, in Mouvement des Focolari (2001: 202)

remete para a comunhão como categoria económica e para a necessidade de uma economia enquanto expressão fundamental do Homem.

Vera Araújo¹⁰⁸ refere a unidade para compor diversidades, pluralismos, incrementar a participação, fortalecer a liberdade, tudo isto na *praxis social* de todos os domínios, incluindo a nível da economia. Por isso afirma que, com a EdC, a comunhão eleva-se a uma categoria económica (idem: 25) e a justificação para isso vem da necessidade de uma mudança na economia enquanto expressão do ser humano.

No caso da vida empresarial, a Comunhão concretiza-se durante o processo de criação de bens e serviços, na relação entre empresários, entre estes e os trabalhadores, com os concorrentes e financiadores, ou seja, a comunhão de lucros não é senão o resultado da comunhão como estilo de vida empresarial. Só depois deste chamado primeiro nível de comunhão, é que faz sentido o segundo, sob a forma de doação de parte dos lucros.

Isto significa que a comunhão é mais exigente que a mera repartição do lucro. A comunhão do lucro é a expressão final de uma vida de comunhão que envolve a totalidade de vida empresarial, devendo os pólos empresariais de EdC ser espaços de “comunhão produtiva” por excelência.

Lorna Gold, no seu trabalho de doutoramento sobre o projecto EdC, remete para elementos sobre a convergência entre duas racionalidades: a da comunhão e a do lucro; questionou se isso criava tensões dentro das empresas e entre empresas, se criava uma nova síntese, com novos espaços sociais e económicos. E analisou a penetração dessa nova visão na economia de mercado. Lorna Gold diz¹⁰⁹: «a primeira transformação que notei nos empresários da EdC foi que a sua visão do mundo poderia ser aplicada de forma sistemática à economia pública e não somente no âmbito da economia pessoal.» Aquela que consideravam uma ética particular dessas pessoas, como a comunhão dos bens, foi aplicada com uma ética de trabalho, de modo público (idem). Gold conclui que os empresários levaram a ver as “pessoas como pessoas” e não como factores de produção. Além disso, as empresas também tomaram consciência que não podiam usar o nome “EdC” se não colocassem em prática princípios de honestidade, justa competitividade, pagamento de salários justos, respeito pelo meio ambiente, já para não falar que não poderiam estar envolvidas em situações que não lhes permitissem distribuir “lucros limpos” (idem).

¹⁰⁸ “Qual a pessoa e qual a sociedade para a *Economia de Comunhão*”, in Bruni (2000: 25)

¹⁰⁹ Gold, Lorna, “Abrindo espaço para uma nova visão económica: redes locais-globais de comunhão”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 90)

Luigino Bruni (2004a) chama a atenção para o facto de não ser um acaso terem sido as empresas as convocadas para desempenhar a função de instrumentos de comunhão. Compreendê-lo ajuda a compreender a missão da EdC, que não é apenas a de ajudar os mais pobres, já que sabemos essa nem é a vocação das empresas e para isso podiam ter-se criado obras sociais de outra natureza. É verdade que as empresas de EdC proporcionam empregos e o lucro é colocado em comum, mas o essencial é o propósito de viver o sentido da comunhão em toda a vida empresarial, até que se torne uma cultura.

«Para que os empregados pudessem viver melhor o espírito do projecto, era-lhes oferecida a possibilidade de um aprofundamento da espiritualidade de comunhão. Muitos aderiram a estes convites e os frutos tornaram-se evidentes na melhoria dos relacionamentos entre eles, no clima de amizade entre todos e no aumento da produção.»¹¹⁰

Neste sentido, a empresa é de comunhão se construir a sua própria identidade ao redor da gratuidade e não transformar valores intrínsecos em algo contratual, e desde que não confunda com filantropia, altruísmo ou com assistencialismo (Bruni, 2005: 48).

Por outro lado, também existem empresas de EdC que não são *for-profit*, como é o caso de cooperativas sociais. Portanto, não é pela acumulação dos lucros doados que se mede a intensidade de vivência da comunhão, uma empresa pode ter lucro zero e investir de outros modos¹¹¹.

Em última análise, todo o lucro da empresa é destinado à comunhão, pois mesmo o montante que é reinvestido na empresa não é encaminhado para a especulação financeira, mas apostado em criar nova riqueza e novos postos de trabalho (Bruni, 2004a).

Assim, para Chiara Lubich o ponto de chegada da EdC vai para além da ideia de justiça ou de igualdade, ou até da solidariedade. O ponto de chegada é a plena realização da pessoa pela comunhão¹¹². Sem o sentido da comunhão entre os homens, a mera comunhão de bens arrisca-se a ser uma espécie de comunismo. Não é esse o caminho. Daí uma tão forte tónica na dimensão relacional, nas relações de reciprocidade e fraternidade, como veremos de seguida.

3.2.4. Princípio da reciprocidade, fonte de fraternidade

Como vimos, a gratuidade é um termo estranho à visão tradicional da ciência económica, porque não concebe lógica a uma perda a favor do outro ou do bem comum. Porém, para a

¹¹⁰ Metalsul | Brasil [indústria metálica], in “O segredo da Metalsul”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº1 – Mar/2006, pp. 10-11

¹¹¹ Bruni, Luigino, “Para um teoria económica de comunhão: *coisas antigas e coisas novas*”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 54)

¹¹² Gui, Benedetto, “Empresa e economia de comunhão – algumas reflexões”, in Costa (1992: 104)

filosofia que está na base da EdC, não se trata de uma *perda*, trata-se de transformar a acção humana numa oportunidade de cooperação.

«Na cultura do dar não se salienta a filantropia de alguns, mas a partilha, onde cada um dá e recebe, com a mesma dignidade, no âmbito de uma relação de substancial reciprocidade»¹¹³.

«Um funcionário que sabíamos viver em condições de indigência uma vez disse-nos que queria destinar aos pobres ajudados pela EdC a compensação pelas horas extra.»¹¹⁴

Para haver reciprocidade tem de haver uma base comum de encontro. Não é por se doarem inúmeros bens a uma comunidade mais pobre que se garante a reciprocidade. A reciprocidade só é possível se o “dar” for um “dar” condições para o outro sentir que tem uma dignidade igual à de quem dá¹¹⁵.

Mesmo no mundo do Terceiro Sector pode evoluir-se de uma ideia de solidariedade para a reciprocidade na actuação prática das organizações. A solidariedade exige a abertura dos actores sociais a actos desinteressados de partilha, nascendo a interacção entre esses actores. Movido pela consciência, o actor social orienta-se para o seu interlocutor. Alguém que está longe no âmbito da existência, interfere na vivência concreta e esta consciência concretiza-se em actos e gestos de solidariedade¹¹⁶.

Mas, quando passamos à reciprocidade, acrescenta-se um novo dinamismo, uma gratuidade na troca de dons, orientada por uma cultura onde o *dar* e o *receber* entrelaçam-se numa relação interactiva de actores sociais. Não se trata de receber dons mas de *trocar* dons, como enriquecimento recíproco e em vista de um resultado ainda maior, a unidade entre actores. O “outro” passa a ser mais do que parceiro, passa a ser “uma parte de mim” (idem).

Para esta reflexão Bruni (2005: 130) contribui também com a ideia de que a comunhão pode também ser entendida como uma forma específica de reciprocidade, uma “reciprocidade-comunhão”. Para tal pensemos na possibilidade da resposta a uma atitude de gratuidade poder não ser dirigida a quem a desencadeou, mas uma terceira pessoa, ou seja, ser uma reciprocidade aberta e transitiva. Este facto torna a comunhão um processo bem distinto do encontro de interesses, será antes um encontro de gratuidades (Bruni, 2005: 130).

É no seio desta dinâmica que se espera que funcionem as empresas de EdC.

Que tipo de racionalidade se encontra nesta lógica? Bruni explica (2005: 131) que se trata de atribuir uma recompensa intrínseca ao comportamento no lugar de atribuí-la aos resultados;

¹¹³ in discurso de Chiara de Lubich na sessão de doutoramento honoris causa em Economia, 29 de Janeiro de 1999, VV.AA. (s.n.t.)

¹¹⁴ Ruth Antonio| Feito por nós | Brasil [fabrico de doces e geleias] in “A Família da *Feito por nós*”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XII, nº1 – Março/2006, p. 18

¹¹⁵ Gonçalves, Jardim, “Na senda das ONG’s”, in AMU (1999)

¹¹⁶ Araújo, Vera, “Cultura do Dar: da solidariedade à reciprocidade – aspectos sociológicos”, in AMU (1999)

significa encontrar sentido no acto de doar-se aos outros, antes de encontrar sentido na resposta do outro. Implica uma predisposição para um agir não-condicional, que distingue a reciprocidade do contrato, apenas bi-direccional, condicional e que pressupõe uma equivalência das prestações.

Zamagni¹¹⁷ leva esta análise ainda mais longe e chama a atenção para uma distinção entre gratuidade e reciprocidade e refere-se ao voluntariado para ajudar nesta diferença entre o *método* e o *fim*: «...se é verdade que a gratuidade qualifica o *modus operandi* do voluntariado, aquilo que o distingue e diferencia de outras formas de acção humana é a produção de valores de vínculo social». Zamagni considera que o fim da acção voluntária é a criação de vínculos de relacionalidade e o modo de o conseguir é a gratuidade. Diz que, se assim não fosse, não se poderia distinguir gratuidade de filantropia, onde também se doa, mas raramente se gera relacionalidade.

Zamagni explica ainda que a filantropia e o altruísmo podem ser virtudes compatíveis com o individualismo axiológico. Considera que assistimos hoje a muito *altruísmo sem o outro*. Então, aquilo que caracteriza a acção voluntária, cuja prática deve realizar-se não só *para* os outros, mas *com* os outros, gera novos laços de confiança (idem: 130).

Por isso Zamagni tem defendido em várias intervenções suas que o princípio da reciprocidade – distinto, portanto, do princípio da troca de equivalentes – é mais coactivo que o princípio da gratuidade e que o primeiro inclui o segundo, não sendo verdade o inverso.

Este economista (idem: 131) lembra a dificuldade que temos nos nossos dias em entender esta análise: «a nossa cultura está de tal modo embebida de vetero-economicismo que, todas as vezes que ouvimos falar de relação bi-unívoca entre dois ou mais sujeitos, somos levados a pensar numa relação de troca de equivalentes, como a que governa as relações de mercado.» Neste ponto tomamos consciência da ideia de um mercado multidimensional, vivido no seio da economia de mercado, mercado esse que pode tornar-se num instrumento para reforçar o vínculo social.

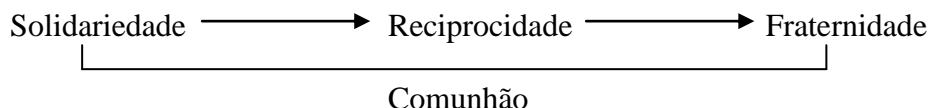
Por isso, para Zamagni (idem: 133), a EdC desafia o modelo dicotómico de um mercado orientado apenas por critérios de eficiência, entendidos como a maximização dos interesses de quem nele participa e de uma concepção de Estado como um lugar típico dos interesses colectivos, lugar do “público”, da solidariedade. «...é possível utilizar o mercado não só para produzir riqueza de modo eficiente, mas também para distribuir segundo um critério de equidade» (idem).

¹¹⁷ “Fundamento e significado da experiência de *Economia de Comunhão*”, in Bruni (2000: 129)

Explica que «o aspecto essencial da reciprocidade, como é realizada pela EdC, é que as transferências não se podem dissociar das relações humanas. Isto é, os objectos de troca não estão separados daqueles que lhes dão origem, e, portanto, a troca que se realiza no mercado deixa de ser anónima e impessoal». (idem: 134).

Assim, a reciprocidade pressupõe a aplicação de princípio da fraternidade, previsto pela Revolução Francesa.

É neste quadro de considerações que a solidariedade se distingue da fraternidade. A solidariedade significa sentir-se responsável pelo bem-estar dos outros, e pode ser-se solidário com quem não se conhece. A fraternidade pressupõe um passo à frente, por via do princípio da reciprocidade, e que passa não só por uma atitude de *dar*, mas *dar* com a intenção de estabelecer uma *relação*, que se torna, assim, uma relação de comunhão.



Em última análise, a filantropia e o altruísmo podem ser virtudes compatíveis com o individualismo axiológico, se considerarmos todas as vezes que assistimos a um altruísmo *sem o outro*, diferente de algo construído *em relação* (idem: 130)

Por isso, no caso da acção do voluntariado, este não se reduz à gratuidade, há uma relacionalidade geradora de reciprocidades, de redes de confiança, de comunhão. Assim se explica que o princípio da reciprocidade nada tem a ver com o princípio da troca de equivalentes, e vai igualmente mais longe que o próprio princípio da gratuidade (idem: 130-131).

Este raciocínio ajuda-nos a entender que se é verdade que a solidariedade leva-nos à promoção das igualdades, é a fraternidade que conduz a que essas igualdades sejam diversas, vividas num espaço de encontro. Por isso, sob a fraternidade as pessoas *crecem* e há espaço para o exercício da liberdade das escolhas que auto-realizam cada ser humano.

CONCLUSÃO

Como vimos o projecto EdC visa contribuir para que não existam mais indigentes¹¹⁸ e as empresas são chamadas a partilhar os lucros com aqueles que o sistema económico tradicional apelida de “não-produtivos”, segundo uma filosofia económica de comunhão. Estes objectivos consubstanciam-se essencialmente de três formas:

i) pela criação de postos de trabalho nas próprias empresas, enquanto instrumento de combate à pobreza; ii) pelo modo como procuram difundir a *cultura do dar* e o sentido da fraternidade humana em todo o processo produtivo; iii) através de uma efectiva ajuda a pessoas em situação de emergência ou pobreza, pela doação de parte dos lucros.

Neste projecto encontramos um forte destaque dado ao primado da pessoa humana em toda a cadeia produtiva e para com toda a rede de *stakeholders* envolvidos.

A adesão à proposta de comprometer uma empresa ao ideal da EdC é vivida num espírito de grande liberdade, uma liberdade que procura ser promotora das mais genuínas motivações intrínsecas à natureza humana, a sua vocação à relacionalidade. Por isso, é crescente o valor dos bens relacionais. No quadro das motivações encontram-se ainda alicerces de orientação espiritual cristã, que direccionam a actuação segundo princípios éticos de gestão e segundo uma visão de empresa como factor de promoção do bem comum. Estes factores, de tipo mais subjectivo, constituem elementos de notório valor para a sustentabilidade das empresas de EdC, ao mesmo tempo que são ainda uma dificuldade em termos da sua contabilização no balanço geral de uma empresa.

Contribuem ainda para o sucesso destas empresas o cuidado em mantê-las ligadas a uma rede regional, designadamente a um pólo empresarial nos países onde estes existem, em alimentar o sentido de pertença a uma realidade internacional de outras empresas de EdC, nomeadamente através da participação em diversos congressos e Escolas de EdC que periodicamente são organizados.

Esta preocupação em não deixar a empresa de EdC isolada é, de facto, um elemento distintivo deste projecto, uma vez que é dessa forma que se consegue, com maior ou menor dificuldade, manter a fidelidade aos princípios orientadores de gestão, designadamente o desafio de viver as sete dimensões da gestão da empresa de EdC que ajudam a torná-la mais um organismo vivo e integrado. É também através destas redes de suporte e interacção que se reforçam capacidades e competências, através da partilha de sucessos e fracassos com outros empresários, formas de colaboração recíproca, na convicção de que essa cultura de unidade

¹¹⁸ termo usado nos documentos do projecto de EdC

entre empresários ou outros actores ligados à EdC traz um valor acrescentado superior à mera soma das partes.

Relativamente ao impacto da EdC junto dos mais necessitados, a quem pretende apoiar, nota-se que ainda há um caminho a percorrer, não tanto no que diz respeito aos montantes doados, mas à forma como são aplicados e à ligação entre as empresas e as comunidades mais carenciadas. Embora este não tenha sido o campo de análise deste trabalho, a pesquisa realizada, a documentação existente e os contactos realizados com interlocutores vários sugerem duas ordens de comentários a este nível: i) por um lado as observações de Luigino Bruni apontam para a necessidade de profissionalizar mais o lado da aplicação dos lucros doados¹¹⁹; ii) por outro, a importância de promover maior ligação entre os empresários da EdC e a sociedade civil, nomeadamente um maior conhecimento das realidades de pobreza que possam existir na região onde as empresas estão sediadas, gerando novas parcerias para a fraternidade e seguindo boas práticas propostas pelo filão do Desenvolvimento Local.

Por último, observámos ainda que, a Economia de Comunhão actua dentro da economia de mercado e não opera numa “economia alternativa” ou fora do mercado. É, assim, um projecto que procura levar ao mercado o sentido da partilha e da fraternidade e demonstrar a existência de um *mercado multidimensional* (termo usado várias vezes por Luigino Bruni), um espaço não só de eficiência, mas também de encontro, cooperação recíproca e até de uma prática espiritual, através da cultura da comunhão.

¹¹⁹ A pesquisa realizada sugere que esta preocupação está ligada à percepção da importância de evitar apoios de tipo pontual a famílias em fases de maior carência conjuntural, no entanto, a mesma pesquisa também sugere que essas situações englobam um acompanhamento humano integral das famílias incluindo no plano espiritual e esses apoios estão associados a uma acção maior.

«A experiência da EdC coloca-se ao lado das numerosas iniciativas individuais e colectivas que procuraram ou procuram *humanizar a economia*, e ao lado dos muitos empresários e trabalhadores, quase sempre pouco conhecidos, que concebem e vivem a sua actividade económica como algo superior e diferente da pura busca de uma vantagem material. (...) comprometem-se, em primeiro lugar, em centralizar a atenção, sob todos os aspectos da própria actividade, nas exigências e nas aspirações da pessoa humana e nas instâncias do bem comum.».

**Chiara Lubich,
in doutoramento *honoris causa* em Economia
Piacenza, 29 Janeiro 1999**

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES FINAIS

O projecto EdC, fundado por Chiara Lubich, nasce ligado a uma experiência de vida, associada à espiritualidade do Movimento dos Focolares, pelo que a observação empírica está antes da sua teorização. Por isso, embora esta dissertação não tenha atribuído um espaço demarcado ao campo da análise empírica e tenha seguido uma abordagem mais orientada para a filosofia e a cultura da EdC, lembramos que o modo como se reflecte a EdC ao nível académico, não pode deixar de levar em conta este aspecto e o facto de estarmos diante de um projecto que completa em 2008 escassos 17 anos e que é ainda um caso de laboratório no imenso mundo da gestão empresarial.

Tendo em conta a trajectória percorrida ao longo desta dissertação, na sua conclusão procuramos: apontar ideias resultantes da articulação entre os três capítulos deste trabalho, nomeadamente alguns pontos de tensão positiva ou negativa na relação entre o projecto da experiência EdC, a economia de mercado e as teorias do Desenvolvimento; apresentar comentários de ordem crítica seja à filosofia do Desenvolvimento dos nossos tempos, seja a oportunidades na forma de comunicar o projecto EdC; lançar propostas de desafios para o futuro para o próprio projecto de EdC e para a necessidade de melhor o enquadrar nas políticas públicas e estas daí retirarem ensinamentos, para além de deixar algumas pistas para novas pesquisas.

4.1. Contributos da EdC para pensar a economia, reflectir o agir económico e ponderar o Desenvolvimento

Uma vez que a experiência da EdC não se enquadra nos tradicionais postulados da ciência económica, revisitámos alguns desses postulados à luz de uma visão crítica e sustentada em autores ou estudos que se têm dedicado a regressar à sua epistemologia. Isso permitiu-nos perceber que não têm que se posicionar em campos opostos: o indivíduo e o bem-comum, a eficiência e a solidariedade, o mercado e a sociedade, a troca e a reciprocidade (Bruni 2003b).

i) Em primeiro lugar abordamos a tensão entre o individualismo metodológico da ciência económica, o papel dos vínculos relacionais e a própria concepção de Desenvolvimento.

A realidade da EdC apresenta uma experiência concreta de mais de 700 empresas espalhadas pelo Mundo que mostram como *Economia* e *Comunhão* não têm que pertencer a realidades separadas. O paradigma da comunhão questiona a premissa do individualismo metodológico e

representa um desafio à visão convencional de Economia porque revela a inconsistência e esterilidade do *homo economicus*.¹²⁰

A EdC apresenta-se como um projecto que acredita numa economia baseada em relações sociais e obrigações recíprocas, oposto à ideia de que comprar no mercado é *não dever nada a ninguém* (Roustang, 1996: 47). As empresas não estão sozinhas no mercado e isso permite uma ordem de análise contra o individualismo metodológico e a favor da relacionalidade.

De facto, a promoção dos bens relacionais junto de todo o tipo de *stakeholders* da empresa de EdC, bem como o papel das redes de suporte da EdC, como sejam os pólos empresariais e os meios que alimentam o sentido de pertença ao projecto, contrapõem-se à tradicional lógica do agente económico isolado no mercado, que age individualmente, como postulam as teorias neoclássicas.

A valorização de bens relacionais reforça uma visão integrada da empresa, o que pode mais facilmente exercitar o seu olhar sobre o meio envolvente. Desse modo, pode cultivar o sentido da co-responsabilidade pelo bem comum, promover o papel da participação na comunidade e potenciar os meios que lhe são mais próximos.

Com efeito, este espaço dado aos vínculos relacionais tende a ser promotor de novos activos, nomeadamente por via de novas parcerias e redes no seio da sociedade civil, capazes de capitalizar recursos endógenos, conforme vimos na abordagem da corrente do Desenvolvimento Local.

Uma sociedade com mais coesão social implica ir mais longe que a divisão do trabalho, passar por vínculos de solidariedade interpessoal e social, canalizando recursos e capacidades para atender a reais necessidades locais. Impulsionar verdadeiras redes de promotores socio-económicos, através da noção da importância da participação de intervenientes múltiplos, de todos os *stakeholders*, clientes, empresários, trabalhadores, fornecedores, utentes, sindicatos, governo, autarquias, e outros actores do terceiro sector será uma chave para o futuro na qual a dimensão da comunidade, do *local*, pode gerar novas capacidades e oportunidades, que jamais farão sentido na *velha* visão do individualismo metodológico.

O conceito de Desenvolvimento padeceu durante algum tempo, e em certa medida ainda padece, de uma visão individualista. Temos convivido com uma noção de Desenvolvimento que esteve muito tempo associada ao crescimento económico e este a uma visão de mercado marcada pela predominância do capital, acima dos vínculos humanos ou acima de um bem-estar que signifique verdadeira felicidade. O antropocentrismo e o valor da liberdade,

¹²⁰ Zamagni, Stefano, “Uma economia fraterna”, in Movimento dos Focolares, *Revista Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº1 – Jan/2005, pp. 6-7

herdados da Revolução Francesa, contribuíram para uma ciência económica centrada no indivíduo e na riqueza individual. Assim, o Desenvolvimento foi sendo, também ele, um conceito individualista, segundo a metodologia de tipo mecanicista da ciência económica, desprovido da importância dos bens relacionais, de algum modo recuperados pela corrente do Desenvolvimento Local.

De facto, a filosofia de participação e de trabalho em parceria entre diferentes interlocutores, defendida pela corrente do Desenvolvimento Local, acaba por ser uma proposta onde não há lugar para o individualismo metodológico. Isso é patente quando se valorizam sinergias relacionais *locais* e se torna crescente a abordagem ao valor dos serviços de proximidade, situações contrárias à ideia de que os indivíduos não estão ligados entre si antes de maximizarem os seus interesses.

Por outro lado, também a corrente do Desenvolvimento Sustentável vem apelar a uma visão sobre o futuro comum da humanidade que obriga a repudiar definitivamente o individualismo metodológico. Apela ao acima referido sentido de co-responsabilidade, ao abandono do princípio do primado do indivíduo sobre a comunidade, e à necessidade de um envolvimento crescente com causas e compromissos que vão muito para além de uma visão isolada dos sujeitos económicos, remetendo para princípios de participação, de exercício da cidadania e da chamada Responsabilidade Social das Empresas (RSE) no modo como se posicionam em sociedade e na relação com a Vida no planeta.

O testemunho das empresas de EdC é justamente um testemunho de livre compromisso no uso co-responsável da riqueza, alicerçado num sentido de comunidade e de comunhão. Também estes são desafios crescentes no domínio da RSE, pois todas as empresas que produzem bens e serviços têm um contrato implícito com a sociedade¹²¹.

ii) Consideramos de seguida o confronto entre o tradicional postulado da racionalidade económica e motivações ligadas ao bem-estar alheio e à dimensão ética e moral.

De facto, a pessoa humana é muito mais que um indivíduo e relaciona-se com os outros muito para além do instrumentalismo. Para entender motivações intrínsecas, não assentes no postulado da maximização do interesse pessoal, implica um pressuposto antropológico diferente do individualismo, mas também uma revisão do tradicional conceito de racionalidade económica.

¹²¹ defendido pelo programa Global Compact das Nações Unidas

Em busca de uma racionalidade onde se encaixe a experiência da EdC, Luigino Bruni (2000: 48) refere-se à chamada *we-rationality*¹²², a “racionalidade do nós”, que visa ultrapassar o individualismo na economia - um conceito que consiste em alterar o raciocínio de “esta acção traz boas consequências para *mim*” para “esta acção é a *minha* parte de uma acção *nossa* que tem boas consequências para *nós*”; permanece dentro do horizonte da razão, mas introduz um discernimento de sociabilidade, de modo a que a *confiança* tenha um sentido que cultive a socialidade¹²³ - mas vai ainda mais longe e questiona (Bruni, 2000: 53) se esta *we-rationality* deixa de ser instrumental, apenas substituindo o *eu* pelo *grupo*. Considera que continuará a existir instrumentalidade se apenas se colocar o grupo acima das pessoas e aponta a relação de pertença (*membership*) como podendo ultrapassar isso.

De facto, na racionalidade da EdC encontramos características como (Bruni, 2000: 56-61): um forte sentido de pertença a um “nós”, mas com uma visão universalista, visível na terça parte dos lucros para a formação de *Homens novos*; uma aposta na relacionalidade; motivações por “ideais” intrínsecos, a favor do bem-estar de todos os Homens; uma reciprocidade que não depende do comportamento recíproco alheio, mas que ao mesmo tempo não pode prescindir dele. Ou seja, quando somos mais dignos de confiança somos mais capazes de reciprocidade e orientamo-nos por uma *racionalidade expressiva* porque *expressamos* valores e convicções (Bruni, 2000: 56-57).

Em suma, a EdC, segundo esta proposta de análise, não se identifica com uma “racionalidade racionalista e individual”, também não se guia pela irracionalidade, mas por uma racionalidade com novas dimensões.

No ideário da EdC o sujeito económico encara a empresa como uma *acção comum*, que não se realiza nos *meios*, mas nos *fins*. Esta ideia de acção comum remete-nos novamente para os desafios da RSE, frequentemente ainda vivida segundo uma racionalização que crê em receber o retorno de uma parte do esforço que realiza, fechada numa lógica de custos-benefícios individuais.

O sentido da responsabilidade empresarial vivida pela EdC pode ser identificado a vários níveis:

- pela redistribuição de recursos, pelos lucros doados;
- pela criação de empregos;
- pela formação de uma nova cultura, formação de *Homens novos*;
- é testemunho de como RSE pode nascer de dentro, da vida interna da empresa

¹²² através dos contributos de Martin Hollis e a Robert Sugden

¹²³ Esta é a base da teoria da confiança relacional de Martin Hollis (Bruni, 2000:48)

- é testemunho de como se pode usar o dinheiro/capital em prol da sociedade e da humanidade num atitude pro-activa e mantendo os objectivos do negócio;
- capacita a empresa enquanto co-construtora do bem comum;
- apresenta um modelo de *fraternidade organizada*.

Todas as formas de RSE são importantes, o “inimigo” é a *irresponsabilidade social*. Mas a EdC é um sinal de esperança pela forma como procura trazer a gratuidade para a economia e visa uma mudança mais estrutural, na própria ideia de empresa e sua forma de agir. Quando questionados sobre pontos de ligação entre a EdC e a RSE¹²⁴, os empresários de EdC remetem para a diferença entre um marketing social ou uma estratégia de mudança de imagem e um compromisso enquanto vida interna da empresa. Uma simplificação que poderá não ser assim tão linear. De qualquer forma, nas empresas de EdC não há necessidade de dizer que a empresa é socialmente responsável, faz parte da sua identidade, da qual não se pode desvincular. Por isso, não só a motivação que alimenta esse compromisso tem que ser intrínseca e por vocação, como não pode ser abandonada em período de crise.

Tal acontece, entre outros factores, pela força da ética que constitui o seu *dever-ser*. Questões como a ética não são um vínculo externo, são uma cultura (Bruni, 2005a: 22).

E neste sentido é preciso ganhar crescente consciência que, se ética não é necessariamente rentável e é mais que uma *política* da empresa, então é relevante rever a posição do lucro (Moreira, 1999: 20). A defesa da divisão dos lucros como parte integrante do *modus operandi* da EdC não deixa margem para dúvidas sobre o dilema entre uma ética instrumental ou uma ética de princípio.

A aposta na luta contra a pobreza e um forte sentido de comunhão, onde há espaço para sentimentos morais, alimentam a motivação para a entrega de uma parte dos lucros das empresas de EdC, que procuram ser um bem social à luz da Doutrina Social da Igreja.

A EdC abre espaço para uma noção de competitividade, não apenas na sua vertente economicista - como é patente pela forma como é usualmente tratada nos *fora* e instituições financeiras internacionais - mas uma competitividade com valores que *recupera* dimensões públicas do empresário. Bruni lembra Thorstein Veblen (início de XX) na defesa de empresários, não como especuladores, cujo objectivo exclusivo é a realização de lucro, mas enquanto *pessoa com um projecto* e para quem a actividade económica tem um valor intrínseco e não um valor instrumental.

A forma como as empresas de EdC se encontram comprometidas no apoio a populações mais carenciadas identifica-as como estas “pessoas com um projecto”, neste caso com uma

¹²⁴ no âmbito das entrevistas realizadas para apoiar esta pesquisa (cfr. Anexo 5)

preocupação genérica face a todos os povos, sem distinção, pela sobrevivência e dignidade humanas e pela justiça social, típicas da corrente teórica do Desenvolvimento Humano. A quota-parte que as empresas de EdC canalizam para as comunidades mais pobres corresponde a esta convicção de um limiar mínimo abaixo do qual não pode haver condições de *Desenvolvimento*, e que é, nesta linha, visto como um Direito Humano. Correspondendo, de igual modo, à convicção de que tem que haver uma *Ética do Desenvolvimento*.

Importa também destacar que dar espaço a outras motivações permite uma abertura a novos actores na área da eficácia social, potenciando novas sinergias através de redes e parcerias. Não esqueçamos que o conceito de eficiência também tem sido baseado na ideia de racionalismo, uma eficiência racionalista e não uma eficiência sob outras motivações e medida com outros indicadores. O contributo da EdC enquadra-se nesta percepção relativamente ao papel das motivações intrínsecas e à revisão dos indicadores na teoria económica

O facto de haver teorias recentes que passam de uma ideia “consumidor-cliente” que busca a maximização da utilidade, para um modelo de “consumidor-cidadão” que também quer expressar sentimentos morais sobre a forma como os bens são produzidos e vendidos (Zamagni, 2004), mostra que valores morais e religiosos expressam preferências e que devem ser levadas em conta no mercado. As opções humanas de bem-estar projectam-se muito para além do bem-estar económico e é mais decisivo o uso que uma colectividade faz da sua riqueza do que a riqueza em si mesma (Guimarães, 1998).

Por isso, a teoria económica, na sua pretensão de neutralidade, carece de prever espaço para considerar que, cada vez mais, os cidadãos, quanto mais crescem no exercício de uma liberdade responsável, mais sentem que precisam de conciliar as suas escolhas económicas com a sua concepção de vida.

iii) Em seguida, ponderamos o *dinâmica* mercado e *dádiva*.

O mercado é propiciador de liberdade e eficaz na afectação dos recursos disponíveis na economia, mas é apenas um dos aspectos da sociedade livre. O facto de o mercado livre dar um resposta parcial, não significa que parte da solução não possa ser gerada dentro do próprio mercado, desde que esteja previsto o ordenamento legal e moral para esse efeito (Martins, 1996: 70), sendo o caso da EdC um exemplo de procura desse ideal.

Este projecto insere-se numa filosofia que considera que o capitalismo democrático não promove só direitos, também apela a deveres e responsabilidades decorrentes da liberdade. Se liberdade pressupõe responsabilidade, esta conduz à solidariedade. Esta será a superioridade

moral da economia de mercado, desde que não implique uma visão atomizada do indivíduo, como se este não estivesse inserido numa comunidade.

Por outro lado, o projecto EdC suscita igualmente interesse quando cada vez mais surgem autores a defender uma economia plural¹²⁵, onde o mercado é apenas uma componente, mas não a única, considerando que também deve ser valorizado o espaço para uma economia não-monetária, nomeadamente através de inúmeros projectos de economia social.

No seio deste debate sobre a relação entre a economia e a sociedade, a EdC acaba por ser inovadora no sentido em que, pela forma como distribui os lucros, pode assemelhar-se a algumas características da economia social, mas é distinta desta, pois é no próprio mercado que acredita poder operar transformações, considerando que este não tem que ter uma função apenas produtiva. Portanto, não se trata de uma terceira via para preencher um espaço entre o Estado e o mercado, mas uma forma de gestão para a qual o sector privado assume um novo compromisso a favor da redistribuição da riqueza. É uma economia *com* o mercado, mas onde este é um meio para atingir interesses supra-empresariais.

Despertar para a função *distribuição* realizada pelo próprio mercado significa contrapor-se a um modelo de ordem social de tipo simplista e dicotómico, porque mostra que é possível servir-se do mercado para produzir riqueza de modo eficiente, mas também para distribuir segundo critérios de equidade.

Trata-se de uma reflexão relevante numa época em que, com a globalização dos mercados, deixou de fazer muito sentido falar-se nos “dois tempos” – “antes” a empresa produz e “depois” o Estado cuida da dimensão social e redistribui – porque a ligação entre riqueza e território na qual assentava o *welfare state* já não é o mesma e os interesses não coincidem como no tempo do fordismo. (Bruni, 2005a: 21).

Além disso, a experiência e os valores que guiam a EdC interpelam-nos a procurar a reciprocidade social que está por trás da reciprocidade mercantil, o *homo reciprocans* por trás do *homo oeconomicus*. Barbosa (2007: 139) afirma que essa era, aliás, a intenção de Mauss na teoria sobre a dádiva, embora tenha deixado a ideia de uma ambivalência existente na lógica de dar por obrigação, como se o dom gratuito não existisse.

Enquanto o dom diz respeito a uma relação social livre, na visão típica de mercado, a liberdade mercantil pressupõe libertar-se dessa relação social. Assistimos a um Homem moderno, sem relação social, mas cheio de direitos e bens (Barbosa, 2007: 137) ou, no caso de um Estado centralizador, a libertação das relações sociais através de um aparelho burocrático que extrai às relações sociais um certo número de obrigações. São ambas

¹²⁵ como é o caso de Roustang, Guy, *at al.* (1996)

instrumentalizações para servir a circulação dos bens (idem). O dom é o inverso, o que circula está ao serviço da relação e é condicionado por ela, pelos bens relacionais. A referência que fizemos a Charles Gide, enquadra-se também nesta visão de interdependência dinâmica que justifica a sua proposta de *solidarismo*.

Portanto, convém destacar que a EdC não se insere numa visão dicotómica entre mercado e dádiva ou entre mercado e sociedade. Bruni (2005a: 19-20) explica que a EdC não se revê nem na visão que considera que o desenvolvimento dos mercados traz consigo o desenvolvimento da sociedade civil, nem na visão que encara como conflituosos os princípios que regem as realidades do campo económico e do campo social. Tal como vimos com a noção de *Economia do Dom* proposta por François Perroux, a realidade económica não se restringe à realidade da troca mercantil e não deve ser ignorada a dimensão colectiva e de cooperação existente na economia.

Assim, a EdC alinha-se com a *Economia Civil* (Bruni, 2005a: 19-20), proveniente do período medieval cristão e do humanismo civil italiano, cuja ideia central é olhar a experiência da sociabilidade humana e da reciprocidade *dentro* da vida económica normal, não ao lado, nem antes, nem depois. Bruni e Zamagni são dois autores que têm aprofundado esta raiz do ideal da EdC na Economia Civil¹²⁶, considerando que é importante fazê-lo para que este projecto não surja como algo de excêntrico, fechado num determinado tipo de espiritualidade e que, por conseguinte, não possa ser generalizado¹²⁷.

Segundo a visão da Economia Civil, o mercado é encarado como uma instituição que encontra a sua razão de ser na oportunidade de trazer o Homem para uma interacção com os outros de um modo pacífico¹²⁸ (Zamagni: idem). Não sendo reduzido ao paradigma da troca instrumental, o mercado pode ser um espaço de reforço da confiança pública e da cooperação, potenciando virtudes civis. Por isso, para a mensagem cristã é importante que o mercado se torne civil e civilizador (Bruni, 2003b), convicção também da EdC através do sentido de fraternidade.

¹²⁶ corrente do pensamento económico da linha humanista, assim chamada por iluministas italianos com destaque para escola napolitana do século XVIII de Antonio Genovesi que acreditava que a felicidade encontra-se apenas no relacionamento com os outros. Sobre esta antropologia constrói a sua teoria económica, caracterizada por colocar as virtudes civis, principalmente o amor ao bem público, como pré-requisito de qualquer desenvolvimento económico. Dado o contexto da sua época, o desenvolvimento económico passava pelo comércio e acreditava que a sociedade comercial só podia desenvolver-se se existisse uma sociedade civil sobre a qual o mercado pudesse assentar. Considerava que, para além do capital físico e monetário, o desenvolvimento exigia um adequado investimento numa “consciência civil”, naquilo que hoje se apelida de *social capital* (Bruni in “António Genovesi: a economia da *consciência civil*”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano IV, nº1 – Fev/1999, p. 4

¹²⁷ Zamagni, Stefano, “Uma economia fraterna”, in Movimento dos Focolares, *Revista Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº1 – Jan/2005, pp. 6-7

¹²⁸ O próprio Adam Smith sustentava a tese de um mercado como principal forma de sociedade civil, por ser o lugar de relação entre as partes, em oposição à hierarquia feudal.

Bruni¹²⁹ considera que se inserem nesta filosofia de economia civil os movimentos ligados aos vários tipos de economia social, economia solidária ou outras designações que se encaixam na lógica do chamado terceiro sector, tendo como características (idem): a tendência para conjugar a lógica da cultura da empresa com a da solidariedade, daí falar-se frequentemente em “empresa social”; o desejo de viver a actividade económica como busca de sentido, no qual os valores desempenham um papel crucial

Para este economista, é relevante oferecer uma dignidade teórica as estas vivências, onde inclui também a EdC, em nome de uma pluralidade de teorias económicas que coliguem tradições de pensamento capazes de explicar a realidade do ponto de vista antropológico (Bruni: idem). Daí o destaque que aqui damos a este aspecto.

Portanto, quando o mercado é somente interesse e lugar de uma competição *posicional*¹³⁰, é temido e combatido, porque “afugenta” as virtudes civis, como a gratuidade e a confiança, que tornam possível a vida em comum; mas se o mercado é, ao invés, um lugar de múltiplas dimensões, onde a empresa e a actividade económica dão espaço também ao dom, à reciprocidade e à espiritualidade, então a economia pode ser um lugar de encontro e cooperação, de comunhão e fraternidade.

Esta perspectiva de *encontro* e da importância das virtudes civis remete-nos novamente para as potencialidades defendidas pelo filão do Desenvolvimento Local, para o sentido de participação e o exercício da cidadania, para a interacção entre actores diversos, a constituição de novas parcerias e o valor dos bens relacionais. Da mesma forma, a prática da EdC acaba por apontar condutas que vão para além dos espaços da empresa, através dos inúmeros vasos comunicantes que se desenvolvem no contacto com a realidade dos vários *stakeholders*.

Isto é possível porque a empresa de EdC procura colocar num mesmo patamar várias dimensões: a competitividade, a produtividade, o lucro, a dimensão religiosa, a doação, a dimensão espiritual, a relacionalidade e a comunhão.

iv) Na síntese dos três pontos anteriores, encontramos-nos diante de uma linha humanista no enquadramento da EdC na qual chamamos a atenção para o princípio da fraternidade.

A EdC procura promover uma “economia da pessoa no seu todo”, permanecendo no mercado, mas seguindo uma cultura de comunhão, sem cortar a relação humana com o outro.

¹²⁹ in “Para um teoria económica de comunhão: *coisas antigas e coisas novas*”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 50)

¹³⁰ Zamagni, Stefano, “Uma economia fraterna”, in Movimento dos Focolares, *Revista Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano XI, nº1 – Jan/2005, pp. 6-7

O corte dessa relação com o outro contribuiu, aliás, para o formato da solidariedade nos dias de hoje. A solidariedade tornou-se num sistema de segurança ou de assistência, algo institucional e abstracto; deixou de ser uma solidariedade activa que envolvia as pessoas. Nesse sentido, tornou-se numa extensão do individualismo gerado pelo mercado e acabou por obrigar a uma maior intervenção do Estado (Roustang, 1996: 21), pela forma como as redes de proximidade ou de antigas formas de organização da *sociedade providência* foram desaparecendo.

Todavia, uma vez que progressivamente a ética deixa de ser vista como uma imposição externa, para ser encarada como parte do equilíbrio e estabilidade do sistema socio-económico, a EdC propõe: o reconhecimento de que o tradicional princípio da maximização do lucro, não estando errado, seja assumido como insuficiente por não garantir a felicidade; o retorno à tradição latina italiana¹³¹ segundo a qual a economia não é a ciência da riqueza, mas da felicidade pública; o reconhecimento do princípio da reciprocidade, desde que não confundido com o conceito de *troca*, como aquele que pode conduzir as pessoas para essa felicidade, contando que *não se pode ser feliz sozinho*¹³².

A relação que temos com o outro é constitutiva de liberdade, mas a liberdade não só como auto-determinação ou o *free to choose* de Milton Friedman¹³³, mas sobretudo como auto-realização, oportunidade concreta de cada um traçar o seu projecto de vida – incluindo no plano económico – de acordo com os valores em que acredita. *Liberdade*, não segundo o pensamento liberal-individualista, que tem apenas em conta a liberdade dos outros, mas antes a noção de uma *necessidade constitutiva do outro* (idem). Esta é, aliás, a mensagem que os empresários da EdC transmitem quando se referem à possibilidade que este projecto lhes dá de desenvolver a *cultura do dar*, através da entrega uma parte dos lucros.

Por um lado, esta doação de uma parte dos lucros identifica-se com um desejo crescente de contribuir para o alívio da pobreza e, desse modo, ser agente de Desenvolvimento. Mas, por outro, por trás da cultura e da *praxis* da EdC há também uma visão de Desenvolvimento que considera que a principal *pobreza é a pobreza dos relacionamentos*, normalmente associada ao conceito de *exclusão social*. Muitas pessoas são materialmente pobres, mas possuem valiosos tipos de riquezas, nomeadamente a nível espiritual, que não devem ser descurados nos processos de desenvolvimento. A EdC sustenta-se numa antropologia que procura

¹³¹ distinguindo-se da tradição anglo-saxónica que caminhou pela via Economia Política (Muratori *apud* Bruni, “Para um teoria económica de comunhão: *coisas antigas e coisas novas*”, in Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho* (1999: 48)

¹³² in Genovesi, *Lições de Economia Civil*, 1765 *apud* Bruni, idem: 48

¹³³ Zamagni, Stefano, “Fundamento e significado da experiência de *Economia de Comunhão*”, in Bruni (2000: 137)

precisamente valorizar *outras riquezas*; que vê no centro, não o indivíduo, mas a pessoa humana, à procura de comunhão. Por isso, não se trata só de aliviar a pobreza no sentido material, mas de construir relações humanas baseadas na solidariedade e fraternidade, na atenção aos outros.

Desde o primeiro relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD que ficou claro que o vínculo entre crescimento económico e progresso humano não era automático. Vimos na evolução do conceito de Desenvolvimento uma preocupação cada vez mais acentuada pelos factores humanos e um esforço de identificação de novos indicadores cada vez mais relacionados com a dignidade humana e a qualidade de vida. Porém, há ainda um caminho a percorrer até chegar a ter toda a pessoa humana no coração deste debate.

Na verdade, o modo como se evoluir na forma de encarar o conceito de desenvolvimento terá sempre que ver com a visão do mundo e do Homem. Uma visão orientada por princípios de comunhão, reciprocidade e fraternidade dará lugar a uma necessária concepção distinta da que vemos hoje sobre o conceito de Desenvolvimento. O contributo da EdC para esta reflexão foi um dos objectivos para esta dissertação.

A busca de uma *coesão* humana que observamos no ideal da EdC obriga a tratar do tema do desenvolvimento para além do acesso a bens e serviços ou até das *basic needs*, mas antes ao nível da *humanidade* dos processos de desenvolvimento.

A revisão de alguns postulados da ciência económica, como temos vindo a apresentar, conduz necessariamente a uma outra visão de Desenvolvimento.

Como vimos, a EdC alinha-se nos princípios do filão de Desenvolvimento Humano, tem potencial para desencadear processos de Desenvolvimento Local, mas quer também contribuir para re-pensar o próprio Desenvolvimento, como um processo também de encontro, como algo relacional.

Assim, para terminar, a aproximação dos conceitos de *Desenvolvimento* e de *Fraternidade* pode vir a ganhar espaço teórico à medida que melhor entendermos que os processos de desenvolvimento carecem de ser realizados cada vez mais a um nível *ex-ante*, isto é, a um nível onde o espaço para a ética, a moral, a qualidade dos bens relacionais, o respeito pela vida, o sentido de família da humanidade constituem reais factores de *mudança*.

Em termos mais pragmáticos, associamos *Desenvolvimento* e *Fraternidade* porque quanto mais nos afastarmos de uma linha materialista que nos impele para a prática de uma Ajuda de tipo assistencialista e quantitativista; uma linha individualista que nos dificulta a geração de laços de confiança e o sentido de reciprocidade, mais trabalharemos na perspectiva das causas do não-desenvolvimento ou do mal-desenvolvimento.

4.2. Propostas de análise crítica na teoria do Desenvolvimento e na apresentação da EdC

Para além dos aspectos acima apresentados como parte de uma possível síntese dos capítulos anteriores, as conclusões da presente dissertação oferecem ainda a oportunidade de contribuir com algumas breves propostas de análise crítica. Destacamos quatro possíveis, entre outras que certamente haverá: uma à visão de Desenvolvimento que herdámos e três aspectos ligados à comunicação e relações com o exterior por parte do projecto de EdC.

i) Apesar da evolução da corrente de Desenvolvimento Humano e do Índice de Desenvolvimento Humano considerar hoje indicadores não previstos no início da década passada, a fundamentação deste filão no âmbito dos chamados novos conceitos de Desenvolvimento é uma fundamentação que parte do indivíduo e das suas necessidades individuais.

Neste sentido, parece-nos um conceito herdeiro de uma visão individualista do Desenvolvimento, também ele marcado pela arquitectura do individualismo metodológico e da racionalidade económica.

Mesmo a inclusão de novos indicadores no IDH, como sejam a segurança, a liberdade, as questões de género ou a própria equidade, são apresentados como necessidades individuais. Prova disso mesmo é todo o *rating* estar organizado *per capita*, e nunca encontrarmos referências a *per communitate*.

Assim, não obstante os méritos da evolução do conceito de Desenvolvimento Humano e da importância que o IDH tem representando, a experiência da EdC e os postulados defendidos por este projecto no âmbito do paradigma da comunhão, do valor dos bens relacionais, levam-nos a reflectir sobre o facto desta corrente ser omissa na dimensão relacional dos homens.

Tal como vimos que o mercado não é um lugar anónimo, mas de encontro entre pessoas, também o Desenvolvimento, no sentido da realização humana, não se alcança sem esse encontro. E a verdade é que a mais alta classificação no IDH não é sinónimo da mais alta classificação em experiência de fraternidade, em felicidade.

ii) Ao longo da pesquisa, quer bibliográfica, quer no contacto com membros do projecto de EdC, foi notório um discurso sobre a necessidade e importância de colocar o Homem no centro do processo produtivo.

O contacto estabelecido com este projecto e a argumentação utilizada na defesa dos seus princípios gerais, permitem entender que este discurso do *Homem no centro* pretende ser uma

“contra-corrente” face ao primado do lucro, das riquezas materiais enquanto fim em si mesmas, de uma competição predadora e de tudo quanto lhes está associado na vida económica actual. Porém, dada a evolução do conceito de Desenvolvimento, designadamente por via da corrente do Desenvolvimento Sustentável, o conhecimento existente sobre o impacto das alterações climáticas na pobreza, a defesa da sustentabilidade de todas as formas de Vida existentes no planeta, o espaço crescente para a importância de uma ética ambiental, consideramos que o discurso da EdC contempla pouco este aspecto.

Não significa isto que as empresas de EdC não prossigam práticas de responsabilidade ambiental, como, aliás, está incluído nos princípios gerais da EdC (nomeadamente na cor verde do arco-íris que representa as sete dimensões da empresa). Mas é pouco presente no discurso e nas reflexões teóricas.

As opções ao nível da gestão dos recursos naturais trazem cada vez mais consequências para todo o planeta. Urge um sentido de fraternidade para com as gerações futuras e um sentido de comunhão para com todas as formas de Vida.

A EdC poderá incluir no seu discurso a *Vida no centro*.

iii) O testemunho da EdC ajuda a contrariar a ideia comum de que a redistribuição desincentiva os mais ricos, que consideram que não vale o esforço se lhes é retirado o produto desse esforço. Mas será que contraria a ideia de que a redistribuição desincentiva os mais pobres a mudar de situação?

Os contactos estabelecidos com membros do projecto, membros do Movimento dos Focolares e alguns breves testemunhos apresentados na revista periódica *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, fazem-nos crer que o facto das pessoas apoiadas estarem de algum modo ligadas ao Movimento dos Focolares - até porque é a sua estrutura que identifica as pessoas e/ou comunidades a serem abrangidas - pressupõe um acompanhamento humano integral, muito para além da ajuda material. Esse acompanhamento humano inclui uma pedagogia para a *cultura do dar* e para o valor da reciprocidade, uma vez que esses são aspectos presentes na espiritualidade deste movimento.

Assim sendo, de um modo geral a experiência do dom na EdC não é uma experiência que gere dependência, mas, objectivamente, existe pouca informação para sustentar esta afirmação. Qual a estratégia que está por trás das intervenções? São quase inexistentes dados concretos, publicados, sobre o impacto do projecto junto daqueles a quem pretende servir. Um aspecto que não contribui para a sua credibilização e divulgação.

iv) Por último, o nosso comentário vai também para a necessidade de um caminho a percorrer pelas próprias empresas de EdC, no sentido de desenvolverem uma maior ligação com a sociedade civil.

O discurso da EdC, todo ele marcado por conceitos de comunhão e reciprocidade, destacando o papel dos bens relacionais na ligação a todo o tipo de *stakeholders*, faz-nos supor que impera uma metodologia de proximidade. Porém, no que diz respeito à dimensão da redistribuição, observamos um *modus operandi* bastante centralizador, dado que a regra geral é os lucros doados serem canalizados para o centro do Movimento dos Focolares em Roma e ali ser feita a sua gestão.

O sentido de pertença ao projecto de EdC e ao Movimento dos Focolares poderá explicar parte desta situação, dado o sentimento de unidade e sentido de *família* que experimentam os seus membros. Mas não deixa de ser pertinente referir que, de facto - considerando os contactos realizados durante esta pesquisa e o material documental analisado - não é prática geral (o que não significa que não existam casos) uma relação próxima entre a empresa de EdC e as comunidades que pretende apoiar com uma percentagem dos seus lucros. Nas entrevistas realizadas no Brasil ficou patente esta “limitação”, o que chamou mais a atenção pelo facto de ser um país com inúmeros focos de pobreza.

Por fim, não esquecendo nem desvalorizando o compromisso e a prática dos empresários de EdC na promoção de novos postos de trabalho, incluindo a pessoas com necessidades especiais, consideramos pertinente um olhar sobre novas formas de participação na comunidade, através da inclusão de empresas de EdC em redes e parcerias locais, tendo em conta as demais potencialidades decorrentes dos seus recursos endógenos. Recursos estes que podem incluir um crescente envolvimento de diversos *stakeholders*, algo para o qual a filosofia da EdC e a sua aposta nos bens relacionais podem contribuir.

4.3. Alguns desafios para o futuro:

i) para o projecto de EdC

Considerar a expansão de um projecto como a EdC leva-nos a reflectir tanto naquilo que a EdC pode oferecer ao mercado e à sociedade, como a questionar se o seu ideal vai ao encontro do que procura o consumidor e o cidadão no futuro, como ainda posicionar este projecto na realidade socio-económica em sentido amplo.

Assim, para além dos desafios já enunciados atrás, como uma maior ligação com a sociedade civil, melhor explicitação sobre a estratégia aplicada para os lucros doados e um discurso com

mais referências à preservação de todas as formas de vida no planeta, apontamos ainda aqui outros reptos ao projecto de EdC.

- Dada a crescente competitividade global e a importância de novas vantagens comparativas, o domínio das relações interpessoais poderá representar cada vez mais uma vantagem comparativa.

Neste sentido, a EdC pode ser uma experiência com futuro num mundo em que as novas tecnologias cada vez mais substituem o trabalho humano, mas onde o “fim do emprego” não será uma realidade se se considerar que o papel da dimensão interpessoal tem um valor cada vez maior (Bruni, 2003b: 57).

- Por outro lado, como já referimos anteriormente, o cidadão tem cada vez mais a oportunidade de conciliar as suas escolhas económicas com a sua concepção de vida. Embora ainda com uma expressão marginal, prevê-se um crescente espaço para propostas de consumo ético, finança ética, comércio justo, produtos biológicos, entre inúmeras outras. As respostas que têm surgido dentro deste espírito são fruto de uma acção cultural, mas se continuarem a crescer irão cada vez mais orientar a procura.

Neste contexto, a EdC tem pela frente o desafio da comunicação junto de todo o tipo clientes. Ao longo da pesquisa apercebemo-nos de uma cultura organizacional bastante discreta ao nível da divulgação da EdC e de alguma relutância em certificar as empresas de EdC, pelo menos nesta fase.

Está a faltar impacto externo a este projecto, está a faltar comunicação. Talvez se aguardue por uma fase com mais massa crítica. Seria também importante uma maior presença nos *media*.

O desafio apresenta-se, assim, na forma de conciliar uma comunicação, que não busca vender a imagem da EdC como estratégia de marketing, com a importância de dar a conhecer o projecto, os seus valores e ideais, contribuindo para uma nova cultura económica e para uma afirmação séria de uma responsabilidade empresarial que deve ser por natureza ética e social.

- Por último, retomamos uma ideia já a florada em 4.2. sobre a importância que terá para o futuro a forma como as empresas de EdC forem capazes de realizar alianças e promover redes de parcerias com outras experiências que actuem no campo económico e social e que se baseiem em princípios em consonância com os da EdC e, deste modo, alimentar uma

economia civil¹³⁴, com espaço para empresas de EdC, cooperativas, ONG, empresas de inserção, de economia social, etc., nas quais o elemento da relacionalidade é característico do seu *modus agendi*. Um desafio interessante não só para a afirmação de uma economia de tipo plural, mas para as próprias empresas de EdC não se isolarem na sua experiência.

ii) no enquadramento político de projectos como a EdC

A EdC é um projecto que contribui para uma nova consciência empresarial que não alinha com fundamentalismos anti-económicos que por vezes surgem em certas franjas do Terceiro Sector e, nesse sentido, testemunha um modo de conjugar competitividade e solidariedade, no respeito por um Desenvolvimento *humanizado* e sustentável. Pode ajudar a combinar eficiência, rigor e estratégias correctas de gestão e marketing – aspectos por vezes mais difíceis no mundo da economia social - com humanização, personalização e participação.

A identificação do valor acrescentado deste tipo de *pontes* entre dois universos, o económico e o social, como algo que se destaca, que é válido e que tem potencial para promover maior coesão social, revela a importância de um maior enquadramento ao nível das políticas económicas e sociais mais integradas, elas próprias necessitadas destas *pontes*.

Um outro contributo interessante da EdC é que terá mais facilidade em desligar-se de um certo “localismo” ao qual está frequentemente associada a Economia Social e que de algum modo dificulta a sua expansão, o que confere à EdC outra *autoridade* nos círculos tradicionais do mundo económico e, conseqüentemente, poderá abrir novas portas no campo das políticas e da legislação, nomeadamente, por exemplo, no que diz respeito a regras de responsabilidade social das empresas, a políticas de incentivos fiscais e a melhor enquadramento legal de iniciativas do chamado Terceiro Sector.

De facto, o sentido de cidadania empresarial é ainda encarado como facultativo, como acessório. Significa que política e legalmente o progresso social não acompanha adequadamente o crescimento económico e o desenvolvimento, não obstante, as inúmeras iniciativas que vão surgindo. Deixar menos nas mãos do voluntarismo a adesão a certos princípios éticos e práticas de cidadania empresarial é um dos desafios de hoje. Ainda há muitos aspectos que não têm uma obrigação jurídica, de direito legal, mas apenas de direito natural (Gago, 2005: 97).

¹³⁴ “Entrevista com Stefano Zamagni”, in Movimento dos Focolares, *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Ano VIII, nº 1 – Abr/2002, pp. 10-11

A pressão ética a que cada vez mais assistimos hoje tende a substituir a pressão sindical de outros tempos, até porque o discurso dos sindicatos não parece estar a acompanhar o crescente discurso da RSE. Neste sentido, as políticas públicas são chamadas a dar resposta a novas exigências no campo da responsabilidade empresarial.

Assim, através da visão sobre a realidade económica e empresarial que nos é provocada pela EdC, propomos como principais *macro-contributos* com vista a um enquadramento político:

- Recusa de uma economia tripartida, que *arruma* de um lado o Terceiro Sector, num conjunto de *ilhas* de experiências dispersas, ainda que por vezes competitivas entre si e, do outro lado, a economia empresarial e pública mais trabalhadas do ponto de vista teórico
- Maior integração entre o económico e o social, de modo que a equidade e a coesão social estejam inseridos em políticas *ex-ante* e não *ex-post* processos produtivos.
- Aposta numa efectiva Economia Plural (Roustang, 1996) que, não recusando o mercado:
 - defende que não há um modelo único de concorrência e lucro;
 - acredita na coexistência de vários modos de regulação da actividade económica;
 - aposta numa economia social cuja razão de ser vai mais longe do que colmatar as *falhas* do capitalismo ou do que encontrar micro-intervenções criativas, direccionadas para a satisfação de necessidades mais urgentes.
- Inclusão de princípios éticos e da responsabilidade social empresarial em códigos de conduta obrigatórios por lei e maior controlo e sanção para práticas de corrupção, falta de transparência, má fé negocial e contratual, tráfico de influências, evasão fiscal, entre outros.

Portanto, este desafio de promoção de uma outra cultura económica implica um trabalho para além de micro-projectos e obriga a uma actuação organizada sobre as macro-relações e instituições que interagem sobre o conjunto e sobre as políticas, através de acções de *lobbying*, sensibilização e formação, seja ao nível do sistema fiscal, das redes de financiamento, da justiça económica, da representação colectiva, dos sistemas de controlo de qualidade, dos sistemas de informação, das redes entre as universidades, os centros tecnológicos e o sector empresarial, etc., de modo a construir redes cada vez mais alargadas de agentes envolvidos, privados ou públicos (Coraggio, 1997: 37).

4.4. Pistas para novas pesquisas

Embora os diferentes desafios que foram sendo apontados nos pontos anteriores das conclusões finais permitam por si só lançar pistas para novas pesquisas ligadas à EdC, considerámos útil apontar aqui, de forma mais sistematizada, quatro possíveis questões em aberto como propostas para eventuais trabalhos futuros.

a) Ligados ao projecto da EdC:

i) Temos conhecimento que existem empresas de EdC geridas por empresários que não estão ligados ao Movimento dos Focolares. O que distingue essas empresas das restantes? Em que medida o *grau* de envolvimento com a espiritualidade deste movimento influi na forma de viver os princípios da EdC na empresa?

Embora exista a Associação Internacional das Empresas de Economia de Comunhão, que congrega os empresários ligados a este projecto, e que não têm que ser membros dos Movimento dos Focolares, o que acontece se a EdC vier ultrapassar largamente as fronteiras deste movimento?

A entrega dos lucros ao Movimento dos Focolares baseia-se numa relação de confiança que existe no seio do movimento. Fora dessa rede como funcionará? As empresas continuarão a encaminhar parte dos lucros para um estrutura central ou encaminham esses montantes para outras instituições e essa gestão é feita pela própria empresa?

Além disso, como vimos, a EdC propõe que uma terça parte dos lucros seja destinada à formação de *Homens novos*. Este aspecto está ligado à formação cultural, através da organização de congressos, escolas de EdC, entre outros espaços, que promovam o crescimento de um outro tipo de mentalidade, considerado como dos aspectos mais importantes para a mudança, para conquistar mais coesão social e para um novo humanismo. Toda esta estrutura implica, mais uma vez, uma forte rede de confiança entre pessoas que estão ligadas ao Movimento dos Focolares. Qual a viabilidade de sustentar esta lógica fora do enquadramento deste movimento?

ii) Como foi anteriormente referido neste trabalho, existe escassa informação sistematizada ou estudos que aprofundem o impacto dos lucros da EdC junto das comunidades mais carenciadas a quem pretende servir. Na documentação consultada existem alguns – poucos – testemunhos na primeira pessoa, provenientes de beneficiários dos lucros doados. Alguns desses testemunhos transmitem a imagem de uma ajuda de emergência ou de tipo

assistencialista. Esta visão pode existir, quer porque os apoios são, de facto, de tipo assistencial ou para situações de emergência, quer porque não há informação que enquadre esses testemunhos, nem são conhecidas as estratégias de intervenção junto destas comunidades mais pobres, a cargo da estrutura do movimento dos Focolares. É um possível campo de análise.

b) Ligados a temas teóricos suscitados pela EdC:

i) “Desenvolvimento como capacidade de doação” foi uma proposta de pesquisa lançada no contacto com empresários e estudiosos da EdC.

A sociedade está sobretudo organizada para o primado da troca, mais do que para a doação gratuita, sem a obrigação de retribuir. Que relação existe entre esta estrutura social e uma ética por um desenvolvimento sustentável? Ou qual o papel dos valores humanos e/ou religiosos no âmbito das diversas formas de empreendedorismo?

«O desenvolvimento é em primeiro, e antes de tudo, uma questão de progresso moral e espiritual. O desenvolvimento não é estático, mas dinâmico, cujo ponto essencial não é *ter* mais, mas *ser* mais.»
(Dialogo Inter-Religioso Mundial sobre el Desarrollo, 2000).

Uma possível pista de análise para estas questões será considerar o papel dos custos de transacção nos processos de Desenvolvimento e de que forma um baixo dispêndio em custos de transacção torna mais bem sucedidos os processos de Desenvolvimento.

Conforme vimos, o Professor Zamagni (cfr. Pinto e Leitão, 2006:30-31) é um dos autores que faz referência aos benefícios que a EdC apresenta em comparação com outras empresas, através da diminuição dos seus *custos de transacção* (cfr. alínea 3.2.1.2.).

ii) Apercebemo-nos de uma certa incapacidade da própria ciência económica, seja diante de questões como a pobreza, a fome, a desigual distribuição da riqueza, seja quando se constata o aumento da infelicidade nos países com taxas mais altas de produto *per capita* e se apresentam estudos que revelam uma relação negativa entre o aumento dos rendimentos e a felicidade.

Luigino Bruni tem-se dedicado ao tema do *Paradoxo da Felicidade*, e considera que a EdC provoca um regresso a um conceito da economia clássica de origem latina: o conceito de *felicidade pública*, no sentido da natureza social e relacional da felicidade, distinguindo-a do conceito de riqueza¹³⁵: «podemos ser ricos sozinhos, mas felizes não».

¹³⁵ Bruni, Luigino, « Dans l’histoire de la pensée économique », in Mouvement des Focolari (2001: 193)

Se se acreditar que o Homem se realiza e é feliz maximizando o seu interesse pessoal e o seu lucro, então experiências como as da EdC serão apenas destinadas a algumas pessoas particularmente motivadas no plano ético e/ou religioso. Mas se a convicção for no sentido do ser humano se realizar no contexto de relações humanamente ricas e por meio das quais busca um sentido para o que faz, então oferecer aos empresários uma proposta de comunhão pode significar maior felicidade e realização.

Seers (1979: 950), na década de 70, procurava esclarecer que o Desenvolvimento é inevitavelmente um conceito normativo, quase um sinónimo de *melhoria*. Portanto, significa que pressupõe um determinado juízo de valor. A questão que se levanta é quem estipula esses juízos de valor. Numa época em que cada vez mais se toma consciência que altos níveis de consumo, grandes taxas de concentração urbana, poluição de vária ordem, não são sinónimo de Desenvolvimento, aumenta a pertinência da discussão do conceito de riqueza e a sua ligação com o conceito de felicidade.

O valor intrínseco de determinados conceitos, quando nos apercebemos que estes deixam de ser para o Homem e que este é que tem que se subjugar a um conjunto de critérios que indicam *como é ser desenvolvido*, leva a ponderar se algum espaço é dado a *como é ser feliz*.

BIBLIOGRAFIA

Amaro, Rogério (org.) (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local – caracterização de alguns exemplos*, Lisboa, ISCTE/IEFP.

_____ (2001), “Economia e Exclusão Social” in Ministério do Trabalho e da Solidariedade, *Não à Pobreza - A inclusão pela Economia*, Lisboa, Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza, pp. 15-20.

_____ (2001a), “Economia Social, comunidades locais e transferibilidade de informação, conhecimentos e soluções”, in Presidência Portuguesa da União Europeia (org.), *Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações*, Lisboa, IEFP, pp. 119-131.

_____ (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, Janeiro-Julho 2003, Lisboa, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, pp. 36-68.

AMU – Acções para um Mundo Unido (org.), (1999), “*Cultura do dar*” – *Da solidariedade à reciprocidade, projecto para uma “Economia de Comunhão”*, s.l., AMU.

Arendt, H.W. (1987), *Economic Development, the history of an idea*, Chicago e London, The University of Chicago Press.

Baltazar, Maria da Saudade (2004), “O Desenvolvimento Humano como corrente alternativa do desenvolvimento desde 1990 – um percurso abreviado”, in *Revista Economia e Sociologia*, nº 76, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, Instituto Superior Económico e Social de Évora, pp. 105-121.

Barbosa, Adérito (2007), *O Valor da Gratuitidade na educação dos jovens*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

Blaug, Mark (1981), *La pensée économique – origine et développement*, Paris, Economica, 3ª edição.

_____ (1989), *História do pensamento económico*, 1º volume, Lisboa, Publicações D. Quixote.

_____ (1994), *A metodologia da economia: ou como os economistas explicam*, Lisboa, Gradiva.

Bruni, Luginio (org.), (2000), *Economia de Comunhão: por uma cultura económica com várias dimensões*, Parede, Cidade Nova.

_____ (2002), “Economy as love – The experience of the Economy of Communion”, in *Hindu-Christian Symposium, 14-19 de Junho 2002*, Mariapolis Center - Roma.
Disponível em URL: <http://www.edc-online.org>

_____ (2003a), “A Economia Civil e o Princípio da Gratuitidade”, in *Abba - Revista de cultura*, Vol VI, nº 2, São Paulo, Cidade Nova, pp. 73-84.

_____ (2003b), “Mercado e sociedade civil: encontro ou desencontro”, in *Abba - Revista de cultura*, Vol VI, nº 3, São Paulo, Cidade Nova, pp. 59-70.

_____ (2004a), “A situação actual da Economia de Comunhão”, in *Congresso Internacional «Os novos horizontes da economia de comunhão», 10-12 Setembro de 2004*, Roma.

Disponível em URL: <http://www.edc-online.org>

_____ (2004b), “Sobre o consumo e a felicidade”, in *Abba – Revista de cultura*, Vol VII, nº 1, São Paulo, Cidade Nova, pp. 45-63.

_____ (2005a), *Comunhão e as novas palavras em Economia*, Vargem Grande Paulista, Cidade Nova.

_____ (2005b), “The Economy of Communion, when market meets gratuitousness”, comunicação apresentada no Líbano, 27-29 Janeiro 2005.

Disponível em URL: <http://www.edc-online.org>

_____ (2006a), “A Economia de Comunhão”, in *Congresso Voluntarifest - Movimento dos Focolares, 14-16 de Setembro de 2006*, Budapeste.

Consultado em Setembro 2006 em <http://budapest2006.focolare.org/>

_____ (2006b), “A Economia carismática”, comunicação dirigida às Comissões Regionais brasileiras de EdC, Vargem Grande Paulista, São Paulo, 22 de Junho de 2006

_____ (2007), “Pobreza e arte da partilha na EdC”, comunicação no Congresso Nacional brasileiro de EdC, Vargem Grande Paulista, São Paulo, 30 de Abril de 2007 (em CDROM).

Bureau Internacional do Trabalho (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal*, Genebra, Organização Internacional do Trabalho.

Bureau Internazionale di Economia e Lavoro (org.), (2001) *Globalizzazione e Mondo Unito – itinerari di encontro a partire dall’economia*, Roma, Umanità Nuova.

Castel, Robert *at al.* (2000), *Desigualdade e a questão social*, São Paulo, Edições Educ, 2ª edição

Castro Caldas, José (2007), “Responsabilidade Social das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável: a necessidade de instituições de suporte”, Dinâmia, Departamento de Economia, ISCTE, in *Seminário «A responsabilidade Social das instituições e o desenvolvimento sustentável»*, Conselho Nacional de Justiça e Paz, 21 Abril 2007.

Cattani, António (org.), (2003), *A outra Economia*, Porto Alegre, Veraz Editores.

Centro de estudos, pesquisa e documentação da EdC (org.), (1999), *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho*, São Paulo, Editora Cidade Nova.

Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz (org.), (1994), *Aspectos sociais e éticos de economia (um colóquio do Vaticano)*, Lisboa, Conselho Nacional de Justiça e Paz.

Corraggio, José (1997), “Alternativas para o Desenvolvimento Humano em um mundo globalizado”, in *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, Fase, n.º 72, Março/Maio 1997, pp. 31-36.

Costa, Rui *at al.* (1998), *Economia de Comunhão: projecto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*, São Paulo, Editora Cidade Nova, 2ª edição.

Denis, Henri (1978), *História do pensamento económico*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª Edição.

Dialogo Inter-Religioso Mundial sobre el Desarrollo (2000), *Pobreza y Desarrollo: una perspectiva inter-religiosa*, Oxford, traduzido pelo Centro Evangélico de Estudos pastorais da América Central.

Versão em Inglês disponível em URL: <http://www.wfdd.org.uk/>

Esteva, Gustavo (1992), “Development”, in Sachs, Wolfgang (org.), *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*, London, Zed Books, pp. 6-25.

Ferrão, João (2001), “Economia Social, comunidades locais e transferibilidade de informação, conhecimentos e soluções”, in Presidência Portuguesa da União Europeia (org.), *Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações*, Lisboa, IEFPP, pp. 70-77.

Ferrucci, Alberto (s.n.t.), “EoC Firms, Culture of Communion, and intangible investments.” Disponível em URL: <http://www.edc-online.org>

Gago, Carlos *at al.* (2005), *Responsabilidade Social das Empresas Portuguesas, 25 casos de referência*, s.l., Companhia das Cores.

Galbraith, Jonh (cop. 1987), *A Economia Política: uma história crítica*, Mem Martins, Publicações Europa América.

Gandra, Maria (1997), “O impacto da poupança e da criação de empresas pela diáspora, no desenvolvimento de Cabo Verde”, *Tese de mestrado em Estudos Africanos*, Lisboa, ISCTE

Gide, Charles e Rist, Charles (1959), *Histoire des doctrines économiques, vol 2 – de L'école historique à John Maynard Keynes*, Paris, Sirey, 7ª edição.

Gold, Lorna (2004), “A case study of business and civil society in partnership for change: Economy of Communion”, in *Development in Practice*, Vol. 14, n.º 5, August 2005, Oxford, Oxfam, pp. 633-643.

_____, *Enterprises at the service of the poor: the economy of sharing network*, Department of Politics, University of Yor, (s.n.t.). [publicado pelo Economic and Social Research Council]

Griffin, Keith (1989), *Alternative strategies for economic development*, New York, St. Martin's Press.

Gui, Benedetto (2004), “New horizons for economic reflection”, in *The new horizons of the Economy of Communion – International Convention*, 10-12 Setembro 2004. Disponível em URL: <http://www.edc-online.org/>

Guimarães, Roberto (1998), *Modernidad, Medio Ambiente y Etica: los dilemas del Mundo em desarrollo*, Revista Interamericana de Planificacion, Cuenca, Equador, nº 117 y 118, Enero-Junio, pp. 7-29

Harribbey, Jean-Marie (2004) “Desenvolvimento não significa necessariamente crescimento” in *Le Monde Diplomatique*, nº 64, Julho 2004, Lisboa, Campo da Comunicação, pp.24-25.

Higgins, Silvio (2005), Precisamos do capital social? Sim, mas socializando o capital social, in *Tese*, vol. 2 nº 1(3), Janeiro-Julho 2005, Universidade Federal Santa Catarina, p. 1-21. Disponível em URL: <http://www.emtese.ufsc.br>

Hunt, Diana (1989), “The Basic Needs Paradigm”, in idem, *Economic Theories of Development – an analysis of competing Paradigms*, New York, Harvester Wheatsheaf, pp.259-288.

Illich, Ivan (1992), “Needs”, in Sachs, Wolfgang (org.), *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*, London, Zed Books, pp. 88-100.

Lubich, Chiara (2003), “A Fraternidade no horizonte da cidade”, in *Abba - Revista de cultura*, Vol. VI, nº 3, São Paulo, Cidade Nova, pp. 7-17.

Lopes, Helena (2003), *Une conception de moralité pour la théorie économique*, Lisboa, ISCTE, Dinâmia - Centro de estudos sobre a mudança socio-económica. Disponível em URL: <http://dinamia.iscte.pt>

_____ (org.), (2004), *NORMEC - The normative dimensions of action and order - The economics of an inclusive Europe*, Lisboa, ISCTE, DINÂMIA-Centro de Estudos sobre a Mudança socioeconómica. Disponível em URL: <http://dinamia.iscte.pt>

Maltez, Adelino (1991), “O contratualismo liberal ou o Estado como sociedade”, in idem, *Ensaio sobre o problema do Estado*, vol.2, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 183-234.

Martinez, Soares (1996) *Economia Política*, Coimbra, Almedina, 7ª edição.

Martins, Armando (1996), “A Sociedade Livre e o Mercado”, *Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica*, Lisboa, ISCTE.

McCarty, Marilu (2001), *Como os grandes economistas deram forma ao pensamento moderno: os laureados do Nobel de Economia*, Prefácio, Lisboa.

Melé, Domènec (2003), *Cristãos na Sociedade – Introdução à Doutrina Social da Igreja*, Lisboa, Diel.

Mercier, Samuel (2003), *A Ética nas Empresas*, Porto, Edições Afrontamento.

Merkel, Wolfgang (s.d.), *Justiça social e capitalismos de bem-estar*, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert [publicado no *European Journal of Sociology*, nº 43, 2002, pp. 59-91].

Miquel, César (1997), “O Índice de Desenvolvimento Humano: uma proposta conceitual”, in *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, Fase, nº 73, Junho/Agosto de 1997, pp. 10-19.

Moreira, José (1999), *A contas com a Ética Empresarial*, Cascais, Principia.

Movimento dos Focolares (org.), *Economia de Comunhão - Congresso Nacional 2002*, (s.n.t.).

_____ (org.), *Economia de Comunhão, uma nova cultura*, Vargem Grande Paulista, Cidade Nova:

- Ano II, nº 2, Setembro/96
- Ano III, nº 1, Março/97
- Ano III, nº 2, Novembro/97
- Ano III, nº 1, Março/98
- Ano III, nº 2, Agosto/98
- Ano IV, nº 1, Fevereiro/99
- Ano IV, nº 2, Abril/99
- Ano IV, nº 3, Outubro/99
- Ano VI, nº 1, Julho 2000
- Ano VII, nº 1, Junho 2001
- Ano VIII, nº 1, Abril 2002
- Ano VIII, nº 2, Agosto 2002
- Ano IX, nº 1, Janeiro 2003
- Ano IX, nº 2, Maio 2003
- Ano X, nº 1, Fevereiro 2004
- Ano X, nº 2, Junho 2004
- Ano XI, nº 1, Janeiro 2005
- Ano XI, nº 2, Julho 2005
- Ano XII, nº 1, Março 2006
- Ano XII, nº 2, Novembro 2006

Mouvement des Focolari (org.), (2001), *Economie de Communion – Dix ans de réalisations*, Montrouge, Nouvelle Cité.

Mulberg, Jon (1995), *Os limites sócias à teoria económica*, Lisboa, Instituto Piaget.

Murteira, Mário (1990), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa, Presença.

Neves, João (1992), *Introdução à Economia*, Lisboa, Verbo.

_____ (1998), *Nobel da Economia: as três primeiras décadas*, Cascais, Principia.

_____ (2001), *A Economia de Deus*, S. João do Estoril, Principia.

Neto, Samuel (2004), “Educação para a fraternidade: um caminho possível?”, in *Abba - Revista de cultura*, Vol. VII, 2004, nº 1, São Paulo, Cidade Nova, pp. 79-92.

Pereira, Hélder (2004), “A fundamentação teórica: Da teoria da Dádiva de Marcel Mauss à «Grande transformação» de Karl Polanyi”, in *Economia Social: Conceito, fundamentação teórica e principais desafios*, Curso Livre, Universidade de Lisboa, (s.n.t.).

Perroux, François (1962), *Economia e Sociedade, coacção – troca – dom*, Lisboa, Livraria Morais Editora.

_____ (1963), “A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo”, in *Análise Social*, vol. I, nº 2 (Abril), pp.173-182.

_____ (1967), *A Economia do Século XX*, Lisboa, Livraria Morais.

_____ (1987), *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Petrella, Riccardo (2005), “É possível mudar o mundo”, in *Le Monde Diplomatique*, nº 77, Agosto 2005, Lisboa, Campo da Comunicação, p.22.

Pinheiro, Márcia (2000), “Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária”, in Singer, Paul e Souza, André (org.), *A Economia Solidária no Brasil – a auto-gestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto, pp. 333-349.

Pinto, Mario e Leitão, Sergio (2006), *Economia de Comunhão: empresas para um capitalismo transformado*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

Polanyi, Karl (1983), *La grande transformation - aux origines politiques e economiques de notre temps*, Paris, Gallimard.

_____ (1992), “The Economy as instituted process”, in Granovetter, Mark e Swedberg, Richard, *The sociology of economic life*, Boulder, Westview Press.

Proença, Carlos (2001), *O consenso sobre a luta contra a pobreza e a cooperação em São Tomé e Príncipe*, documento de trabalho nº 62, Lisboa, Cesa, ISEG.
Disponível em URL: <http://pascal.iseg.utl.pt/cesa/>

_____ (2003), “As políticas de ajustamento e bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período 1986-2001”, *Tese de doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais*, Lisboa, ISCTE.

Quintela, Sandra e Arruda, Marcos (2000), “Economia a partir do coração”, in Singer, Paul e Souza, André (org.), *A economia solidária no Brasil – a auto-gestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto, pp. 318-332.

Rahnema, Majid (1992), “Poverty”, in Sachs, Wolfgang (org.), *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*, London, Zed Books, pp. 158-174.

Roustang, Guy *et al* (cop. 1996), *Por um novo contrato social*, Lisboa, Instituto Piaget.

Seers, Dudley (1979), “Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a medir”, in *Análise Social*, vol XV (60) nº 4, Lisboa, pp. 949-968.

Sen, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa, Gradiva.

_____ (1987), *On ethics and Economics*, Oxford, Blackwell.

_____ (1997), “What’s the point of a development strategy?”, in Malinraud, Edmond *at al.*, *Development strategy and management of the market economy*, vol. 1, Oxford University Press, pp. 35-55.

Silva, Manuela (1963), “Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário”, in *Análise Social*, vol I, nº 4 (Outubro), Lisboa, pp. 538-558

_____ (2001), “A Economia Social – uma ponte para uma nova cultura empresarial?”, in Presidência Portuguesa da União Europeia (org.), *Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações*, Lisboa, IEFP, pp. 37-44.

_____ (2002), “A Economia de Comunhão na rota de uma globalização solidária”, in Conferência *Por uma globalização solidária*, Lisboa, UCP, 4 de Maio de 2002.

_____ (2007), “O direito a não ser pobre”, in *CNJP*, nº 3 (Março/Abril), Lisboa, CNJP.

Torres, Adelino (1998), *Horizontes do Desenvolvimento Africano, no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Vega Editores.

Tortelli, Armando, “Trabalho e realização humana: isto é possível?”, in *Revista Prodiel*, (s.n.t.), p. 4

Ulmen, Amy (2004), “New hope and new light for the corporate world”, in *Living City*, New York, June 2004.

Disponível em URL: <http://www.edc-online.org>

Viveret, Patrick (2002), *Reconsidérer la Richesse – Rapport d’étape à la mission «nouveaux facteurs de richesse» - à la demande de Guy Hascoët, Secrétaire d’État à l’économie solidaire*, s.n.t.

Disponível em URL: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics>

VV.AA. (1992), *Economia de Comunhão – propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”*, São Paulo, Editora Cidade Nova.

VV.AA. (2002), “Economia de Comunhão” [dossier especial], in *Revisa Cidade Nova*, nº 3-2002, Abrigada, Cidade Nova, pp. 6-14.

VV.AA., *Economia de Comunhão, proposta de um agir económico à dimensão do ser humano*, (s.n.t.).

Zamagni, Stefano (2004)., “The market, Happiness, and the “Economics of Reciprocity”, in *Living City*, New York, June 2004.

Disponível em URL: <http://www.edc-online.org>

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Movimento dos Focolares – a obra de Chiara Lubich

Anexo 2 – Chiara Lubich – notas biográficas

Anexo 3 – Princípios gerais da Economia de Comunhão

Anexo 4 – Trecho da exposição de Chiara Lubich no Conselho da Europa
Simpósio «Sociedade de mercado, democracia, cidadania e solidariedade»

Anexo 5 – Contactos realizados durante a pesquisa

Anexo 6 – Dados estatísticos da EdC

ANEXO 1

MOVIMENTO DOS FOCOLARES: A OBRA DE CHIARA LUBICH

O Movimento dos Focolares (www.focolare.org), difundido em 182 países nos cinco continentes, tem a fisionomia de um pequeno povo composto por pessoas de várias raças, culturas e categorias sociais. O seu **carisma** é a unidade. O **objectivo** é contribuir para compor em fraternidade a família humana através do diálogo inter-religioso, ecuménico, com pessoas sem referências religiosas, no seio da Igreja católica, e nos vários âmbitos da cultura, política, economia, comunicação, arte e ciência. Os **membros** são 140.000. Os **aderentes**, mais de 2 milhões. A **irradiação** é dificilmente quantificável. Em Portugal (www.focolares.org.pt) conta com cerca de 2.000 membros.

O Movimento nasceu em Trento no dia 7 de Dezembro de 1943, data em que **Chiara Lubich** – a sua fundadora, naquela altura com 23 anos –, consagrou a sua vida para sempre a Deus, como resposta à descoberta fulgurante do Seu amor que se revelou precisamente no clima de ódio da Segunda Guerra Mundial. Para os refúgios, no meio dos bombardeamentos, com as suas primeiras companheiras, levava unicamente o Evangelho. “*Aquelas palavras – é Chiara quem escreve – pareciam iluminar-se com uma luz nova*”. No mandamento do amor recíproco descobrem o coração do Evangelho. No testamento de Jesus “*Que todos sejam um*”, o plano divino de unidade universal e o objectivo das suas vidas. Em Jesus crucificado que, na cruz, chega a gritar o abandono do Pai, a medida do amor recíproco e o segredo para compor na Terra a unidade que faz nascer a presença espiritual de Jesus prometida por Ele a “*dois ou mais reunidos no seu nome*”, isto é, no seu amor.

Espiritualidade da unidade – A espiritualidade de unidade e de comunhão do Movimento dos Focolares é partilhada por pessoas de todas as idades e categorias sociais. Não só entre católicos, mas também com mais de 50.000 cristãos de 350 Igrejas e Comunidades eclesiais, 30.000 fieis das grandes religiões e 70.000 pessoas sem qualquer referência religiosa.

Esta espiritualidade gera um estilo de vida que, inspirando-se em princípios cristãos – mas pondo em evidência os valores existentes em outras crenças e culturas – responde às questões existenciais sobre o sentido da vida e da autenticidade, contribuindo assim para levar ao mundo a paz e a unidade. Este estilo de vida que faz nascer a unidade, revela-se como o “paradigma”, o único “código” que pode transformar a sociedade nos seus variados âmbitos da economia, do trabalho, da política, da justiça, da saúde, da cultura e da comunicação social.

Instrumentos de unidade – A longo dos anos, permanecendo uma única obra, foram nascendo várias ramificações – com membros leigos e religiosos, crianças, jovens, adultos, famílias e bispos – entre as quais se distinguem os movimentos de largo alcance: para o renovamento da família (Movimento Famílias Novas – www.famiglienuove.org), da sociedade (Movimento Humanidade Nova), do mundo eclesial (Movimento Paroquial e Diocesano, Movimento dos religiosos e das religiosas), para responder às exigências dos jovens (Jovens para um mundo unido www.mondounito.net) e Movimento Juvenil para a Unidade (www.teens4unity.net).

As cidadelas: modelos de sociedade – Nasceram, nos vários continentes, cidades em miniatura, com casas, escolas, empresas, com características diferentes consoante a cultura onde estão inseridas. Pelo estilo de vida que propõem, oferecem um modelo de sociedade baseado na fraternidade. A primeira e mais desenvolvida é a Cidadela de Loppiano, perto de

Florença, em Itália, com mais de 800 habitantes de 70 países diferentes. (www.loppiano.it). Existem no mundo 35 cidadelas em desenvolvimento, entre as quais a **Cidadela Arco-Íris**, no concelho de Alenquer, em **Portugal** (www.focolares.org.pt/cidadela1.htm)

Por uma cultura da unidade – Da espiritualidade da unidade nasceram também as primeiras linhas de pensamento que pretendem abrir caminhos em direcção a uma cultura renovada. A **Escola Abbá** é um centro de estudos interdisciplinar, formado inicialmente por Chiara e por vários professores de áreas diferentes: teologia, filosofia, psicologia, ecumenismo, ciências políticas, economia, direito, matemática, ciências naturais e comunicação social.

Em 2008 nasceu o **Instituto Universitário Sophia** (www.iu.sophia.org). Tem a sua sede na cidadela de Loppiano. Foi promovido por Chiara e por um grupo de docentes da Escola Abbá. Foi erecto juridicamente por decreto pontifício de 7 de Dezembro de 2007 e iniciará as suas actividades em Outubro de 2008.

Diálogo com a cultura contemporânea – É um diálogo baseado na reciprocidade, que promove congressos, seminários, encontros, *fóruns*, *workshops*, utilizando os meios de comunicação. É dirigido por Secretarias internacionais e por núcleos de investigadores, profissionais, estudantes, de várias nacionalidades. Têm nomes diferentes consoante o âmbito próprio: *Social One: ciências sociais em diálogo* (www.comunionediritto.org); *Eco-One: ecologically united* (www.ecoone.org); *Clarté: artistas em diálogo* (www.clarte.org); *Medicina Dialogo Comunhão* (www.mdc-net.org); *Comunhão e Direito*; *Sportmeet for a united World* (sportsmeet.org); *NetOne: media and a united world* (www.net-one.org); *Edu – Educação e unidade*. Está já bastante desenvolvido o trabalho realizado pelas secretarias do campo económico e político:

- **Economia** – “*Movimento para uma economia de comunhão*”. Promove a elaboração de uma reflexão inovadora para um novo equilíbrio económico mundial, caracterizada pela reciprocidade entre teoria e praxis. Na base desta reflexão está o projecto para uma “*Economia de comunhão*” que nasceu em 1991 no Brasil, como resposta ao drama do crescente desnível entre ricos e pobres. Serve de inspiração a mais de 750 empresas e actividades produtivas nos cinco continentes e a Pólos empresariais em vários países (www.edc-online.org)
- **Política** – “*Movimento político para a unidade*”. A principal proposta inovadora é o facto de se assumir a fraternidade como categoria política, que deve ser actuada de forma transversal entre as diferentes forças políticas, em função do bem comum. Nasceu em 1996 e está difundido em vários países da Europa, e da América Latina. (www.mppu.org)

Instrumentos de comunicação da cultura da unidade: 25 editoras em 37 países e edições em 22 línguas, entre as quais, em Portugal, a Editora Cidade Nova com as suas diversas publicações, onde se destaca a revista mensal Cidade Nova (www.focolares.org.pt/editora.htm); “*Nuova Umanità*”, revista de cultura, bimestral; *Unità e carismi* e *Gens*, revistas para religiosos e sacerdotes, bimestral; “Economia de comunhão. Uma nova cultura”: periódico quadrimestral; 75 sites web.

Solidariedade e cooperação – Estão em actividade mais de 1000 obras sociais de várias dimensões, nos 5 continentes. As mais desenvolvidas são as do âmbito socio-sanitário e

educativo, em ambientes subdesenvolvidos, nas Filipinas, nos Camarões, nos campos de refugiados da Tanzânia, no Congo, no Brasil, na Argentina, no México, na Indonésia, no Haiti. A reciprocidade põe em relevo o auto-desenvolvimento. Todas estas iniciativas têm como estrutura básica a Associação *Acções para um mundo unido* ONLUS (AMU www.azionemondounito.org) e *New Humanity* (www.newhumanity.org). Em Portugal a AMU – Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido, está constituída como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) desde 1996, tendo sido reconhecida pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Ministério dos Negócios Estrangeiros), o que lhe confere o estatuto de utilidade pública. Membro de pleno direito da Plataforma Portuguesa das ONGD, actua nas áreas da *Educação para o Desenvolvimento*, da *Cooperação para o Desenvolvimento*, no *Acolhimento e Inserção de Imigrantes* e na *Ajuda Humanitária* (www.amu.org.pt)

Aprovação Pontifícia – O Movimento dos Focolares, na sua actual fisionomia, foi aprovado pela Santa Sé em 1990.

*Movimento dos Focolares,
documento divulgado à comunicação social aquando do falecimento de Chiara Lubich
a 14 de Março de 2007*

ANEXO 2

CHIARA LUBICH NOTAS BIOGRÁFICAS

A IDEIA INSPIRADORA – *Uma das primeiras ideias nasceu em Trento, debaixo dos bombardeamentos, numa cave escura, à luz de uma vela. «Com as minhas primeiras companheiras – são palavras de Chiara Lubich – abro o Evangelho ao acaso na página do Testamento de Jesus: “Pai, que todos sejam um, como Eu e Tu”. Aquelas palavras, antes quase desconhecidas, brilharam como o sol na noite. Percebemos que tínhamos nascido para aquela página! Intuímos que iria nascer qualquer coisa de universal que iria chegar até aos confins da Terra e que iria iluminar a arte, a ciência, a política e a economia. Tínhamos a certeza de que Deus iria conduzir a nossa vida para uma aventura divina, até então desconhecida, onde, simultaneamente espectadores e actores do seu plano de amor, iríamos dar momento a momento, o contributo da nossa livre vontade».*

“Que todos sejam um, como Eu e Tu”. São palavras que incidem em Chiara como uma **marca de fogo**. É este o seu carisma. Passa a ler, e a viver, o Evangelho a partir da perspectiva da unidade. É ela própria quem escreve: *«Pensávamos que bastava viver o Evangelho – mas, de repente, o Espírito sublinhou-nos algumas Palavras que passaram a ser os princípios operativos de uma nova corrente espiritual: a espiritualidade da unidade».*

Desde o início, a unidade entre pessoas, categorias sociais, povos, é indicada por Chiara Lubich como o primeiro empenho radical. É nesta luz que ela vai lendo os acontecimentos, chamando todos a participar conscientemente na gestação de um mundo novo: o mundo unido.

De facto, esta corrente de espiritualidade revela-se cada vez mais universal, porque o amor e a unidade estão no coração de todos os homens. É a partir desta nova vida, vivida por pessoas de todas as idades, categorias sociais, culturas, raças e crenças, não só leigos mas também sacerdotes, religiosos e religiosas, que dá origem a um movimento de renovação espiritual e social de dimensões mundiais: o Movimento dos Focolares. Chiara conduz este movimento e promove continuamente novos desenvolvimentos, com um único objectivo: contribuir para a fraternidade da família humana, segundo o projecto divino que está inscrito no Evangelho.

ORIGENS – Chiara nasceu em Trento, a 22 de Janeiro de 1920. A sua família era economicamente modesta. O pai era tipógrafo. A família viveu na pobreza durante vários anos devido à crise económica daquele tempo. Apesar de muito jovem, começou a dar aulas privadas para poder continuar a estudar. Da mãe, uma cristã fervorosa, recebeu a fé. Do pai, não religioso, uma sensibilidade aos problemas sociais. Desde criança que começou a crescer nela um chamamento a uma “vida cristã de alto nível”. Aos 18 anos começou a ensinar nas escolas primárias. Mas sentia uma forte exigência de procura da verdade, da procura de Deus. Inscreve-se na Faculdade de Filosofia em Veneza. Interrompeu os seus amados estudos por causa da guerra. Mas mantém uma certeza: Jesus, “caminho, verdade e vida será o seu mestre”. Com 19 anos, começam os episódios sintomáticos da sua aventura espiritual. No santuário de Loreto, onde a tradição diz que está guardada a casa onde viveram Jesus, José e

Maria, teve a intuição de que iria nascer um novo caminho na Igreja, segundo o modelo da família de Nazaré, e que muitos a iriam seguir.

Rebenta a Segunda Guerra Mundial. Em 1943, a cidade de Trento sofreu violentíssimos bombardeamentos. Mas é precisamente naquele clima de ódio e de violência, que Chiara faz a “fulgurante descoberta” de Deus Amor. Escolhe-O como o tudo da sua vida. No dia 7 de Dezembro de 1943 dá-se a Ele para sempre. O seu nome de baptismo é Sílvia. Muda para Chiara, porque fascinada pela radicalidade evangélica de Clara de Assis.

Para os abrigos antiaéreos, com as suas primeiras companheiras, leva só o Evangelho. Aquelas palavras iluminam-se com uma luz nova. Começam imediatamente a pô-las em prática. No meio dos destroços da guerra inicia uma experiência de redescoberta do Evangelho, começando pelos bairros mais pobres de Trento, com o objectivo de resolver os problemas sociais da cidade.

No Mandamento a que Jesus chama novo e seu: “Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei”, intui que está a lei para que a humanidade dispersa se volte a unir. Começam a viver este mandamento com radicalidade. Escreve Chiara: *“Púnhamos tudo em comum: coisas, casas, ajudas, dinheiro. A nossa vida deu um salto de qualidade. Experimentámos aquela alegria, paz, força e frutos do Espírito, sinais inconfundíveis da presença viva do Ressuscitado, prometida a “dois ou mais reunidos no Seu nome”.* E em 1948 escreveu: *“É Ele que nos esclarece e que nos diz aquilo que devemos fazer para que haja no mundo a paz verdadeira”.* É Ele que faz com que todos sejam um, anulando ódios e rancores, barreiras e conflitos, tornando possível a realização da última oração de Jesus “Que todos sejam um”. *“Num mundo cada vez mais impregnado de materialismo, em que se acredita só naquilo que se toca – continua Chiara – o Senhor pensou em mandar uma espiritualidade onde, de certa forma, se toca no divino”.*

OS DIÁLOGOS – Para além de todas as expectativas, é a própria Chiara que, no Movimento, abre os diálogos perspectivados pelo Concílio Vaticano II. São caminhos privilegiados para contribuir para a realização da unidade da família humana.

Diálogo ecuménico – Diante das divisões entre cristãos, é o seu testemunho do evangelho vivido, narrado em 1961 a um grupo de evangélico-luteranos na Alemanha, que abre a página ecuménica dos Focolares. Chiara começa a estabelecer relacionamentos pessoais, encorajada pelos responsáveis de várias Igrejas – que conhece em Londres, Alemanha e Istambul – difundindo a espiritualidade da unidade, que é cada vez mais reconhecida como espiritualidade ecuménica.

Diálogo interreligioso – Impulsiona, em primeira pessoa, o diálogo interreligioso que se revela fecundo, sobretudo a nível da espiritualidade. É uma experiência que amadureceu ao longo dos anos que, agora, com a aproximação de civilizações e culturas antigamente longínquas, coloca desafios novos ao Ocidente. Foi a primeira mulher cristã a expor a sua experiência do Evangelho, em 1981, num templo em Tóquio diante de 10.000 budistas, e em 1997 na Tailândia a monjas e monges. Nesse mesmo ano foi convidada a tomar a palavra na histórica mesquita “Malcom X” de Harlem (Nova Iorque) diante de 3000 muçulmanos. O diálogo desenvolve-se em vários países também com os hebreus, muçulmanos, hindus, taoistas sikhs e animistas. São mais de 30.000 os fiéis de várias religiões que, de diferentes formas, partilham o espírito da unidade dos Focolares.

Diálogo com pessoas de convicções não religiosas – Tendo ultrapassado a Cortina de Ferro, no início dos anos 60, o Movimento difundiu-se no Leste europeu. Chiara deslocou-se a Budapeste e foi nove vezes a Berlim-Oriental. Pessoas não crentes, de diferentes ideologias, ficaram fascinadas pelo ideal da unidade. Quase 70.000 aderem ao Movimento.

RENOVAÇÃO SOCIAL – Desde as origens do Movimento que Chiara não via na descoberta do Evangelho um facto somente espiritual, mas tinha a certeza de que o Evangelho vivido traz consigo a mais poderosa revolução social. Nesta última década está a vir em relevo a renovação operada nos mais variados âmbitos da cultura, economia, política, comunicação, arte e ciência. Dois exemplos.

Desde 1991, durante uma viagem ao Brasil, diante dos enormes desequilíbrios económicos daquele país, dá início a um movimento no campo económico com o projecto de **economia de comunhão** que inspira a gestão de mais de 700 empresas de produção e serviços “for profit” nos cinco continentes, onde uma parte dos lucros são partilhados com os mais desfavorecidos. Esboçam-se as linhas de uma nova economia capaz de incidir nos enormes desequilíbrios entre ricos e pobres. Estão já em plena actividade três Pólos empresariais nas cidadelas de S. Paulo (Brasil), O’Higgins (Argentina) e Loppiano (Florença). **Em 1996, Chiara dá início ao Movimento político pela unidade** ao qual, actualmente, aderem políticos de diferentes facções, em vários países, que têm em comum a mesma categoria política: a fraternidade universal.

RECONHECIMENTOS – De 1995 a 2008, os reconhecimentos da parte civil e religiosa que lhe foram atribuídos pelas organizações internacionais, como o Prémio Unesco da Educação para a Paz, os doutoramentos *honoris causa* em várias disciplinas, as cidadanias honorárias, foram para Chiara uma ocasião para testemunhar o seu ideal da unidade que se revela cada vez mais como uma resposta às profundas transformações que se estão a observar neste novo século.

*Movimento dos Focolares,
documento divulgado à comunicação social aquando do falecimento de Chiara Lubich
a 14 de Março de 2007*

ANEXO 3

ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE

PRINCÍPIOS GERAIS PARA A GESTÃO DE UMA EMPRESA

A Economia de Comunhão pretende favorecer a concepção do agir económico como um compromisso que abrange ideias e acção, que via a promoção integral e solidária do homem e da sociedade. Portanto, no quadro da economia de mercado, apesar de visar a justa satisfação das exigências materiais, próprias e dos outros, o agir económico insere-se num contexto antropológico completo, direccionando as suas capacidades para o constante respeito e valorização da dignidade da pessoa, seja dos funcionários da empresa – incluindo a rede de distribuição – seja dos destinatários.

A Economia de Comunhão trabalha para estimular a passagem da economia e de toda a sociedade, da cultura do ter à cultura da partilha.

1. Empresários, trabalhadores e empresa

Os empresários que aderem à Economia de Comunhão formulam estratégias, objectivos e planos económicos, considerando os critérios típicos de uma correcta gestão e envolvendo, nessa actividade, os membros da empresa. Eles investem com prudência e com uma atenção especial para a criação de novas actividades geradoras de empregos.

No centro da empresa encontra-se a pessoa humana e não o capital. Os responsáveis por ela procuram utilizar os talentos dos funcionários do melhor modo possível, favorecendo a criatividade, a responsabilidade e a participação nas decisões dos objectivos empresariais. Adoptam determinadas medidas para ajudar os funcionários que passam por dificuldades.

A empresa é administrada com a finalidade de aumentar a produção do lucro, destinado, com a mesma atenção: para o desenvolvimento da empresa; para pessoas que passam por dificuldades económicas, começando por quem adere à cultura da partilha e para a difusão dessa cultura.

2. O relacionamento com clientes, com fornecedores, com a sociedade civil e com terceiros

A empresa esforça-se, o melhor possível, para oferecer bem e serviços úteis, de qualidade e a preços justos. Os membros da empresa trabalham com profissionalismo, para construir e reforçar boas e sinceras relações com os clientes, com os fornecedores e com a comunidade, orgulhosos de servirem a todos.

Estabelecem um relacionamento leal com os seus concorrentes, apresentando a efectiva qualidade dos seus produtos e serviços e evitando ressaltar os defeitos dos produtos e serviços de outros.

3. Ética

O trabalho da empresa é um meio para promover o crescimento espiritual de todos os seus membros.

A empresa respeita as leis e mantém um comportamento eticamente correcto perante as autoridades fiscais, os sindicatos e as organizações e institucionais.

Age da mesma forma com os seus funcionários, dos quais espera semelhante comportamento. No que se refere à qualidade dos seus produtos e serviços, a empresa esforça-se não só para respeitar os próprios deveres do contrato, mas também para avaliar os reflexos objectivos da qualidade da sua produção no bem-estar dos consumidores.

4. Qualidade de vida e de produção

Um dos principais objectivos dos empresários da Economia de Comunhão é transformar a empresa numa verdadeira comunidade. Eles reúnem-se periodicamente com os directores e com os gerentes para avaliar a qualidade dos relacionamentos interpessoais. Esforçam-se para resolver as situações difíceis, conscientes de que o empenho para solucionar essas dificuldades pode ter efeitos positivos nos membros da empresa, estimulando inovações e incrementando a maturidade e a produtividade.

A saúde e o bem-estar de cada funcionário são objecto de atenção, principalmente diante de necessidades especiais. As condições de trabalho são adequadas ao tipo de actividade exercida: respeito às normas de segurança, ventilação e iluminação adequadas, nível tolerável de ruído. Procura-se evitar uma carga horária excedente, de modo que ninguém fique sobrecarregado e são previstas as férias devidas.

O ambiente de trabalho torna-se tranquilo, constroem-se relacionamentos de amizade, reina o respeito, a confiança e a estima recíproca.

A empresa produz bens e serviços garantidos, toma as devidas providências para não danificar o meio ambiente e procura economizar energia e reservas naturais, não só durante a produção, mas durante todo o ciclo de vida do produto.

5. Harmonia no local de trabalho

A empresa adopta sistemas de gerência e estruturas organizacionais capazes de promover tanto o trabalho em grupo, quanto o crescimento individual.

Os funcionários fazem o máximo para manter os locais de trabalho organizados, limpos e agradáveis. Assim, patrões, empregados, fornecedores e clientes, encontrando-se num ambiente harmonioso, sentem-se em casa, assumem este estilo próprio e passam a difundi-lo.

6. Formação e instrução

A empresa favorece a criação de uma atmosfera de ajuda recíproca, de respeito e de confiança, em que se torna natural colocar à disposição, livremente, os próprios talentos, ideias e capacidades, em benefício do crescimento profissional dos colegas e para o progresso da empresa.

O empresário estabelecerá critérios de selecção de pessoal e de programação do desenvolvimento profissional para os funcionários, com a finalidade de criar esta atmosfera. Para que todos possam conquistar os objectivos de interesse da empresa ou de crescimento profissional pessoal, a empresa promoverá frequentemente cursos de reciclagem e de aprendizagem.

7. Comunicação

A empresa que adere à Economia de Comunhão estabelece uma comunicação aberta e sincera que favorece o intercâmbio entre directores e funcionários.

Esta comunicação estende-se a todas as pessoas que, conscientes da importância social deste projecto, se prontificam a contribuir com o seu desenvolvimento. É aberta, ainda, àqueles que se interessam pela cultura da partilha e desejam aprofundar os vários aspectos dessa experiência concreta.

As empresas que aderem à Economia de Comunhão utilizam os mais modernos meios de comunicação, com a finalidade de desenvolver relacionamentos económicos reciprocamente úteis e produtivos, para se manterem ligados, tanto ao nível local, quanto ao nível internacional. Alegram-se com o sucesso e valorizam as dificuldades, as provações e até mesmo o insucesso dos outros, num espírito de colaboração e solidariedade.

*Bureau Internacional de Economia e Trabalho
Movimento Humanidade Nova
21 Março 1997*

ANEXO 4

Trecho da exposição de Chiara Lubich no Conselho da Europa Simpósio «Sociedade de mercado, democracia, cidadania e solidariedade»

Estrasburgo, 31 de Maio de 1999

DA ESPIRITUALIDADE DA UNIDADE: UMA PROPOSTA DE ACÇÃO ECONÓMICA

A visão do mundo deste Movimento é a da fraternidade universal, onde os homens se comportam como irmãos, esperando contribuir, assim, à construção de um mundo mais unido. Por isso, todos são convidados a colocar em prática com decisão aquele elemento que se chama amor e é amor cristão ou, para quem professa outra fé, pode chamar-se benevolência, que significa querer o bem dos outros, atitude ensinada por todos os livros sagrados e presente também em homens considerados leigos, que possuem, como todos, na própria natureza, o instinto de relacionar-se com os outros.

De facto, a cada pessoa, apesar das suas fraquezas, é conatural uma cultura propensa mais a dar do que a ter, porque é inclinada a amar os seus semelhantes. E no Movimento dos Focolares é típica a “cultura da partilha”, que desde o início se concretizou numa comunhão de bens entre os seus membros e em obras sociais inclusive de um certo porte.

O amor (ou a benevolência), vivido por várias pessoas, torna-se recíproco e gera, assim, a solidariedade. Solidariedade que pode ser mantida sempre viva só apacando totalmente o nosso egoísmo, enfrentando as dificuldades e sabendo superá-las.

É esta solidariedade, base de cada acção humana, inclusive da actividade económica, que caracteriza o estilo de vida de quatro milhões e meio de pessoas que assumem diariamente no Movimento dos Focolares e que já se difundiu amplamente além do seu âmbito. (...)

Este estilo de vida concretizou-se, após quase 50 anos, no projecto Economia de Comunhão. Durante um encontro que tive com a comunidade local, em Maio de 1991, ela emergiu em São Paulo, do coração de um país que sofre de forma dramática pelo contraste social entre poucas pessoas riquíssimas e milhões de excluídos. A pobreza já estava presente entre milhares dos 250 mil aderentes ao Movimento no Brasil e as providências tomadas com a comunhão dos bens entre as pessoas eram insuficientes. Daí nasceu a ideia de aumentar as entradas, abrindo empresas dirigidas por pessoas competentes e capazes de administrá-las com eficiência, a fim de obter lucros.

Parte dos lucros produzidos seria reinvestida na empresa; outra parte seria destinada a ajudar aqueles que passam necessidades, dando-lhes a possibilidade de viver com mais dignidade, na expectativa de conseguir um emprego, ou oferecendo-lhe uma oportunidade de trabalho nessas mesmas empresas. A terceira parte seria destinada a desenvolver estruturas para a formação de homens e mulheres motivados pela “cultura da partilha”, “homens novos”, porque sem homens novos não se forma uma sociedade nova...

A ideia da Economia de Comunhão foi acolhida com entusiasmo não só no Brasil e na América Latina, mas também na Europa e em outras partes do mundo.

Muitas empresas nasceram e muitas já existentes aderiram ao projecto, modificando o próprio método de gestão empresarial.

(...) A experiência da Economia de Comunhão com as suas particularidades, que derivam do estilo de vida que a originou, é uma das numerosas iniciativas individuais e colectivas que procurarem e procuram “humanizar a economia”.

As empresas que aderem ao projecto Economia de Comunhão, mesmo agindo no mercado, têm como propósito e como razão de existir, fazer da actividade económica um lugar de encontro no sentido mais profundo do termo, um lugar de “comunhão”. É uma comunhão entre quem possui capitais e oportunidades económicas e quem não as possui; comunhão entre todas as pessoas envolvidas, de modos diferentes, na mesma actividade.

Se é verdade que com frequência é justamente a economia que contribui para criar barreiras entre as classes sociais e entre indivíduos com interesses diferentes, é verdade também que essas empresas, pelo contrário, sem empenha em:

- destinar parte dos lucros para cobrir directamente as necessidades mais urgentes de pessoas que vivem em dificuldades económicas;
- promover no seu interior e com os consumidores, fornecedores, concorrentes, com a comunidade local e internacional, a administração pública... relações de abertura recíproca e de confiança, buscando sempre o interesse geral;
- viver e difundir uma “cultura da partilha”, da paz e da legalidade, atenta ao ambiente (temos que ser solidários inclusive com a criação) dentro e fora da empresa.

Entre as características da Economia de Comunhão, eis algumas muito significativas para nós.

- A Economia de Comunhão propõe comportamentos inspirados na gratuidade, na solidariedade e na atenção para com os excluídos, não só em relação a actividades sem fins lucrativos, mas também a empresas cujo objectivo é gerar lucros; esses lucros são colocados em comum numa perspectiva de comunhão;
- As empresas da Economia de Comunhão, além de terem como base um profundo entendimento entre os promotores de cada uma delas, sentem-se parte integrante de uma rede mais ampla, onde já é vivida uma experiência de comunhão;
- Os que se encontram em dificuldades económicas e que são destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados simples “assistidos” ou “beneficiários” da empresa. Eles são membros activos do projecto, no âmbito do qual oferecem aos outros as próprias necessidades. Também eles vivem a “cultura da partilha”. De facto, muitos renunciam à ajuda que recebem assim que recuperam um mínimo de independência económica.

Muitas pessoas questionam como conseguem sobreviver no mercado empresas tão atentas às exigências de todos os interlocutores com que lidam e a bem de toda a sociedade. É claro que o espírito que as anima ajuda a superar os contrastes internos que criam empecilhos e, em certos casos, paralisam as organizações humanas. Além disso, o modo como trabalham atrai a confiança e a estima de clientes, fornecedores ou financiadores.

Todavia, não podemos esquecer um elemento essencial que acompanhou passo a passo o desenvolvimento da Economia de Comunhão durante estes anos. Nestas empresas deixa-se espaço à intervenção de Deus, inclusive nas acções económicas concretas. E constata-se que, após cada decisão “contra a corrente”, que a usual prática comercial desaconselharia, Deus intervém com uma facturação imprevista, uma oportunidade inesperada, a oferta de uma nova colaboração, a ideia de um novo produto que faz sucesso no mercado...

Esta é, em linhas gerais, a Economia de Comunhão.

Ao propô-la, não pensava numa teoria. Entretanto vejo que está a atrair a atenção de economistas, sociólogos, filósofos e estudiosos de outras disciplinas. Vários estudiosos vislumbram na categoria da “comunhão” uma nova chave de leitura dos relacionamentos sociais, que poderia contribuir para superar a tendência individualista que prevalece hoje na ciência económica.

Senhoras e senhores, esta foi a minha pequena contribuição para este ilustre Simpósio.

Chiara Lubich

ANEXO 5 – CONTACTOS REALIZADOS DURANTE A PESQUISA**1. Contactos com empresários de Economia de Comunhão ou colaboradores de empresas de Economia de Comunhão:****1.1. Entrevistas semi-estruturadas realizadas em Maio 2005, em Vargem Grande Paulista, São Paulo, Brasil**

Empresa	Policlínica Ágape
Ramo de actividade	Clínica médica, odontológica e laboratorial
Pessoa entrevistada	Darlene Bonfim
Cargo	Empresária Directora
Website	http://saudeagape.com.br

Empresa	Escola Aurora
Ramo de actividade	Ensino Particular (infantil, básico e secundário)
Pessoa entrevistada	Ana Maria Nascimento
Cargo	Empresária Directora
Website	http://www.escolaurora.com.br/

Empresa	FEMAQ
Ramo de actividade	Indústria Metalomecânica
Pessoa entrevistada	Rodolfo Leibholz
Cargo	Empresário Director Presidente do Conselho Administração da Espri S.A.
Website	http://www.femaq.com.br/ http://www.espri.com.br/

Empresa	Rotogine – Rotomoldagem de Plásticos
Ramo de actividade	Indústria de plásticos
Pessoa entrevistada	Sílvia Rodrigues
Cargo	Gestor
Website	http://www.rotogine.com.br/

Empresa	Prodiel Farmacêutica
Ramo de actividade	Distribuidora de medicamentos
Pessoa entrevistada	Maria Auxiliadora Silva
Cargo	Responsável pela sucursal de São Paulo
Website	www.prodeit.com.br

1.2. Entrevistas não-estruturadas:

1.2.1. realizadas em Maio 2005, em Vargem Grande Paulista, São Paulo, Brasil:

- Maurício Gustavo Serafim: Estudante de doutoramento na Fundação Gertúlio Vargas numa investigação sobre o modo como a religião influencia o empreendedorismo económico. Desde 1999 que acompanha a EdC, tema da sua tese de mestrado - “Ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão”, pela Universidade Federal de Santa Catarina.
- Márcia Baraúna: Responsável pelo Centro Filadélfia - Centro de estudos, pesquisa e documentação dedicado à EdC, situado na cidadela Ginetta [pertencente ao Movimento dos Focolares]. Mestrado sobre EdC pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Mariza Pretto: responsável pelo controlo de qualidade em duas empresas, sendo uma de EdC (Eco-ar) e outra não.
- Professor Jeremias: Professor catedrático na Universidade de São Paulo
- Daniele Janotti: Estudante de mestrado em Administração de empresas na Universidade de Federal do Espírito Santo, a pesquisar o caso da EdC

1.2.2. realizada em Setembro 2004, em Castelgandolfo, Roma, Itália:

- Giorgio del Signore, sócio da UNILAB, empresa italiana de sistemas informáticos

2. Visita ao Pólo Spartaco – pólo industrial de EdC, Vargem Grande Paulista, São Paulo, Brasil, Maio 2005:

Empresas existentes neste Pólo:

- Eco-ar | Produtos de limpeza
<http://www.ecoarprodutosdelimpeza.com.br>
- Prodiet Farmacêutica (filial) | Distribuidora de medicamentos
www.prodeit.com.br
- Rotogine | Indústria de plásticos
<http://www.rotogine.com.br/>
- La Túnica | Confecção
- Uniben, Fomento Mercantil Lda | *Factoring*
- AVN | Embalagens plásticas
<http://www.avnembalagens.com.br>

O Pólo Spartaco é gerido pela ESPRI S.A.

<http://www.espri.com.br/>

ANEXO 6 - DADOS ESTATÍSTICOS DA EDC**1. Número de pobres beneficiados pelos lucros doados**

CONTINENTES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EUROPA	938	1.516	1.734	1.715	1.809	1.836	1.787	1.403	1.207	1.425	948	1.012	1.031	980	792	610
ÁSIA	448	625	920	955	983	976	974	954	897	1.401	1.299	1.302	1.339	1.358	1.151	649
AFRICA	1.306	933	984	1.194	1.265	1.367	1.394	1.926	6.184	6.182	6.263	5.699	1.028	1.277	1.220	1.061
AMERICA	1.752	1.792	1.806	1.949	2.457	2.434	2.258	2.354	2.518	2.645	2.801	2.174	2.208	2.158	1.817	1.318
OCEANIA		28	30	35	53	53	53	35	24	24	41	50	21	20	20	0
VOLUNTÁRIOS/AS ¹³⁶												1.168	1.087	1.056		150
TOTAL	4.444	4.894	5.474	5.848	6.567	6.666	6.466	6.672	10.830	11.677	11.352	11.405	6.714	6.849	5.000	3.788

Fonte: Movimento dos Focolares, 2008

¹³⁶ membros do Movimento dos Focolares comprometidos no ramo dos “Voluntários”

2. Número de empresas de EdC no Mundo

CONTINENTE	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EUROPA	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469	455	458	468	463
ÁSIA	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42	42	32	34	29
AFRICA		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9	4	2	3	6
AMERICA	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269	250	241	247	254
OCEANIA	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8	5	2	2	2
TOTAIS	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797	756	735	754	754

Fonte: Movimento dos Focolares, 2008

4. Número de funcionários nas empresas de EdC (dados de 2007, relativos a 505 empresas):

com mais de 100 funcionários	10
entre 100 a 50 funcionários	17
entre 50 a 30 funcionários	22
com menos de 30 funcionários	456

Fonte: Movimento dos Focolares, 2008

5. Facturação de empresas de EdC - estatística relativa a 493 empresas (dados de 2007):

Menos de € 100.000	250
Entre € 100.000 / € 250.000	81
Entre € 250.000 / € 500.000	64
Entre € 500.000 / 1 milhão	38
mais de 1 milhão	60

Fonte: Movimento dos Focolares, 2008

6. Figura jurídica de 678 empresas (dados de 2007):

ARTESANATO	1
ASSOCIAÇÃO	9
COOPERATIVA	44
INDIVIDUAL	286
SOCIEDADE DE CAPITAL	215
SOCIEDADE DE PESSOAS	112
OUTROS	11

Fonte: Movimento dos Focolares, 2008

7. Sectores de Actividade (dados de 2007):

Comércio	Vestuário	24	
"	Alimentação	34	
"	Decoração	10	
"	Automóvel	3	
"	Livros	9	
"	Material informático	3	
"	Material sanitário	15	
"	Material vário	61	
Total Comércio			159
Produção	Vestuário	17	
"	Agrícola	29	
"	Artesanato	2	
"	Alimentação	34	
"	Decoração	20	
"	Artigos vários	37	
"	Construção civil	24	
"	Editorial	1	
"	Gráficas	7	
"	Indústria mecânica	16	
"	Indústria Plástica	5	
"	Vídeo	4	
			196
Total Produção			
Outros Serviços	Consultadoria	97	
"	Contabilidade	8	
"	Fotografia	3	
"	Imobiliário	5	
"	Informática	20	
"	Serviços Jurídicos	7	
"	Manutenção	14	
"	Medicina	63	
"	Planificação	18	
"	Restauração	6	
"	Ensino	31	
"	Telecomunicações	1	
"	Electricidade	7	
"	Electrónica	3	
"	Transportes	3	
"	Turismo	22	
"	Vários	91	
Total Serviços			399
TOTAL EMPRESAS		754	

Fonte: Movimento dos Focolares, 2008